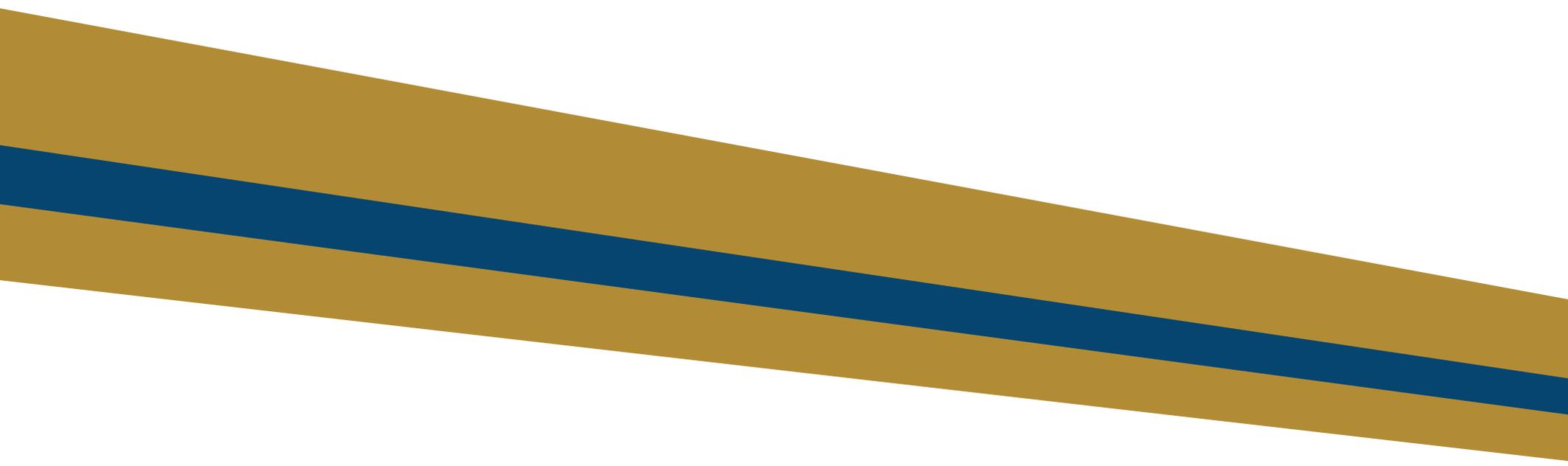




CFC
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

BALANÇO
SOCIOAMBIENTAL | **2016**

**O CFC E SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA O CONTROLE E TRANSPARÊNCIA
DOS RECURSOS PÚBLICOS**



BALANÇO | 2016

SOCIOAMBIENTAL



**O CFC E SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA O CONTROLE E TRANSPARÊNCIA
DOS RECURSOS PÚBLICOS**

Conselho Federal de Contabilidade

Balanço socioambiental 2016: o CFC e sua contribuição para o controle e transparência dos recursos públicos/ Conselho Federal de Contabilidade. -- Brasília: CFC, 2017.

Anual

ISSN: 2238-8702

Publicação digital (136 p.)

1. Balanço Socioambiental. 2. Responsabilidade Social. 3. Responsabilidade ambiental. I. Título.

CDU – 330.532

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Lúcia Helena Alves de Figueiredo CRB 1/1.401



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

BALANÇO SOCIOAMBIENTAL | 2016

O CFC E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O CONTROLE E TRANSPARÊNCIA DOS RECURSOS PÚBLICOS

Apresentação	5
Introdução	7
Gestão Institucional.....	9
Gestão de Pessoas.....	41
Gestão de Registro, Fiscalização, Normatização e Educação Continuada.....	51
Gestão Socioambiental.....	93
Balanço Socioambiental em Dados	111
Conselheiros do CFC	131



José Martonio Alves Coelho, Presidente do CFC

Apresentação

A despeito das sérias crises por que tem passado o nosso País, nos últimos anos, verificadas, principalmente, no eixo político-econômico, o exercício de 2016, para nós, profissionais da contabilidade, trouxe consigo conquistas memoráveis e o sabor de inúmeras vitórias, dignas de serem relatadas neste Balanço Socioambiental CFC 2016, a exemplo do impecável 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Enquanto Sistema CFC/CRCs, alcançamos pleno êxito no planejamento a que nos propomos, considerando os caminhos trilhados com vistas a reforçar os pilares de integração da profissão e a fortalecer as nossas instituições e as bases científica e contábil.

Após o término desse ciclo de ações salutares, é, mais uma vez, chegado o momento de cumprir com o nosso compromisso social, qual seja o de apresentar à sociedade brasileira uma pequena mostra dos resultados do empenho do Conselho Federal de Contabilidade, provando que a boa governança somente é alcançada quando nossas atitudes são voltadas para o bem e para o engrandecimento de nossas entidades.

Contemplamos com muita transparência, neste compêndio, os principais fatos que marcaram a gestão, ratificando, sobretudo, o nosso primordial compromisso de sair na busca de soluções promissoras e eficazes, com o objetivo de ver a Contabilidade como uma das profissões mais demandadas do mundo.

Os desafios não foram poucos, mas a boa sinergia e a união de todos os nossos pares, em busca de uma gestão voltada para o bem comum da classe contábil, nos dá a mais absoluta certeza de que podemos sair cada vez mais fortalecidos e convencidos de que somos, sim, vencedores.

Aproveito para agradecer o apoio habitual dos nossos competentes e leais colaboradores – conselheiros, profissionais da contabilidade, funcionários, presidentes dos CRCs, entidades parceiras, Governo e sociedade. Não somente no decorrer de 2016, mas durante toda a minha gestão, reconheço que, sem esse time de alto quilate, a Contabilidade não teria dado passos tão largos.

Ao manter o firme propósito de continuar cumprindo o seu dever social, esta edição do Balanço Socioambiental CFC 2016 mantém-se firme como uma ferramenta de responsabilidade e transparência dos nossos feitos e da nossa gestão.

Dentre todos os frutos do trabalho sério e responsável que efetuamos, o nosso ano de 2016 foi marcado por inúmeras conquistas. Uma das mais marcantes, como já dito, foi o 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, que aconteceu em Fortaleza (CE). Foi com muita alegria que recebi, em minha terra natal, mais de 8 mil profissionais, que lá estiveram para atualizar seus conhecimentos e fortalecer a união da classe.

Além desse, outros assuntos compõem o rico sumário deste Balanço Socioambiental 2016. Dessa forma, convido os caros leitores a realizar o habitual passeio anual nas próximas páginas para conhecer um pouco mais das nossas ações.

José Martonio Alves Coelho

Presidente do CFC (2014/2017)



Reunião de Presidentes do CFC



Conselheiros do CFC (2016/2017)

Introdução

A responsabilidade social de divulgar os dados relacionados às sucessivas gestões do Conselho Federal de Contabilidade à sociedade brasileira tem feito do Balanço Socioambiental CFC um importante instrumento de gestão.

Desde a sua primeira edição, em 2005, a publicação ora apresentada vem demonstrando, ano após ano, os atos e fatos do CFC ao final de cada exercício, trazendo resultados financeiros, indicadores de desempenho e, essencialmente, a forma como se relaciona com sua equipe de colaboradores e com a própria sociedade.

À luz de um trabalho voltado para o engrandecimento da classe contábil e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento das Ciências Contábeis, o CFC tem buscado utilizar o Balanço Socioambiental como uma ferramenta eficaz para a tomada de decisão e como medidor essencial para se buscarem estratégias competitivas que venham resultar em benefício para todos os envolvidos. Com isso, a instituição ganha com o aumento de produtividade dos seus funcionários e com fortalecimento de sua imagem institucional.

Esta edição, que mantém o seu formato padrão, está dividida em:

- **Gestão Institucional** – dados gerais do CFC (Estrutura Física e Organizacional, Finalidade, Perfil do Sistema CFC/CRCs, entidades de relacionamento e informações econômico-financeiras).
- **Gestão de Pessoas** – perfil do corpo funcional e as ações desenvolvidas pelo CFC em benefício de seus colaboradores.
- **Gestão de Registro, Fiscalização, Normatização e Educação Continuada** – ações que, direta ou indiretamente, impactaram nessas atividades.
- **Gestão Socioambiental** – ações que demonstram a responsabilidade com o desenvolvimento pessoal e social dos profissionais da contabilidade e da sociedade.
- **Balanço Socioambiental em Dados** – pesquisa de satisfação dos funcionários do CFC, dos Conselhos Regionais de Contabilidade e em relação ao Sistema CFC/CRCs; demonstração do Valor Adicionado; e demais demonstrativos do resultado social.

BALANÇO
SOCIOAMBIENTAL | **2016**





CFC
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

GESTÃO INSTITUCIONAL

Apresenta a estrutura física e organizacional, finalidade, entidades de relacionamento do CFC, informações econômico-financeiras e Perfil do Sistema CFC/CRCs.



Reunião Plenária na sede do CFC, em Brasília

CFC

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), criado pelo Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, é uma Autarquia Federal de Regime Especial, dotada de personalidade jurídica de direito público. Sua estrutura, organização e funcionamento são estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 9.295/1946 e pela Resolução CFC n.º 1.370/2011, e alterações posteriores (1.505 e 1.511/2016, 1.430 e 1.459/2013 e 1.483/2015), que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade. O CFC é integrado por um representante de cada estado e mais o Distrito Federal, no total de 27 conselheiros efetivos e igual número de suplentes – Decreto-Lei n.º 1.040/1969, alterado pela Lei n.º 11.160/2005 e pela Lei n.º 12.932/2013. Tem como funções básicas:

- registrar, fiscalizar, orientar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil em todo o território nacional;
- regular sobre o Exame de Suficiência, o Cadastro de Qualificação Técnica e os Programas de Educação Continuada; e
- editar Normas Brasileiras de Contabilidade de naturezas técnica e profissional, Princípios de Contabilidade e Orientações Técnicas.

Compete ainda ao CFC, nos termos da legislação vigente, orientar, registrar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), cada um em sua base jurisdicional, nos estados e no Distrito Federal.



Sede do CFC, em Brasília (DF)

Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico do CFC foi implementado no ano de 2007, com a participação dos conselheiros que compõem o Plenário da entidade e dos gestores dos CRCs. Com vigência há 10 anos, o Planejamento Estratégico representa o conjunto de diretrizes da maior relevância para a execução da gestão integrada do Sistema CFC/CRCs e constitui-se em um pilar de sustentação da gestão pública responsável – compromisso assumido e empreendido pelo CFC há vários anos.

Aprovado por meio da Resolução CFC n.º 1.473/2014, o Planejamento Estratégico é apresentado como um processo permanente e contínuo, que visa à racionalidade das tomadas de decisão e à alocação dos recursos organizacionais da forma mais eficiente.

Esse instrumento administrativo, formatado com base nas práticas de gestão participativa voltada para resultados, tem guiado a atuação das entidades do Sistema CFC/CRCs na busca pela inovação tecnológica e pela contínua melhoria da organização e do funcionamento dos Conselhos de Contabilidade. Os conceitos e metas descritos no documento são validados a cada dois anos em Seminários de Gestão realizados pelo CFC em conjunto com os CRCs.

Dessa forma, o Planejamento Estratégico propicia ao Sistema CFC/CRCs manter um processo de modernização da gestão – desafio que é entendido como responsabilidade de todos os Poderes Públicos constituídos e também da sociedade civil organizada.

Missão

Promover o desenvolvimento da profissão contábil, primando pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando como fator de proteção da sociedade.

Visão

Ser referência nacional e internacional como órgão de profissão regulamentada, politicamente articulado e formador de opinião em questões socioeconômicas, tributárias, técnicas e organizacionais, consolidando a profissão contábil como fator de proteção da sociedade.

Valores

- Ética no trabalho.
- Companheirismo.
- Responsabilidade profissional e social.
- Compromisso.
- Confiança.
- Transparência.
- Respeito.
- Trabalho perseverante.

Mapa Estratégico

Os 15 Objetivos Estratégicos do Sistema CFC/CRCs, representados no Mapa Estratégico, estão interligados com as atividades-fim e meio dos Conselhos de Contabilidade, tendo como meta o alcance de seus resultados até o ano de 2017. Os níveis de distribuição dos Objetivos Estratégicos são:

Resultados Institucionais

15. FORTALECER A IMAGEM DO SISTEMA CFC/CRCs E DA PROFISSÃO CONTÁBIL PERANTE A SOCIEDADE.

14. ATUAR COMO FATOR DE PROTEÇÃO DA SOCIEDADE.

Público-Alvo

13. INFLUENCIAR A FORMAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS E DAS HABILIDADES DO PROFISSIONAL E FOMENTAR PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA.

12. PROMOVER A SATISFAÇÃO DA CLASSE CONTÁBIL COM O SISTEMA CFC/CRCs.

11. FORTALECER A PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICO-INSTITUCIONAL PERANTE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS, SOCIEDADE CIVIL E ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA CLASSE CONTÁBIL.

Processos

10. FIRMAR PARCERIAS ESTRATÉGICAS.

9. INOVAR, INTEGRAR E OTIMIZAR A GESTÃO DO SISTEMA CFC/CRCs.

8. ELABORAR, ACOMPANHAR E APERFEIÇOAR NORMAS DE INTERESSE DO SISTEMA CFC/CRCs, DA PROFISSÃO E DA CIÊNCIA CONTÁBIL.

7. GARANTIR QUALIDADE E CONFIABILIDADE NOS PROCESSOS E NOS PROCEDIMENTOS.

6. APERFEIÇOAR, AMPLIAR E DIFUNDIR AÇÕES DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, REGISTRO E FISCALIZAÇÃO COMO FATOR DE PROTEÇÃO DA SOCIEDADE.

Pessoas e Tecnologia

5. FORTALECER CONHECIMENTOS TÉCNICOS E HABILIDADES PESSOAIS DOS CONSELHEIROS E DOS COLABORADORES DO SISTEMA CFC/CRCs.

4. ATRAIR E RETER TALENTOS.

3. AMPLIAR E INTEGRAR O USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO SISTEMA CFC/CRCs.

Recursos e Logística

2. ASSEGURAR ADEQUADA INFRAESTRUTURA E SUPORTE LOGÍSTICO ÀS NECESSIDADES DO SISTEMA CFC/CRCs.

1. GARANTIR SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO SISTEMA CFC/CRCs.



Vice-Presidente Administrativo,
Sergio Faraco (2016/2017)

Certificação ISO 9001:2008

O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) é um conjunto de elementos interligados e integrados na organização, que funciona como uma engrenagem para atender à política da qualidade e os objetivos da entidade.

O SGQ é uma ferramenta que traz controle e padronização aos processos e também permite a medição da eficácia das ações tomadas, com foco na satisfação do cliente e na busca da melhoria contínua dos processos. Um sistema implementado e bem gerenciado proporciona à alta direção segurança para tomar decisões acertadas.

O organismo que dita as normas desse Sistema de Gestão é a *International Organization for Standardization (ISO)*, com sede em Genebra, Suíça. A ISO 9001:2008 especifica requisitos para a gestão da qualidade e os princípios do sistema. Por meio dos documentos e registros, a organização comprova o atendimento aos requisitos estabelecidos.

O CFC, por meio do SGQ, padroniza linguagens e procedimentos de suas áreas, proporcionando maior qualidade, eficiência e eficácia nos trabalhos, para atender às demandas de seus clientes, em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis no CFC.

Desde 2007, o CFC mantém a certificação nas seguintes áreas:

- Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina.
- Vice-Presidência de Registro.
- Vice-Presidência Administrativa.
- Vice-Presidência de Controle Interno.
- Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional.

Conselheiros da Câmara de
Assuntos Administrativos (2016/2017)



Política da Qualidade

Instituída pela alta direção, é o documento mais estratégico de um Sistema de Gestão da Qualidade. Ela representa as intenções e objetivos de uma organização no que diz respeito à qualidade e deve ser usada como referência para estabelecimento de um SGQ baseado na ISO 9001:2008.

A atual Política da Qualidade do CFC tem por objetivo estabelecer padrões de normatização, orientação e controle das ações relacionadas ao registro e à fiscalização do exercício da profissão contábil, primando pelo desenvolvimento profissional e visando à melhoria contínua e à eficácia do sistema contábil brasileiro.

Objetivos da Qualidade

Como parte do Planejamento Estratégico da organização para atender aos requisitos do produto ou serviço e cumprir a política da qualidade, a organização deve definir, para cada função e nos níveis pertinentes, os respectivos objetivos. Os objetivos da qualidade estão relacionados à melhoria contínua e os seus resultados devem ser mensurados, pois causam impacto positivo na qualidade da prestação do serviço, na eficácia operacional e no desempenho financeiro da organização. Os objetivos da qualidade do CFC são:

- Promover a capacitação e a valorização dos colaboradores, estimulando o crescimento pessoal e profissional, visando habilitá-los ao desenvolvimento de suas atividades.
- Assegurar a melhoria contínua e a otimização dos processos internos, promovendo a excelência nos serviços e a satisfação dos clientes internos e externos, por meio da gestão da qualidade.
- Aprimorar canais de comunicação, estimulando a gestão e a disseminação da informação e do conhecimento, visando atender às necessidades da instituição, do profissional contábil e da sociedade.
- Apoiar, assessorar e acompanhar os Conselhos Regionais no cumprimento das suas atividades institucionais.
- Promover, com eficiência, ações direcionadas ao registro, à fiscalização, à normatização e ao desenvolvimento da profissão contábil.



Entidades de Relacionamento

Por meio de parcerias, o CFC busca reunir alianças estratégicas e, dessa forma, desenvolver novas ações e projetos, fortalecer os existentes, captar recursos e aumentar a sua capacidade de intervenção.

O CFC mantém relacionamento institucional com as seguintes entidades:

- Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon).
- Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca).
- Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec).
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).
- Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social (Profis).
- Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (Anpcont).
- Banco Central do Brasil (BCB).
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Banco Mundial.
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA).
- Certisign – Certificadora Digital.
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea).
- Comitê de Padrões Contábeis Internacionais (Iasb).
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
- Congresso Nacional.
- Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).
- Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB).
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
- Federação das Associações de Peritos, Árbitros, Mediadores e Conciliadores (Febrapam).
- Federação Internacional de Contadores (Ifac).

- Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon).
- Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC).
- Fundação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FCPC).
- Fundação Escola Aberta do Terceiro Setor.
- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).
- *Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas e Información Financiera* (Glenif).
- Instituições de Ensino Superior (IES).
- Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA).
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).
- Instituto de Auditores Independentes do Brasil (Ibracon).
- Interamericana de Contabilidade (AIC).
- Ministério da Educação (MEC).
- Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU).
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- Ministério Público da União (MPU).
- Observatório Social do Brasil (OSB).
- Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC).
- Receita Federal do Brasil (RFB).
- Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).
- Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).
- Superintendência de Seguros Privados (Susep).
- Tribunal de Contas da União (TCU).
- Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- Universidade de Aveiro – Portugal.
- Universidade do Minho – Portugal.

Política Institucional

Com o objetivo de coordenar e manter o relacionamento institucional do Conselho Federal de Contabilidade com os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e com as instituições da sociedade civil organizada, foi criada, em 2016, a Vice-Presidência de Política Institucional do CFC.

Um dos principais objetivos da Vice-Presidência é fazer com que o CFC esteja presente nos espaços públicos de diálogo, pronunciando-se sobre os temas relacionados à Contabilidade no Brasil.

Também faz parte de sua finalidade o desenvolvimento e a coordenação de projetos relacionados ao fortalecimento da imagem do CFC e da classe contábil perante a sociedade brasileira.

Entre os principais projetos da área, está o de acompanhamento das matérias de interesse do Sistema CFC/CRCs em tramitação na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e, também, no âmbito do Poder Executivo. Esse trabalho requer a sistematização de informações, análise, organização e atualização de todos os assuntos inerentes à classe, ressaltando-se, nesses casos, a devida e oportuna manifestação da posição do CFC.

Durante o exercício de 2016, algumas importantes conquistas foram alcançadas:

- Discussão e apresentação de propostas para o Novo Código Comercial Brasileiro.
- Discussão e apresentação de propostas para a reformulação da Lei n.º 4.320/1964 – Contabilidade Pública.
- Discussão e apresentação de propostas para a reformulação da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Parceria com o Correio Braziliense sobre IRPF – edição Cartilha de Perguntas e Respostas sobre o Imposto de Renda.
- Cooperação institucional com o Conselho Federal de Ordem dos Advogados do Brasil e o Observatório Social Nacional.

As principais proposições acompanhadas pelo CFC, no ano de 2016, foram:

Administração Pública

PLP 295/16 – Origem: PLS 229/2009

Estabelece, com amparo nos artigos 163 e 165, § 9º da Constituição Federal, normas gerais sobre planejamento, orçamento, fundos, contabilidade, controle e avaliação na administração pública; altera a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000; e revoga a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

PEC 329/13

Altera a forma de composição dos Tribunais de Contas; submete os membros do Ministério Público de Contas ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e os Conselheiros e Ministros dos Tribunais de Contas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e dá outras providências.



Vice-Presidente de Política Institucional,
Joaquim de Alencar Bezerra Filho (2016/2017)



Colaboradores do CFC



Audiência no Conselho Nacional de Justiça



Audiência com o secretário de Educação Superior, Dr. Paulo Barone

Código Comercial

PL 1572/11

Institui o Código Comercial.

Contabilidade Pública

PL 3262/08

Dispõe sobre a instituição do Conselho de Gestão Fiscal, nos termos do Art. 67 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Controle

PL 2834/15 - Origem: PLS 309/2012

Altera a Lei n.º 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda.

PL 3687/12

Altera o inciso I do Art. 37 da Lei n.º 8.934, de 18 de novembro de 1994, que “Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins”, e acrescenta novo inciso III ao Art. 37 da Lei n.º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com o objetivo de agilizar a abertura e o encerramento de empresas no País.

Controle Interno - Setor Público

PEC 45/09

Acrescenta o inciso XXIII ao Art. 37 da Constituição Federal, dispondo sobre as atividades do sistema de controle interno.

Exercício Profissional

PLS 439/15

Dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da Administração.

Finanças Públicas

PLP 530/09 – Supremo Tribunal Federal

Acrescenta o § 7º ao Art. 20 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

PLP 105/11

Acrescenta Art. 37-A à Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

PLP 276/13

Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

PLP 73/15

Altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000), para prever a observância da qualidade dos serviços públicos prestados pelo Estado brasileiro.

PLP 210/2015 - Origem: PLS 141/2014

Altera o Art. 67 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, para ampliar as atribuições do Conselho de Gestão Fiscal e viabilizar a instalação e o funcionamento desse Conselho.

Reforma Política

PEC 36/16

Altera os §§ 1º, 2º e 3º, do Art. 17 da Constituição Federal e a ele acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º e 8º, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.

Geral

PL 2226/11

Altera a Lei n.º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

PL 7714/14

Acrescenta a alínea “j” ao inciso II do Art. 8º da Lei n.º 9.250, de 1995, que trata sobre a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

PL 5605/05

Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a aplicação de multas trabalhistas a entidades filantrópicas que dependem da transferência de recursos públicos.



Reunião com a assessoria da deputada federal Simone Morgado para tratar da PLP 295/16

Nova Diretoria 2016/2017

A nova Diretoria do CFC, responsável por gerir a instituição no biênio 2016/2017, foi eleita em janeiro durante a 63ª Reunião do Colégio Eleitoral, em Plenária Extraordinária, na sede da entidade. O conselheiro José Martonio Alves Coelho (CE), presidente do CFC, na gestão 2014/2015, foi reconduzido ao cargo em votação unânime.

A Diretoria, composta pelo presidente, sete vice-presidentes e um representante dos técnicos em contabilidade, tomou posse após a apuração dos votos dos conselheiros efetivos do CFC. O mandato se encerra em 31 de dezembro de 2017.



Conselho Diretor do CFC para o biênio 2016/2017

Perfil do Sistema

A classe contábil brasileira apresentou, em 2016, o seguinte perfil:

CONSELHOS REGIONAIS DE CONTABILIDADE	27
DELEGACIAS	731
REPRESENTANTES	158

TÉCNICOS EM CONTABILIDADE	187.847
CONTADORES	348.393
ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS	57.900

CONSELHEIROS EFETIVOS E SUPLENTE	970
FUNCIONÁRIOS	1.254
FISCAIS	199
ESTAGIÁRIOS	228
PRESTADORES DE SERVIÇOS	220

Perfil Econômico-Financeiro do Sistema

	2015	2016
Patrimônio Social	R\$ 579.591.920,92	R\$ 649.801.452,66
Receita Arrecadada	R\$ 321.483.682,10	R\$ 333.636.543,73
Superávit Patrimonial	R\$ 55.518.251,18	R\$ 71.299.426,19



Presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho, e presidentes dos Conselhos Regionais de Contabilidade (2016/2017)



Conselhos Regionais de Contabilidade

Projetos de Apoio aos CRCs

Os projetos buscam a melhoria da infraestrutura dos CRCs, o aprimoramento dos trabalhos e a capacitação dos seus colaboradores, a fim de propiciar o adequado atendimento aos profissionais da contabilidade e à sociedade.

Os projetos de apoio financeiro e operacional realizados em 2016 para os CRCs foram: apoio financeiro do CFC para despesas de capital (construção, ampliação e reforma de sedes próprias, renovação da frota de veículos e ampliação e atualização do parque de informática); auxílio financeiro para cobertura de despesas de custeio; apoio à gestão dos CRCs; acompanhamento e assessoramento aos setores de Cobrança dos CRCs; e comissões institucionais (comissão de trabalho para uniformização da denominação e forma de custeio das unidades representativas dos CRCs fora dos locais de suas respectivas sedes, Comissão Eleitoral do Sistema CFC/CRCs e Comissão de Modernização da Tecnologia da Informação no âmbito do Sistema CFC/CRC).

No exercício de 2016, o CFC investiu R\$3.391.561,61 (três milhões trezentos e noventa e um mil quinhentos e sessenta e um reais e sessenta e um centavos), com os projetos a seguir:



Vice-Presidente de Desenvolvimento Operacional,
Aécio Prado Dantas Júnior (2016/2017)

Descrição	Valor Realizado
Construção, ampliação e reforma de sedes próprias	R\$ 1.885.156,22
Renovação e adequação da frota de veículos	R\$ 390.988,00
Ampliação e atualização do parque de informática	R\$ 304.471,35
Auxílio financeiro para cobertura de despesas de custeio	R\$ 703.792,14
Apoio à gestão dos CRCs	R\$ 6.183,35
Acompanhamento e assessoramento aos setores de cobrança dos CRCs	R\$ 46.188,85
Comissões Institucionais (uniformização da denominação e forma de custeio das unidades representativas dos CRCs fora dos locais de suas sedes)	R\$ 16.079,75
Comissões de Trabalho (Processo Eleitoral)	R\$ 12.003,91
Modernização da Tecnologia da Informação no âmbito do Sistema CFC/CRCs	R\$ 26.698,04
Total	R\$ 3.391.561,61

Conselheiros da Câmara de Desenvolvimento
Operacional (2016/2017)



Infraestrutura Tecnológica para o Sistema CFC/CRCs

O CFC implementou a gestão da Tecnologia da Informação, permitindo a utilização de estratégias que aliam a tecnologia às atividades institucionais e ao funcionamento organizacional.

No ano de 2016, foi aprovado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que tem por objetivo prover o CFC de um instrumento de diagnóstico, de planejamento e de gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, conforme dispõe a IN SLTI/MPOG n.º 04/2010.

Nesse sentido, com a finalidade de inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs, foram disponibilizados sistemas informatizados, entre os quais se destaca:

- **Sistema de Declaração de Não Ocorrência de Operações ao Coaf** – Está diretamente ligado nos servidores do CFC, permitindo aos profissionais da contabilidade exercer papel relevante no combate ao crime de lavagem de dinheiro.
- **Sistema de Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC)** – Aprovado pela Resolução CFC n.º 1.502/2016, tem o objetivo de oferecer ao Poder Judiciário e à sociedade uma relação de profissionais qualificados que atuam como peritos contábeis. Foi instituído para atender ao dispositivo do novo Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), que determinou que os juízes sejam assistidos por peritos, quando a prova do fato depender de conhecimento específico, e que os tribunais consultem os conselhos de classe para formar um cadastro desses profissionais. Aliado à criação do CNPC, foi desenvolvido o Sistema para ingresso voluntário dos profissionais da contabilidade, que, até 31 de dezembro de 2017, poderão requerer seu cadastro mediante o envio de documentação estabelecida em normativo do CFC.
- **Sistema Eletrônico para Emissão da Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (Decore)** – Iniciado no dia 16 de maio de 2016, é acessado pelos profissionais da contabilidade por uma plataforma de acesso por meio de *login* e senha, além de certificação digital.
- **Sistema da Ouvidoria** – Agiliza o atendimento ao usuário e melhora o gerenciamento das informações.
- **Reformulação do Portal do CFC** – Fornece informações relevantes para a classe contábil e sociedade, objetivando tornar os serviços *on-line* mais ágeis e seguros. O novo portal possui solução de *software* especializado para acessibilidade, atendendo, de forma dinâmica e em tempo real, a pessoas portadoras de necessidades especiais.



Manual de Orientação para Elaboração de Decore:
Sistema de Decore – Orientação



Sessão Solene na Câmara dos Deputados que homenageou o Dia do Profissional da Contabilidade

Dia do Profissional da Contabilidade

“Profissional da Contabilidade, nosso maior patrimônio é você”. Com essa mensagem, o CFC parabenizou, no Dia 25 de Abril, os mais de 500 mil profissionais da área, por meio de publicações de *banner* e texto em seu *site*; da colocação de *post* nas redes sociais em que está presente – *Facebook, Twitter e Instagram* –; e do envio de *e-mail marketing* a cada um dos técnicos e contadores.

Em 2016, a celebração da data que homenageia os profissionais da contabilidade teve uma importância ainda maior, uma vez que marcou 90 anos da instituição desse dia no calendário nacional. A criação da data ocorreu em maio de 1926, por iniciativa do senador João de Lyra Tavares.



Vice-Presidente de Controle Interno,
Lucilene Florêncio Viana (2016/2017)

Controle Interno e Auditoria

As mudanças constantes na legislação, decorrentes da convergência às normas internacionais de contabilidade; a exigência em prestar contas pelos órgãos de controle (TCU); e a necessidade de oferecer informações com transparência à sociedade exigem que as áreas de Controle Interno procurem se inserir dentro desse âmbito, criando novos desafios ao processo de gestão, com uma postura adequada e consistente no gerenciamento dos processos.

Nesse contexto, a área de Controle Interno do CFC ocupa posição estratégica, atuando em caráter orientativo e preventivo, de forma a contribuir para a melhoria constante da gestão do Sistema CFC/CRCs, no cumprimento das suas finalidades institucionais, por meio de manualização de procedimentos, implementação de normas, treinamentos, entre outros.

Ressalta-se também que o CFC dispõe de uma unidade de Auditoria Interna que examina a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações contábeis, financeiras e operacionais dos Conselhos Regionais e Federal, visando evitar possíveis procedimentos inadequados e identificando fragilidades nos controles administrativos.

Dessa forma, conforme Resolução CFC n.º 1.370/2011, que dispõe sobre o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, a equipe de Auditoria Interna do Conselho Federal é responsável pela auditoria e emissão de relatórios circunstanciados, e a Câmara de Controle Interno é responsável pela emissão dos certificados de auditoria.

No exercício de 2016, foram realizadas 39 visitas de auditoria de gestão nos Conselhos de Contabilidade, oito visitas de apoio técnico para treinamentos, 104 análises em processos internos e 84 análises em processos oriundos dos CRCs. Expediram-se, ainda, orientações e recomendações como forma de salvaguardar o patrimônio da entidade e garantir o cumprimento das leis e regulamentações, de acordo com os princípios da Administração Pública quanto à legalidade, economicidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência. O detalhamento encontra-se demonstrado no quadro a seguir:

Emissão de Pronunciamentos, Instruções de Trabalho, Notas de Análise e Técnicas, Balancetes e Pareceres

	2015	2016
Pronunciamentos	27	21
Instruções de Trabalho	3	3
Notas de Análise e Notas Técnicas	88	188
Balancetes (CFC)	12	11
Parecer		
• Prestações de Contas		
• Propostas Orçamentárias	132	145
• Créditos Adicionais ao Orçamento		
Total	262	368



Conselheiros da Câmara de Controle Interno (2016/2017)

Fundo de Integração e Desenvolvimento da Profissão Contábil (Fides)

O CFC gerencia o Fides, que foi criado pela Resolução CFC n.º 350, de 22 de setembro de 1972, e alterado pelas Resoluções n.º 692/1991 e n.º 968/2003. Consiste em um fundo financeiro voltado, integralmente, para o custeio de projetos de apoio e ao desenvolvimento de projetos de interesse da profissão contábil.

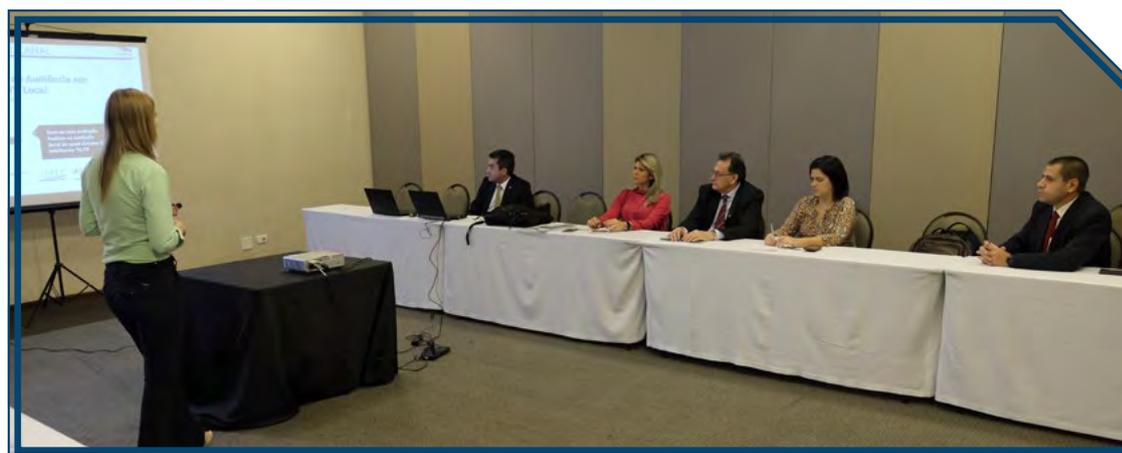
Os recursos que financiam as atividades do Fundo são:

- as contribuições dos CRCs pertencentes ao Comitê Gestor do Fides (Cofides) calculadas à razão de 1% sobre o montante arrecadado da receita líquida mensal de anuidades de profissionais da contabilidade e organizações contábeis;
- a contribuição mensal do CFC calculada sobre sua renda prevista na alínea “a”, Art. 8º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946;
- as receitas procedentes da exploração de serviços; e
- as receitas financeiras provenientes de rendimentos de aplicações em fundos de investimentos.

O Fundo não é dotado de personalidade jurídica e não tem bens patrimoniais. Além disso, são contribuintes/integrantes do Cofides os seis Conselhos Regionais (MG, PR, RJ, RS, SC e SP) de maior arrecadação e o CFC.

Em 2016, o Fundo direcionou recursos para o custeio dos seguintes projetos:

- Realização de treinamentos de formação e aprimoramento voltados à padronização e integração da atividade fiscalizadora em âmbito nacional.
- Produção e veiculação, na mídia nacional, de campanhas institucionais com o objetivo de valorização da profissão contábil perante a sociedade.
- Contratação de serviços profissionais para a elaboração de pareceres e/ou assessoria técnica especializada em questões legais de interesse da profissão.



Reunião Fides

Convênios firmados

Com o objetivo de implementar ações e projetos importantes para a classe contábil brasileira, o CFC procura manter e ampliar o número de parceiros estratégicos para a execução de um trabalho coletivo voltado para o bem comum e o desenvolvimento socioeconômico do País.

Em 2016, visando atender aos objetivos institucionais e políticos do Sistema CFC/CRCs, foram assinados sete termos de convênios/cooperação:

- Renovado o convênio firmado entre o Conselho Federal de Contabilidade e o Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea), mediante assinatura de termo aditivo. O convênio visa promover o desenvolvimento e o aprimoramento da profissão contábil entre países latinos. O aditamento dilatou o prazo de vigência do convênio para até 31 de dezembro de 2017.
- Renovado o convênio de Cooperação Técnica firmado entre o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Tribunal de Contas de Alagoas (TCE-AL), mediante assinatura de termo aditivo. A parceria visa promover o fortalecimento do controle interno na Administração Pública a partir dos municípios de Alagoas, para atendimento à situação temporária de excepcional interesse público. Aditivo assinado em 13 de junho de 2016, dilatando o prazo de vigência para até 13 de agosto de 2017.
- Termo de Cooperação Institucional n.º 2/2016 que, entre si, celebram o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Constitui objeto do termo a troca de informações entre TSE e CFC quanto aos profissionais que assinarem as prestações de contas apresentadas à Justiça Eleitoral, os quais deverão estar regularmente registrados e ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade. Parceria firmada em 29 de setembro de 2016 e vigência com prazo indeterminado.



Termo de Cooperação Institucional n.º 2/2016, celebrado entre o CFC e o TSE sobre a prestação de contas eleitorais

- Acordo de Cooperação Técnica e Cultural que entre si celebram o Conselho Federal de Contabilidade e o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, visando à realização do XI Encontro Nacional da Mulher Contabilista (XI ENMC) e da XVI Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul.
- Termo de Convênio que entre si celebram o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Instituto Fenacon (Ifen), visando à concessão gratuita de certificação digital (A3) pelo período de um ano, para os profissionais da contabilidade registrados e em situação regular em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Firmado em 18 de agosto de 2016, com vigência até 30 de junho de 2018.
- Acordo de Cooperação que entre si celebram o Conselho Federal de Contabilidade, o Observatório Social do Brasil e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, visando estabelecer mecanismos de cooperação mútua entre os partícipes, com vistas ao aprimoramento da qualidade da informação, ao compartilhamento de conhecimento técnico e à realização de ações conjuntas nas áreas de transparência pública, controle social e prevenção à corrupção, eficiência da gestão pública, ética e integridade nas relações entre o público e o privado. Firmado em 19 de outubro de 2016, será finalizado em 19 de outubro de 2018.

Acordo de Cooperação entre o Conselho Federal de Contabilidade, o Observatório Social do Brasil e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil



- Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram o CFC, a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) e o Instituto Fenacon (Ifen), objetivando a organização e a realização do Seminário de Gestão e Planejamento do Sistema Contábil Brasileiro/2016, em Brasília (DF). O termo foi firmado em 11 de fevereiro de 2016 e finalizado em abril do mesmo ano.

Além desses, o CFC continua mantendo a parceria firmada com diversas instituições em anos anteriores, como, por exemplo:

- Termo de Cooperação firmado com Fundação Brasileira de Contabilidade, Academia Brasileira de Ciências Contábeis, Universidade de Aveiro e a Universidade de Minho, ambas de Portugal, com o objetivo de unir esforços para intermediar e compartilhar o ensino, a pesquisa e extensão em Contabilidade.
- Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) (Ministério da Fazenda), objetivando (entre outros) o acesso, pelo Coaf, à relação de CNPJ e CPF as pessoas físicas e jurídicas cadastradas no CFC e acesso, pelo CFC, aos dados e informações relativos às comunicações recebidas pelo Coaf.
- Convênio com o Instituto Rio Branco (IRB) e Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), com o objetivo de fortalecer a aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade no âmbito dos Tribunais de Contas Brasileiros e incentivar o processo de convergência entre as Normas de Auditoria Governamental (NAGs) e as Normas Internacionais de Auditoria da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai/ISSAIs). O convênio prevê a articulação de ações conjuntas voltadas à auditoria contábil e fiscalização dos recursos do setor público.
- Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF), com intuito de consolidar e disseminar as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, por meio de eventos e publicações, de forma a contribuir para a evolução da contabilidade aplicada ao setor público e aprimorar a transparência das contas públicas no Brasil.
- Convênio com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) visando ao intercâmbio de informações sobre os profissionais da contabilidade e especialmente dos auditores independentes.
- Acordo de Cooperação com o Tribunal de Contas da União, com o objetivo de promover o desenvolvimento conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil, estimular a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (Ipsas) e fortalecer institucionalmente a Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Apoio do Promoex às ações de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (BBCASP) às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (Ipsas).



Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o CFC, Abracicon, FBC, Fenacon e Ifen

Relacionamento Institucional com Entidades Internacionais

Grupo Latinoamericano de Emissores de Normas de Información Financiera (Glenif)

O Glenif foi constituído em 28 de junho de 2011 por iniciativa dos países latino-americanos, tendo como principal proposta a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS, na sigla em inglês). A missão do grupo é possibilitar, de forma organizada, uma voz única da América Latina perante o *International Accounting Standards Board* (Iasb), levando ao seu conhecimento os problemas específicos da região relacionados à adoção, à implementação e aos aspectos técnicos das IFRS e IFRS para Pequenas e Médias Empresas.

Reunião do Glenif realizada em Medellín, na Colômbia



O Conselho Federal de Contabilidade, organismo que viabilizou a criação do Glenif, contou com a adesão das instituições contábeis dos principais países da América Latina. Atualmente, são 18 países que participam do grupo, representados pelos respectivos organismos emissores de normas contábeis.

O Brasil ocupou a presidência do Grupo nos dois primeiros anos (2011-2013), seguido pelo representante da Argentina (2013-2015). Atualmente, o México ocupa a Presidência, encerrando o mandato em 2017, e o Brasil ocupa a Vice-Presidência do Glenif.

Os Grupos Técnicos de Trabalho (GTTs), compostos por representantes dos países que integram o Glenif, realizaram várias reuniões para analisar os temas que o Iasb disponibilizou em audiência pública. Desde a criação do Glenif, centenas de profissionais participaram dos Grupos de Trabalho, de forma espontânea, o que demonstra o efetivo comprometimento com a profissão contábil latino-americana. Assim, ao reunir o material proveniente das audiências públicas, o Glenif encaminhou, em 2016, dez cartas-comentários ao Iasb, abordando os seguintes assuntos:

- **GTT 47** – Transações em Moeda Estrangeira e Adiantamentos;
- **GTT 48** – Declaração de Práticas em IFRS – Aplicação da materialidade nas Demonstrações Financeiras;
- **GTT 49** – Minuta de Audiência Pública: Transferência de Propriedade para Investimento (Proposta de alteração da IAS 40);
- **GTT 50** – Minuta de Audiência Pública: Melhorias Anuais das IFRS (Ciclo 2015-2016);
- **GTT 51** – Aplicação do IFRS 9 com o IFRS 4 – Contrato de Seguros;
- **GTT 52** – Projeto de auscultação: Revisão dos Trustees e da Estrutura e Eficácia: Modificações Propostas à constituição da Fundação IFRS;
- **GTT 53** – Definição de um Negócio e Contabilização de Participações mantidas Anteriormente (Modificações propostas pelas IFRS 3 E 11).

Para a conclusão das metas previstas no Plano de Trabalho e com o objetivo de ampliar a participação do Brasil no Glenif, o CFC, em parceria com o Ibracon, criou, no mês de agosto de 2016, um Grupo de Estudos para dar suporte às atividades desenvolvidas pelo Glenif no Brasil e na América Latina. A proposta do grupo é analisar e definir a estratégia da convergência e dar o suporte necessário ao CFC nos assuntos importantes da contabilidade.

International Federation of Accountants (Ifac)

O CFC firmou o Termo de Cooperação Técnica com a Federação Internacional de Contadores (*International Federation of Accountants – Ifac*) com a finalidade de promover o aprimoramento da profissão contábil e de auditoria, seja no âmbito das empresas privadas ou da contabilidade governamental, buscando a uniformização dos padrões das normas internacionais. Além disso, o termo visa discutir as práticas contábeis vigentes no âmbito internacional, de forma a manter o País atualizado quanto às tendências da profissão. O Termo celebrado entre o CFC e a Ifac iniciou vigência em março de 2015 e irá se encerrar em dezembro de 2017.

O calendário da Ifac definido para o ano de 2016 previu a realização de 50 reuniões, das quais 14 contaram com participações de representantes do Brasil. Destacam-se como objetivos de tais reuniões a discussão e o acompanhamento da edição de Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a identificação e monitoramento de ações a serem implantadas para viabilizar a convergência das normas contábeis e de auditoria, bem como de assuntos regulatórios no Brasil, visando ao alinhamento às Normas Internacionais de Auditoria e Asseguração emitidas pela Ifac e às melhores práticas internacionais em matéria regulatória.

Os representantes do CFC nas comissões da Federação Internacional de Contadores (Ifac) foram nomeados por meio das Portarias CFC n.º 036/2016 e 082/2016. As Comissões são: *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)*; *Ifac Small and Medium Practices Committee (PMFA)*; e *International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB)*.

Reunião anual da Ifac, em Brasília (DF)



Comissão IAASB

A comissão do IAASB emitiu as atualizações das normas: ISA 800 – Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais; ISA 805 – Auditorias de Quadros Isolado das Demonstrações Contábeis e de Elementos, Contas ou Itens Específicos das Demonstrações Contábeis; e ISA 810 – Auditoria de Demonstrações Financeiras Condensadas. Também atualizou a norma que trata sobre as implicações do projeto do *International Ethics Standards Board for Accountants* (lesba), organismo normalizador independente, para desenvolver novos padrões do Código de Ética para Contadores Profissionais (Código lesba) em relação ao não cumprimento de leis e regulamentos (Noclar) sobre os padrões internacionais do IAASB.

Comissão IPSASB

No âmbito desta comissão, foram abertas 5 consultas públicas:

Consulta	Data Limite para Sugestão
<i>Public Sector Specific Financial Instruments</i>	31/12/16
<i>Public Sector Specific Financial Instruments</i>	31/12/16
<i>Exposure Draft 61, Amendments to Financial Reporting under the Cash Basis of "Accounting (the Cash Basis IPSAS)"</i>	31/07/16
<i>Exposure Draft 60, Public Sector Combinations</i>	30/06/16
<i>Exposure Draft 59, Amendments to IPSAS 25, Employee Benefits</i>	13/01/16
<i>Exposure Draft 57, Impairment of Revalued Assets</i>	15/01/16

Associação Interamericana de Contabilidade (AIC)

A AIC, com 67 anos de intensa atividade profissional e 21 países associados, foi concebida para integrar os contadores do continente americano, assumir o compromisso de sua representação e promover o constante aprimoramento de suas qualificações profissionais, seus conhecimentos e deveres sociais.

Seus principais objetivos são:

- promover uma profissão forte e coerente nas Américas, que permita prestar serviços de alta qualidade aos seus associados;
- incentivar a melhoria do nível acadêmico na formação do contador;
- elevar, de forma permanente, o nível de formação profissional, baseado na qualidade e manutenção das mais altas normas de conduta e do conhecimento próprio da profissão.

O Conselho Federal de Contabilidade, como um dos organismos patrocinadores da Associação Interamericana de Contabilidade, vem atuando por meio dos seus representantes na Junta de Governo, Comitê Executivo, onde ocupa a Vice-Presidência de Relações Institucionais e grupos técnicos de trabalho.

Os representantes do Brasil nos Comitês Técnicos da AIC analisam minutas de normas técnicas editadas pela Ifac, com o propósito de oferecer sugestões que atendam aos interesses do Brasil. Essas sugestões são apresentadas pelos demais países da América Latina e levadas ao organismo internacional (Ifac) para acolhimento e possível adequação aos padrões internacionais.

Em 2016, os representantes do CFC participaram de uma reunião, realizada durante o *Cumbre de Las Américas*, em Assunção, Paraguai, para organizar os comitês com vistas à análise dos trabalhos a serem apresentados na Conferência Interamericana de Contabilidade, a realizar-se no mês de outubro de 2017, em Lima, no Peru.

Ainda foram realizadas as seguintes atividades:

- promoção de um curso para o desenvolvimento de competências e habilidades para capacitadores, visando ao apoio à implementação do Sistema de Controle de Qualidade, requerido pela Ifac. O treinamento aconteceu no Panamá, com a participação de 53 profissionais, representantes dos países Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana e Uruguai;
- publicação de 20 (vinte) Boletins Informativos, que veiculam notícias e matérias de interesse da profissão contábil dos diversos países da América Latina. O Conselho Federal de Contabilidade participa dos boletins, enviando artigos que destacam o estágio de desenvolvimento da Contabilidade brasileira. Os boletins são transmitidos via internet a todos os organismos patrocinadores, que os retransmitem aos profissionais dos respectivos países;
- realização de 12 “charlas”, em 2016 – “Charlas Cibernéticas” são palestras via *internet* regularmente promovidas pela AIC, que conta com a participação dos profissionais de diversos países, nas quais são discutidos temas de interesse da contabilidade na América Latina –, sendo oito da Comissão de Sistemas e Tecnologia da Informação; uma da Comissão de Administração e Finanças e três do Foro de Firms Interamericanas. O Brasil participa por meio dos seus representantes nas respectivas comissões.



Reunião do Comitê Executivo da AIC durante o *Cumbre de las Américas*, realizada em Assunção, no Paraguai

Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea)

No ano de 2016, o CFC e o Cilea assinaram o Termo Aditivo ao convênio firmado entre as entidades, com vigência até dezembro de 2017, por meio do qual as entidades se comprometem a adotar todas as medidas necessárias à fiel consecução de seus fins, quais sejam: promoção, desenvolvimento e aprimoramento da profissão entre os países latinos, buscando a uniformização dos padrões de normas internacionais de contabilidade, visando ao aperfeiçoamento da prestação de serviços contábeis e obedecendo a padrões de alta qualidade em atendimento ao interesse público.

O representante do CFC no Cilea, nomeado por meio da Portaria CFC n.º 25/2016, participou de quatro reuniões durante o ano de 2016. A última reunião foi sediada pelo CFC e contou com a participação de 23 representantes de entidades internacionais.

Como pauta dos encontros, destaca-se a discussão dos seguintes assuntos:

- atualização do plano estratégico para o período 2016-2020;
- atualização do Plano de Negócios 2016-2017;
- tradução para o italiano do guia de boas práticas de governança corporativa para as PYMES;
- eleição e posse do novo Conselho Diretivo e aprovação dos seguintes Grupos Técnicos: Grupo Técnico “*Cuadro de Mando Integral Pymes*” (Coordenação: Argentina); Grupo Técnico “*Sector Público: Transparencia y Devengado*” (Coordenação: Itália); Grupo Técnico “*Tributación y la Economía Digital*” (Coordenação: França); Grupo Técnico “*Digitalización de la Contabilidad*” (Coordenação: Portugal); Grupo Técnico “*Fiscalidad Comparada: Actualización*” (Coordenação: Portugal e Colômbia).

Reunião do Cilea,
realizada no auditório
do CFC, em Brasília (DF)



Medalha Mérito Contábil João Lyra

A Medalha “Mérito Contábil João Lyra” foi instituída pela Resolução CFC n.º 440, de 29 de outubro de 1976, tendo sido alterada, posteriormente, pela Resolução CFC n.º 595, em 17 de maio de 1985. Desde então, sua entrega é realizada nos Congressos Brasileiros de Contabilidade.

A Medalha possui a forma de círculo, com cinco centímetros de diâmetro. No anverso estão, ao centro, a efígie do Patrono e, à direita, a inscrição Senador João Lyra. No reverso, em meio a um círculo de ramos de louro, a inscrição: Conselho Federal de Contabilidade, Mérito Contábil, 20 de agosto de 1976.

Os 27 Conselhos Regionais enviaram uma lista tríplice para o Conselho Federal com os nomes dos candidatos a receber a comenda, acompanhados por currículo profissional. O Plenário do CFC escolheu, por maioria absoluta, a contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, a qual recebeu a medalha durante de realização do 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade.



Entrega da Medalha Mérito Contábil João Lyra no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade

BALANÇO
SOCIOAMBIENTAL | **2016**





CFC
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

GESTÃO DE PESSOAS

Apresenta o perfil do corpo funcional e as ações desenvolvidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em benefício de seus colaboradores.



Colaboradores do CFC

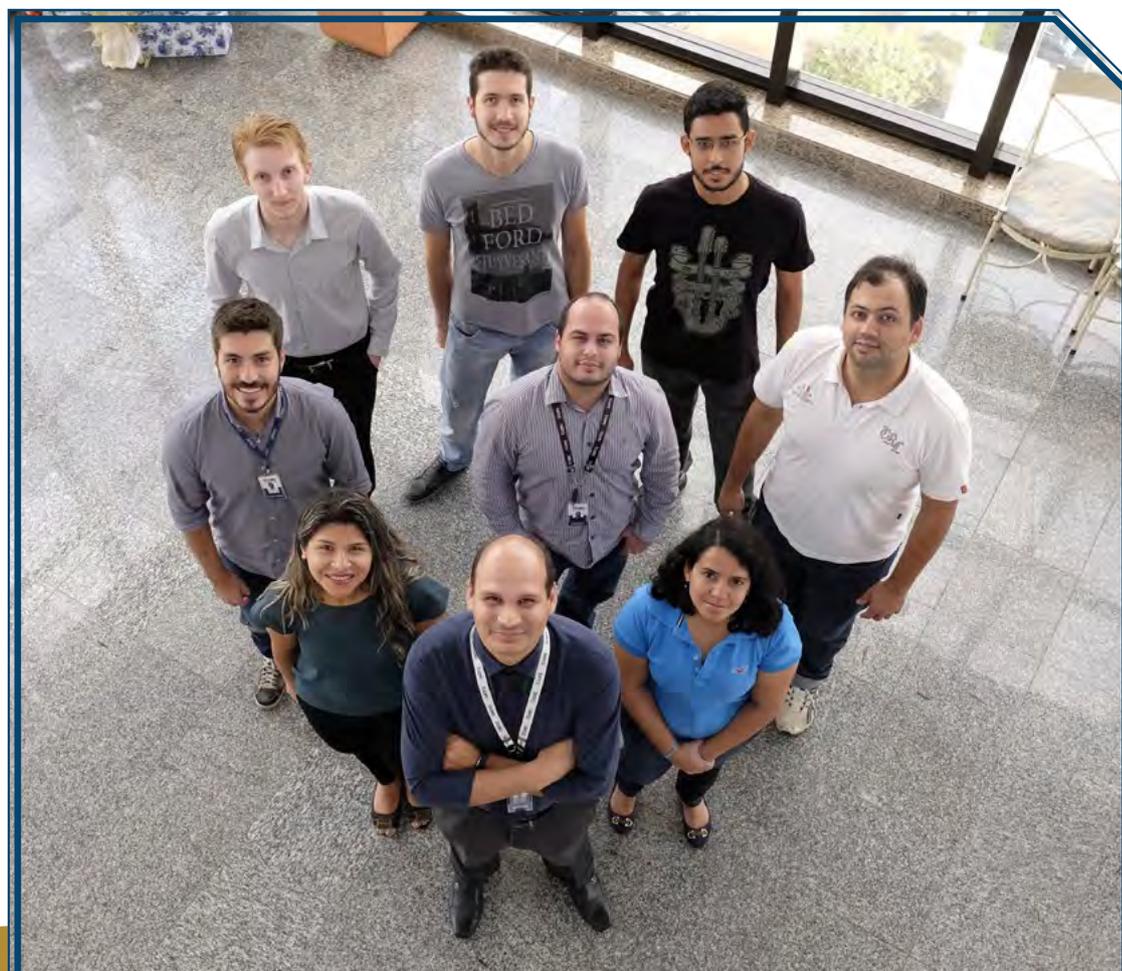
Política de Gestão de Pessoas

O CFC, para atender com qualidade aos profissionais da contabilidade e à sociedade, busca a excelência dos serviços prestados e, para cumprir com eficácia suas diversas funções, investe no treinamento e no desenvolvimento de seu corpo funcional por meio das melhores práticas de gestão.

A política de Gestão de Pessoas do CFC visa atingir os objetivos do Planejamento Estratégico, principalmente nos quesitos “Atrair e reter talentos” e “Fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades aos colaboradores do Sistema CFC/CRCs”.

Perfil do Quadro Funcional

O CFC encerrou o ano de 2016 com um grupo de 249 colaboradores, constituído por 122 funcionários, entre eles três jovens aprendizes, 53 conselheiros, 42 estagiários e 32 prestadores de serviços terceirizados.



Funcionários do CFC

Quadro Funcional

122	FUNÇÃOÁRIOS EFETIVOS*
53	CONSELHEIROS
42	ESTAGIÁRIOS
32	PRESTADORES DE SERVIÇOS

* INSERIDOS NESSE QUANTITATIVO 3 JOVENS APRENDIZES

Equidade de gênero

O quadro de funcionários do CFC, no final de 2016, era composto por 62 homens e 60 mulheres, que, em termos percentuais, representam 50,8% e 49,2%, respectivamente, do total.

No que se refere aos cargos de chefia, dos 32 gestores, 37,5% eram ocupados pelo sexo masculino e 62,5%, pelo sexo feminino. A predominância de mulheres nos cargos de chefia é um indicador de que, cada vez mais, elas estão ocupando um espaço relevante no mercado de trabalho.

Funcionários por faixa etária

Conforme o demonstrativo, a maior concentração de funcionários no CFC está na faixa etária de 31 a 40 anos de idade, com o percentual de 39,3%.

DE 14 ATÉ 17 ANOS	2
DE 18 ATÉ 30 ANOS	15
DE 31 ATÉ 40 ANOS	48
DE 41 ATÉ 50 ANOS	33
DE 51 ATÉ 60 ANOS	16
ACIMA DE 60 ANOS	8



Colaboradores do CFC

Faixa Etária dos cargos de chefia

Quanto ao quadro de funcionários, ocupantes de cargo de chefia, 43,8% estavam na faixa etária de 41 a 50 anos de idade. Acerca dessa predominância, pressupõe-se que haja uma relativa maturidade profissional, que pode contribuir no processo de tomada de decisão das áreas.

DE 18 ATÉ 30 ANOS	1
DE 31 ATÉ 40 ANOS	11
DE 41 ATÉ 50 ANOS	14
DE 51 ATÉ 60 ANOS	6
ACIMA DE 60 ANOS	0



Funcionário do CFC

Nível de Escolaridade

Em 2016, o percentual de funcionários do CFC com nível superior ou pós-graduação (*lato e stricto sensu*) era de 73,8%. Esse percentual expressivo reflete diretamente na qualidade dos serviços prestados.

Dos 32 funcionários ocupantes de cargo de chefia, 93,8% tinham nível superior ou pós-graduação (*lato e stricto sensu*). A política de gestão do CFC tem priorizado, na nomeação para cargos de confiança, funcionários que possuam maior conhecimento e competência na área, independentemente da faixa etária, gênero ou tempo de serviço.

ENSINO FUNDAMENTAL	4
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	3
ENSINO MÉDIO COMPLETO	19
SUPERIOR INCOMPLETO	6
SUPERIOR COMPLETO	57
PÓS-GRADUAÇÃO	32
MESTRADO	1

Tempo de Serviço

O corpo funcional do CFC é composto por 52,5% de funcionários com mais de 10 anos de prestação de serviço à entidade. Esse resultado é reflexo das ações promovidas pelo Conselho proporcionando um ambiente adequado às necessidades do corpo funcional.

Quanto aos ocupantes de cargos de chefia, 81,3% possuem mais de 10 anos de prestação de serviço à entidade.

ATÉ 5 ANOS	43
DE 6 ATÉ 10 ANOS	15
ACIMA DE 10 ANOS	64

Funcionárias do CFC



Movimentação Funcional

Em virtude do término da vigência do concurso realizado em 2010, não houve contratação de funcionários, apenas a substituição dos três jovens aprendizes. Em 2016, houve sete desligamentos, sendo um por falecimento, três por pedido de demissão e três por término de contrato de jovem aprendiz.

Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)

Em março de 2016, foi instituída comissão composta por funcionários da Casa para propor alterações no Plano de Carreira, Cargos e Salários da entidade. A comissão avaliou as divergências entre a realidade do mercado de trabalho e os patamares adotados pelo CFC.

Para eleger as entidades como parâmetro de comparação, a Comissão utilizou o Acórdão n.º 2666/2012 – TCU-Plenário – exarado no processo TC 018.772/2012-9, que destacam as entidades de fiscalização profissional de maior arrecadação, ao qual o CFC também está incluído.

Como resultado das pesquisas realizadas, observou-se que, de modo geral, os salários praticados pelo CFC encontram-se alinhados aos salários pagos pelos principais conselhos de classe. Ainda assim, foi realizada análise financeira e impacto econômico das possíveis mudanças a serem realizadas. O término do trabalho da comissão está previsto para o ano de 2017.



Colaboradoras do CFC

Processo de Avaliação de Desempenho

O CFC adota a Gestão de Pessoas por Competências (GPC) para o processo de avaliação de desempenho. O modelo tem como referência a estratégia da entidade para direcionar as ações de desenvolvimento, gestão de carreira e desempenho, mediante a captação, retenção e desenvolvimento das competências necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos.

A avaliação é composta de duas etapas a serem realizadas anualmente, com apuração do resultado a cada dois anos, permitindo assim uma oportunidade de desenvolvimento para aqueles que não atingiram a meta na primeira etapa do processo.

EM 2016,
PARTICIPARAM
118 FUNCIONÁRIOS DO
PROCESSO DE AVALIAÇÃO.

RESULTADO

Não atingiu a meta	21
Atingiu a meta	96
Não quis responder	1
Total	118



Jovem Aprendiz do CFC

Jovem Aprendiz

De acordo com a Lei da Aprendizagem n.º 10.097/2000, ampliada pelo Decreto Federal n.º 5.598/2005, aprendiz é o jovem que estuda e trabalha, recebendo formação na profissão para a qual está se capacitando.

O número de aprendizes é calculado sobre o total de empregados, cujas funções demandem formação profissional. Para atender à legislação vigente, o CFC mantém em seu quadro três jovens aprendizes.

Portadores de Necessidades Especiais

O último concurso para admissão de funcionários foi realizado em 2010. Conforme preconiza a Lei, 5% das vagas foram reservadas para Portadores de Necessidades Especiais, contudo nenhum candidato nessas condições foi aprovado.

Estagiários

O CFC, em mais uma ação de inclusão social, estimula a inserção no mercado de trabalho do jovem estudante de várias áreas do conhecimento, tais como: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Letras, Arquivologia, Recursos Humanos, Comunicação e Publicidade.

EM
DEZEMBRO DE
2016, ATUAVAM
42 ESTAGIÁRIOS.

Estagiárias do CFC



Educação e Treinamento

Visando atingir a diretriz estratégica “Fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e dos colaboradores do Sistema CFC/CRCs”, o Conselho investe na capacitação do corpo funcional.

Com a finalidade de orientar os investimentos a serem realizados, é elaborado o Plano Anual de Treinamentos (PAT) por meio do Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT). Para o CFC, investir em treinamento, desenvolvimento e educação possibilita ao corpo funcional o melhor desempenho de suas atividades e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Em 2016, o valor investido em treinamentos beneficiou 87% do quadro funcional do Conselho Federal.

Treinamentos	
Dados	Quantidade
Cursos oferecidos pelo CFC	73
Funcionários capacitados	106
Carga horária total dos cursos	946



Treinamento de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos realizado no Plenário do CFC, em Brasília (DF)

Oficinas de aprendizagem

O CFC promove a integração e a troca de conhecimentos e experiências entre os colaboradores. Em 2016, por meio de seus funcionários, foram realizadas 12 apresentações sobre sistemas internos e competências comportamentais.

Auxílio Educação

Na busca de manter, no seu quadro de funcionários, profissionais qualificados e atualizados, o CFC investe no desenvolvimento de seus recursos humanos para uma melhor execução de suas atividades. Proporciona ao corpo funcional oportunidades de ampliar seu nível de conhecimento, mediante a concessão de auxílio educação para cursos de pós-graduação e idiomas. Em 2016, houve a continuidade de um curso de pós-graduação e aprovação de dois auxílios educação de idiomas.



Oficina de Diárias e Passagens realizada no Plenário do CFC, em Brasília (DF)



Dia Nacional da Saúde

Saúde, Segurança no Trabalho e Qualidade de Vida

Saúde e Bem-Estar

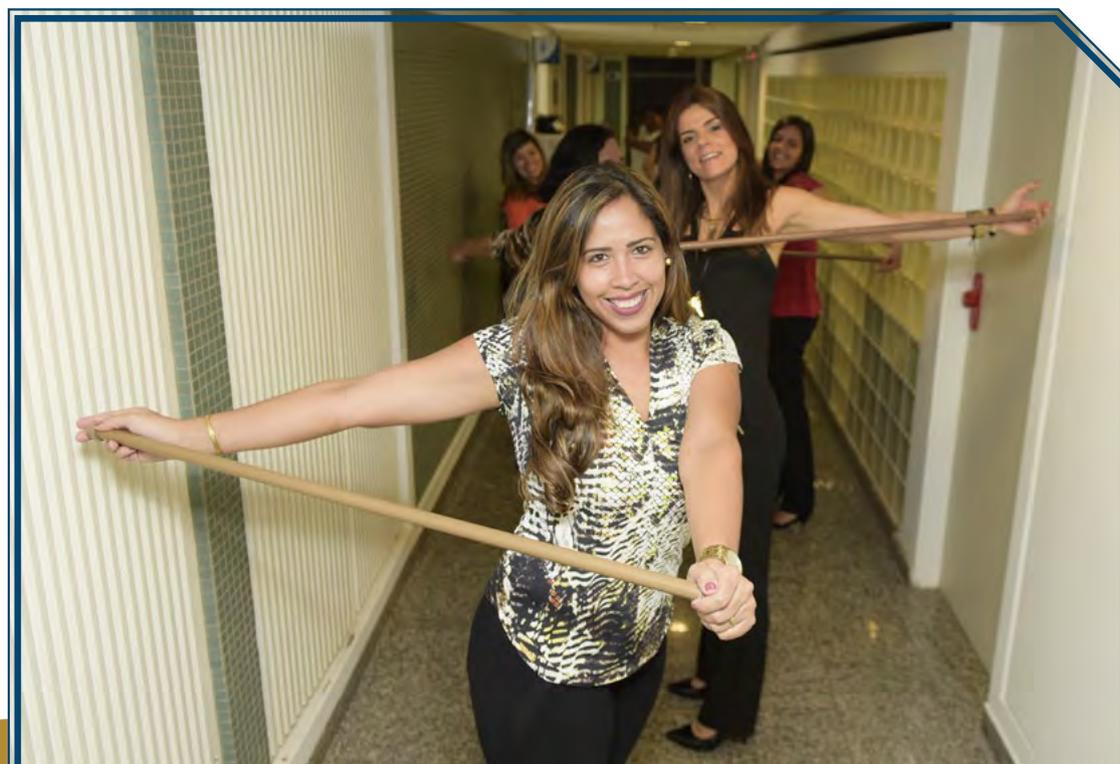
Com o objetivo de promover o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida do corpo funcional, o CFC oferece diversos benefícios, tais como: plano de saúde; plano odontológico; auxílio alimentação e refeição; vale-transporte; auxílio creche; licença acompanhante; licença aniversário; licença casamento; e licença para casos de falecimento.

Dia Nacional da Saúde

O CFC realizou o evento “Dia Nacional da Saúde”, com o objetivo de conscientizar os colaboradores sobre questões relacionadas ao equilíbrio físico e psicológico. Durante o dia, foram oferecidos os seguintes serviços: reflexologia podal; terapia oscilatória; limpeza de pele; massagem expressa; treinamento funcional; zumba; aferição de glicemia; aferição de pressão arterial; e palestra sobre “Atividade Física como Benefício e Controle da Obesidade e Depressão”. O evento contou com a participação de, aproximadamente, 100 colaboradores do CFC.

Ginástica Laboral

A Ginástica Laboral, adotada desde 2012, é orientada por profissional qualificado, com o objetivo de melhorar a saúde e evitar Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e demais doenças ocupacionais. A atividade é realizada duas vezes por semana, por aproximadamente 15 minutos.



Ginástica laboral

Massagem Expressa

Em complemento à técnica de ginástica laboral, o CFC proporciona a prática da massagem expressa nas suas dependências. O procedimento melhora a concentração e a produtividade, alivia dores e desconfortos musculares, aumenta a circulação do sangue nos músculos e, como consequência, reduz os riscos de lesões musculares. São proporcionadas, mensalmente, 100 massagens expressas aos funcionários.

Palestras

Para manter funcionários e colaboradores atualizados sobre temas relevantes em saúde, foram realizadas cinco palestras: O Processo de Adoecimento Mental; A Importância da Ginástica Laboral; Intolerância Alimentar; Outubro Rosa; e Novembro Azul.

Segurança no Trabalho

Para garantir a segurança no trabalho, o CFC busca eliminar ou minimizar a probabilidade de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Para isso, mantém equipe permanente de brigadistas credenciados no Corpo de Bombeiros e possui controle de acesso às dependências e monitoramento eletrônico.

O Conselho cumpre ainda, o cronograma de atividades disposto na NR9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O PPRA é parte integrante das iniciativas da entidade no campo da preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, estando articulado com o disposto nas demais NRs, em especial com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) previsto na NR 7.

Projeto de Combate a Incêndio

O CFC contratou empresa especializada para elaboração do Projeto de Prevenção e Combate à Incêndio (PPCI) do seu edifício sede, nos termos das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), visando oferecer adequada infraestrutura e segurança aos usuários do Conselho.

O PPCI envolve todo o sistema de segurança preditiva e prevê alternativas de combate a incêndio como forma de preservar a integridade ambiental, patrimonial e humana.

A empresa contratada submeteu o PPCI à análise e aprovação do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Após aprovação, o CFC procederá às adequações apontadas pelo PPCI em cumprimento às normas de segurança.



Palestra sobre a Importância da ginástica laboral



Brigadistas do CFC

BALANÇO
SOCIOAMBIENTAL | **2016**





CFC
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

GESTÃO DE REGISTRO, FISCALIZAÇÃO, NORMATIZAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA

Apresenta as atividades promovidas pelo CFC que, direta ou indiretamente, impactaram no Registro, na Fiscalização, na edição de Normas Brasileiras de Contabilidade e na Educação Continuada.



Vice-Presidente de Registro,
Marco Aurélio Cunha de Almeida (2016/2017)

Registro

A área de Registro coordena e supervisiona o registro e o cadastro dos profissionais da contabilidade e das organizações contábeis em todo o País. Além disso, julga e examina as decisões dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) em grau de recurso.

Registros Ativos

Em 31 de dezembro de 2016, havia um total de 536.240 profissionais registrados nos 27 CRCs. Desse total, 348.393 são contadores (64,97%) e 187.847 são técnicos em contabilidade (35,03%). Havia, na mesma data, 57.900 organizações contábeis registradas em todo o Brasil.

Profissionais					
Data	Contador	%	Técnico	%	Total
31/12/2016	348.393	64,97	187.847	35,03	536.240
31/12/2015	334.675	62,90	197.390	37,10	532.065

Organizações Contábeis									
Data	Sociedade	%	Empresário	%	MEI	%	EIRELI	%	Total
31/12/2016	34.682	59,9	11.945	20,63	7.550	13,04	3.723	6,43	57.900
31/12/2015	33.900	66,02	10.171	19,81	4.694	9,14	2.586	5,04	51.351



Conselheiros da Câmara de Registro (2016/2017)

Registros Ativos por Gênero

Do total de 536.240 profissionais ativos, 305.789 (57,02%) são do sexo masculino e 230.451 (42,98%) são do sexo feminino.

Registros Ativos por Região

Em 31 de dezembro de 2016, a região Centro-Oeste representava 8,75% do total de profissionais; a região Nordeste, 16,01%; a região Norte, com a menor quantidade de profissionais ativos, 5,82%; a região Sudeste, com a maior, 51,48%; e a região Sul, 17,94% do total de profissionais ativos no Brasil.

Região	Masculino						Feminino						Total	
	Contador	%	Técnico	%	SubTotal	%	Contador	%	Técnico	%	SubTotal	%	Total	% Brasil
Centro-Oeste	18.141	38,652	9.489	20,218	27.630	58,870	14.655	31,225	4.649	9,905	19.304	41,130	46.934	8,75
Nordeste	31.392	36,563	17.838	20,776	49.230	57,340	26.237	30,559	10.390	12,102	36.627	42,661	85.857	16,01
Norte	11.242	36,030	4.552	14,589	15.794	50,619	12.652	40,549	2.756	8,833	15.408	49,381	31.202	5,82
Sudeste	90.994	32,965	67.538	24,468	158.532	57,433	76.793	27,820	40.707	14,747	117.500	42,568	276.032	51,48
Sul	35.788	37,196	18.815	19,555	54.603	56,751	30.499	31,699	11.113	11,550	41.612	43,249	96.215	17,94
Total Geral	187.557	34,976	118.232	22,048	305.789	57,025	160.836	29,993	69.615	12,982	230.451	42,975	536.240	100

Acompanhamento e Apoio aos Setores e Câmaras de Registro do Sistema CFC/CRCs

Com a obrigatoriedade de os processos de registro tramitarem eletronicamente, por meio do Sistema de Processo Eletrônico de Registro (SPER), as visitas *in loco* aos Regionais tornaram-se dispensáveis. Em substituição às visitas, o Conselho Federal optou por acompanhar os setores de Registro dos CRCs, utilizando a internet, a fim de verificar a eficiência e a eficácia dos processos eletrônicos de registro, bem como apurar se esses estão de acordo com as normas vigentes.

Os processos são escolhidos de forma aleatória e analisados pela equipe de trabalho do CFC, na sede em Brasília (DF). Após a análise, o resultado do trabalho é materializado em um relatório direcionado ao setor de Registro dos CRCs, onde constam os apontamentos e recomendações de melhoria, com o intuito de convergir os procedimentos dos Conselhos Regionais com as normas de registro e legislação correlatas.

O novo projeto de Acompanhamento e Apoio aos Setores e Câmaras de Registro dos CRCs se traduz em maior eficiência, uma vez que utiliza o mínimo de recursos para alcançar melhores resultados.

Em 2016, foram analisados processos de registro profissional e de organizações contábeis de 15 Conselhos Regionais: CRCRO, CRCMS, CRCRR, CRCPA, CRCGO, CRCMT, CRCCE, CRCRN, CRCBA, CRCTO, CRCAM, CRCPE, CRCRJ, CRCRS e CRCPR.

Jovens Lideranças

O projeto Jovens Lideranças completou dez anos. O propósito da sua constituição foi o de aproximar os futuros profissionais do Sistema CFC/CRCs. Atualmente, conta com quase mil pessoas envolvidas em todo o Brasil, desenvolvendo ações que motivam o ingresso no mercado no trabalho, o empreendedorismo, participação no cenário da profissão contábil e a responsabilidade socioambiental.

Foram realizadas mais de 120 ações, com a participação de, aproximadamente, 150 mil estudantes e/ou jovens lideranças contábeis, tais como:

- palestras ministradas nas instituições de ensino sobre o sistema contábil brasileiro, bem como a discussão da ética e da formação de um profissional cada vez mais preocupado com a responsabilidade social;
- minicursos “CFC Jovem”, em quatro instituições de ensino do Estado do Ceará, sendo abordados temas sobre legalização de empresas, noções de departamento de pessoal e legislação trabalhista, noções de departamento fiscal e contabilidade de encerramento de balancetes, oportunizando a participação de mais de 280 alunos;
- recepção dos bacharéis em Ciências Contábeis durante a realização do Exame de Suficiência, ação realizada nos 26 estados e no Distrito Federal;
- ação social dos CRCs Jovens no dia das crianças;
- caminhada da cidadania; e
- Fóruns de Jovens Empresários.

Comissão Nacional de
Jovens Lideranças Contábeis



Durante o 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, foi realizado o Fórum Brasil de Jovens Lideranças Contábeis, para tratar da “Fórmula Mágica do Sucesso”. No evento, foram discutidos assuntos de interesse dos futuros profissionais no mercado de trabalho.

O CFC, por meio da Portaria CFC n.º 133/2016, instituiu a Comissão de Jovens Lideranças Contábeis para coordenar os projetos que visem promover e incentivar a formação de novas lideranças comprometidas com a valorização profissional.

Durante o exercício de 2016, foram desencadeadas as seguintes ações:

- criação da logomarca do Projeto Jovens Lideranças Nacional e Estadual;
- participação com depoimentos no filme “Em Cena, os Valores da Contabilidade”, lançado em agosto de 2016, de iniciativa da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), para retratar a imagem do profissional no passado, na atualidade e as perspectivas para o futuro;

- criação do Boletim CFC Jovem Profissional Contábil para divulgar os trabalhos realizados pela Comissão Nacional e as Comissões Regionais de forma a aproximar o jovem profissional do Sistema CFC/CRCs. O boletim é publicado bimestralmente, de forma eletrônica, e enviado a todos os profissionais registrados nos Conselhos de Contabilidade. Em 2016, foram editados sete boletins que estão disponíveis no portal do CFC; e
- elaboração de matérias sobre as ações realizadas pela Comissão para divulgação nos seguintes meios de comunicação: Boletim CFC, Revista Abracicon, *site* do CFC, Facebook, Instagram e Twitter.

Sistema de Processo Eletrônico de Registro (SPER)

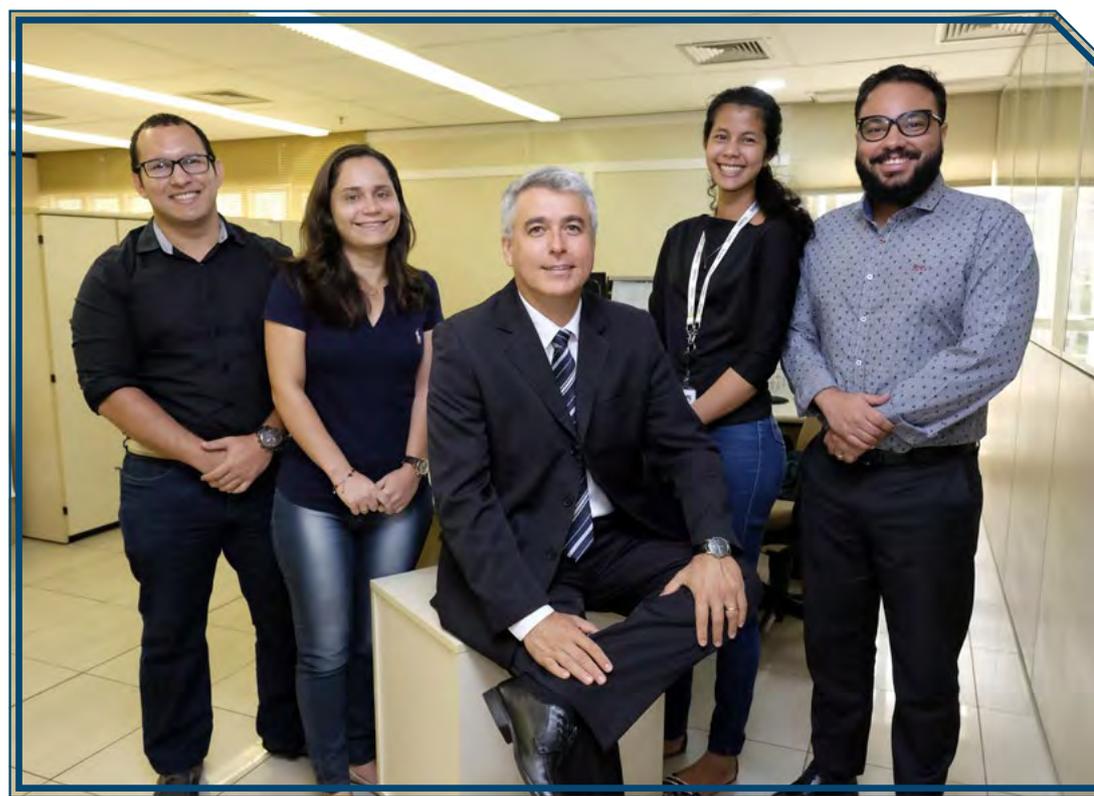
Desde 2013, a utilização do SPER é obrigatória e tem como finalidade uniformizar, agilizar, dar maior segurança e eficácia no andamento dos processos por meio eletrônico. Todo o processo de solicitação de registros nos CRCs é inserido no sistema com as informações originais apresentadas pelos profissionais da contabilidade e, nos casos de indeferimento, o CFC utiliza o sistema para analisar os recursos.

Em 2016, o CFC analisou 563 processos. Diante das mudanças tecnológicas, o SPER é constantemente aperfeiçoado, a fim de promover melhorias nos procedimentos de concessão, restabelecimento e baixa de registro dos profissionais e organizações contábeis.

Revisão da Legislação Aplicada à Área de Registro

Dando continuidade ao processo de revisão de normas e procedimentos relacionados à área de Registro, em 2016, foram publicadas as seguintes Resoluções:

- Resolução CFC n.º 1.502/2016, que trata do Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC).
- Resolução CFC n.º 1.513/2016, altera o prazo até 31/12/2017 para os contadores que possuem experiência em perícia solicitarem o cadastro no CNPC, sem a necessidade de aprovação em Exame de Qualificação Técnica.
- Resolução CFC n.º 1.518/2016, revoga o prazo, previsto na Resolução CFC n.º 1.486/2015, para os aprovados em Exame de Suficiência solicitarem registro profissional. Sendo assim, o candidato aprovado poderá solicitar o registro profissional a qualquer tempo.



Colaboradores do CFC

Cadastro Nacional de Profissionais da Contabilidade

Com o intuito de facilitar a pesquisa de profissionais, em âmbito nacional, o CFC disponibiliza, por meio do seu portal, na internet, o sistema de consulta pública, em que o cidadão, com acesso à rede mundial, poderá verificar a situação cadastral de qualquer profissional registrado nos Conselhos Regionais.

Essa ferramenta vem reafirmar o compromisso do Conselho Federal, conforme sua missão institucional, de atuar como fator de proteção à sociedade, de maneira transparente, fornecendo informações sobre a situação cadastral de profissionais da contabilidade a quem interessar.

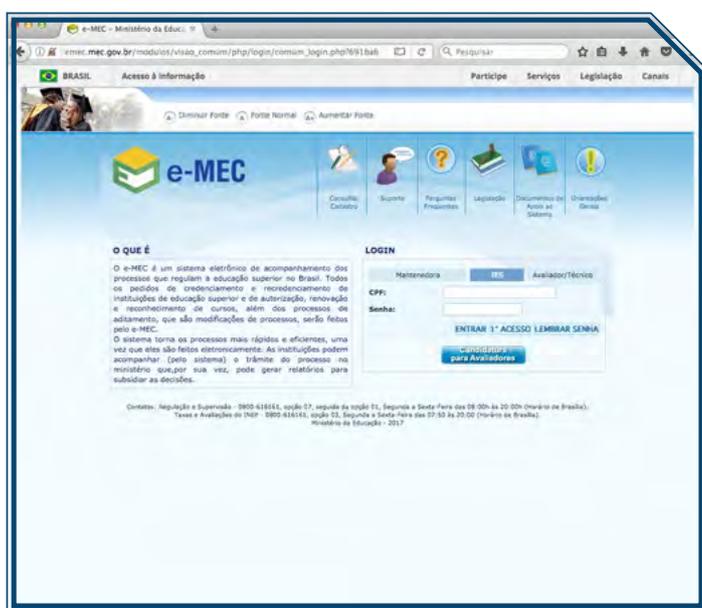
Parceria entre CFC e SESu/MEC

Em consonância com o Art. 37 do Decreto n.º 5.773/2006, nos processos de Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de cursos de Ciências Contábeis, o CFC emite relatórios de manifestação técnica acerca das condições objetivas da oferta desses cursos, a partir da análise dos projetos pedagógicos informados pelas respectivas IES no Sistema e-MEC.

Em 2009, foi assinado o Termo de Colaboração celebrado entre o CFC e a Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), visando contribuir, em caráter experimental, com subsídios para as ações de regulação e supervisão da educação superior definidos no Decreto n.º 5.773/2006, especificamente na área de Contabilidade.

A comissão de especialistas, instituída pela Portaria CFC n.º 055/2016, é integrada por 13 componentes representantes de oito unidades federativas (AM, CE, MG, PI, PR, RS, SC e SP). O trabalho é realizado por meio do Sistema e-MEC, utilizando-se, para a análise, alguns dados, como os resultados do Exame de Suficiência; do Índice Geral de Cursos (IGC) publicado pelo Inep; do número de cursos ativos; e do número de matrículas em relação à população local, etc., com o objetivo de emitir o parecer sobre as dimensões (pertinência, relevância e inovação) dos cursos de graduação em Ciências Contábeis e, ainda, propor políticas de melhoria ao MEC.

No ano de 2016, mais de 100 processos foram distribuídos para análise da Comissão, a fim de elaborar as referidas manifestações técnicas e para estabelecer a interlocução com a SESu/MEC. Os processos que são analisados pela comissão são: autorização vinculada ao credenciamento; reconhecimento de cursos; renovação de reconhecimento de cursos; autorização EAD vinculada ao credenciamento; reconhecimento de cursos EAD; e aditamento, mudança de endereço de curso e autorização de curso.



Visitas Escolares

O programa Visitas Escolares tem por objetivo aproximar os futuros profissionais da contabilidade do CFC, auxiliando-os a expandir os limites da aprendizagem para além das salas de aula. O programa abre as portas do CFC para alunos de cursos de Ciências Contábeis, de qualquer parte do Brasil, para conhecerem as instalações do prédio, com o acompanhamento de professores responsáveis pela visita.

Enquanto conhecem o Auditório, a Biblioteca e o Plenário, entre outras instalações, os estudantes têm a oportunidade de entender o funcionamento do Conselho, de vivenciar um pouco da história da profissão, de adquirir informações sobre o desenvolvimento da profissão e de ver de perto onde ocorre grande parte das principais discussões da área contábil brasileira.

As IES que visitaram a sede do CFC foram: Faculdade Araguaia (GO); Faculdade Alfredo Nasser (GO); Faculdade UEG Jaraguá (GO); Instituto Cuiabano de Educação (MT); Faculdades Unidas do Vale do Araguaia (MT); Faculdade Unicamps Goiânia (GO); Centro Universitário Municipal de Franca (SP); Faculdade Univille de São Bento do Sul (SC); e Faculdade de Ciências Integradas do Pontal Ituiutaba (MG).

DURANTE O ANO DE 2016, O PROGRAMA RECEBEU O TOTAL DE **360** ESTUDANTES DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (IES) DE VÁRIAS REGIÕES DO BRASIL.



Visita de alunos da UEG de Jaraguá (GO)

Visita de alunos da UnB, Brasília (DF)





Exame de Suficiência

Devidamente regulamentado pela Lei n.º 12.249/2010, o Exame de Suficiência é um instrumento para mensurar conhecimentos de acordo com os conteúdos programáticos desenvolvidos nos cursos de Ciências Contábeis. A partir dos resultados observados, as IES podem reavaliar a qualidade do ensino e, se necessário, promover alterações nas matrizes curriculares.

Foram realizadas duas edições do Exame de Suficiência em 2016. A primeira edição foi em abril e a segunda, em outubro de 2016. Com a previsão legal de não se registrarem mais técnicos em contabilidade, a partir de 1º de junho de 2015, não foram aplicadas provas para a categoria Técnico em Contabilidade, mas somente para bacharéis em Ciências Contábeis.

A primeira edição contou com um total de 48.043 inscritos, sendo que 41.987 compareceram para realizar a prova; desses, 17.576, 41,86% do total, obtiveram aprovação. Quanto à segunda, foram 47.128 inscritos, com o comparecimento de 40.963, mas somente 8.948, ou 21,84%, obtiveram a aprovação. Portanto, em 2016, 26.524 candidatos estavam aptos a solicitar o registro profissional.

Considerando o baixo índice de aprovação (média de 31,98%) e, visando contribuir para a melhoria desses resultados, o CFC vem promovendo discussões com membros das IES, professores e coordenadores de cursos de Ciências Contábeis, para debater sobre os conteúdos programáticos cobrados nas provas e o desempenho

desses conteúdos nas edições do Exame. O Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis (ENCPCCC), realizado todos os anos, é um exemplo dessa iniciativa do CFC.

Entre as diversas ações, os CRCs também disponibilizam, de forma personalizada, para as IES da sua jurisdição, um relatório com o número de inscritos, presentes, aprovados e reprovados. Essas informações servem para subsidiar as IES, por meio da observação dos resultados, nos processos de tomada de decisão, quanto ao aperfeiçoamento da matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis.

Além disso, o CFC promove a realização de eventos para os estudantes, para oportunizar debates sobre os mais importantes temas relativos não só à qualidade da formação universitária, mas também às questões profissionais, de mercado e da sociedade como um todo. Disponibiliza, por meio do serviço *on-line* da Biblioteca do CFC, livros, artigos técnicos e trabalhos científicos para servir de consulta. Atualmente, há mais de quatro mil trabalhos e artigos para acesso eletrônico.

Ainda, com vistas à proteção da sociedade brasileira, o CFC atua em parceria com a SESu/MEC, contribuindo com subsídios para as ações de regulação e supervisão da educação superior na área de Contabilidade. Para elaborar manifestações técnicas, o CFC instituiu uma comissão de especialistas que disponibiliza os pareceres que irão compor o processo regulatório de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de Ciências Contábeis em todo o Brasil.

	Bacharel em Ciências Contábeis		
	Inscritos (*)	Aprovados	% Aprovação
1ª edição	41.987	17.576	41,86%
2ª edição	40.963	8.948	21,84%
Total	82.950	26.524	31,98%

* Inscritos presentes durante o Exame.

Fiscalização

A Fiscalização do exercício profissional é uma das finalidades do Conselho Federal de Contabilidade e é responsável pelo direcionamento das políticas e diretrizes e pelo controle das ações desenvolvidas no Sistema CFC/CRCs. Além disso, visa à defesa e à valorização da profissão contábil e dos princípios éticos, consubstanciados no Código de Ética da profissão contábil e no Decreto-Lei n.º 9.295/1946.

Ações de Fiscalização do Sistema CFC/CRCs

Os Conselhos de Contabilidade atuam como fator de proteção à sociedade, tendo como função pre-cípua o desenvolvimento das ações fiscalizatórias, conforme previsto no Art. 2º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946:

“Art. 2º A fiscalização do exercício da profissão de contabilista, assim entendendo-se os profissionais habilitados como conta-dores e guarda-livros, de acordo com as disposições constan-tes do Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931, Decreto n.º 21.033, de 8 de fevereiro de 1932, Decreto-Lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943 e Decreto-Lei n.º 7.988, de 22 de setembro de 1945, será exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade a que se refere o artigo anterior.”

Assim, compete à Administração dos Conselhos de Contabilidade garantir o cumprimento da função institucional estabelecida em Lei.

A execução dos procedimentos fiscalizatórios é realizada pelos Conselhos Regionais de Contabili-dade, conforme estabelecido na alínea “c” do Art. 10 do Decreto-Lei n.º 9.295/1946 e no Art. 18 da Resolução CFC n.º 1.370/2011 (Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade). Suas principais atribuições são:

- a. expedir cédula de identidade para os profissionais e alvará para as organizações contábeis;
- b. examinar reclamações e decidir acerca dos serviços de registro e das infrações dos dispositivos legais vigentes, com relação ao exercício profissional; e
- c. desenvolver ações necessárias à fiscalização do exercício profissional e representar as autori-dades competentes sobre fatos apurados cuja solução não seja de sua alçada.

Há mais de dez anos, o CFC, por meio do seu Planejamento Estratégico, vem protegendo a sociedade e valorizando a imagem da profissão e da classe contábil com uma fiscalização orientativa e ostensiva. O Sistema CFC/CRCs, por sua vez, busca conscientizar individualmente e coletivamente os mais de 530 mil profissionais registrados em todo o País, respeitando a legislação vigente, os princípios contábeis e o patrimônio dos seus clientes.



Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina,
Luiz Fernando Nóbrega (2016/2017)

A Fiscalização deve:

- a. zelar para que sejam observadas as leis, os princípios e as normas reguladoras do exercício da profissão contábil;
- b. estimular a exatidão, a probidade e a diligência na prática da Contabilidade, salvaguardando o prestígio e o bom conceito dos que a exercem;
- c. cooperar para a integração profissional e a consolidação dos princípios éticos; e
- d. atuar como fator de proteção aos usuários das informações contábeis.

A Fiscalização dos Conselhos de Contabilidade tem por objetivo verificar a regularidade cadastral e a execução de trabalhos técnicos privativos dos profissionais da contabilidade, entre eles: Auditoria Contábil, Perícia Contábil, Contabilidade, Contrato de Prestação de Serviço e emissão de Decore.

As ações fiscalizatórias são desenvolvidas com objetivo de que, em um ciclo de três anos, todos os profissionais do estado sejam fiscalizados pelo menos uma vez. Para o desenvolvimento dessas ações, o CFC tem como base as diretrizes estabelecidas no Manual de Fiscalização, Ética e Disciplina, aprovado pela Resolução CFC n.º 827/2000.

As áreas de Fiscalização do Sistema CFC/CRCs obtiveram bons resultados no exercício de 2016. No ano, foram realizadas 46.531 diligências. Esse número expressivo reflete o avanço que o sistema eletrônico possibilitou, auxiliando o serviço dos fiscais dos CRCs.



Conselheiros da Câmara
de Fiscalização, Ética e
Disciplina (2016/2017)

Acompanhamento e Apoio à Fiscalização e às Câmaras de Fiscalização dos CRCs

O projeto tem por objetivo desenvolver ações visando garantir que a Fiscalização do Sistema CFC/CRCs seja exercida com abrangência e uniformidade necessárias. As ações podem ser realizadas por demanda do CRC ou por definição da Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina do CFC.

No ano de 2016, foram realizadas ações de assessoramento nos CRCs dos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Norte para a melhoria dos procedimentos fiscalizatórios. O assessoramento foi presencial onde um conselheiro do CFC realizou um treinamento com os conselheiros da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina e depois participou da sessão de julgamento de processos para realizar a orientação prática com processos reais.

O CFC iniciou o ano com 961 processos em estoque e finalizou o exercício com 435, representando uma redução de 45%. Em 2016, foram julgados 1.763 processos, enquanto, em 2015, foram julgados 1.119, representando um aumento de 58%.

A partir de 2016, os CRCs passaram a emitir relatórios trazendo os seguintes posicionamentos mensais: cumprimento das metas; evolução do acompanhamento das notificações; apurações de denúncias; autuações; trâmite processual; recebimento de multa; e acompanhamento dos processos de revisão pelos pares e de Educação Continuada.

Revisão da Legislação Aplicada à Fiscalização

O principal trabalho desenvolvido em 2016 foi a elaboração da Resolução CFC n.º 1.508/2016. A nova norma regulamentou o rito especial para os processos de cassação do registro profissional decorrentes de processos administrativos no âmbito dos Conselhos de Contabilidade, conforme previsto na Lei n.º 12.249/2010, bem como criou uma dosimetria para as infrações que trazem a possibilidade da cassação, o que impactou a alteração de diversas ocorrências previstas no Manual de Fiscalização.

A norma definiu que “Cassação é a perda da habilitação para o exercício da atividade profissional, decorrente de decisão transitada em julgado, por infração prevista na alínea “f” do Art. 27 do Decreto-Lei n.º 9.295/1946”. Contudo, a norma regulou que, decorridos cinco anos da devida ciência da decisão de cassação do exercício profissional, após o trânsito em julgado, poderá o bacharel em Ciências Contábeis requerer novo registro, nos termos da Lei n.º 12.249/2010, desde que cumpridos os requisitos previstos na legislação.

A Resolução CFC n.º 1.508/2016 passou por um cuidadoso processo, constituído de várias etapas devido à complexidade do tema. A norma só entrou em vigor após diversas audiências públicas. A edição da resolução vem ao encontro do desenvolvimento da Contabilidade brasileira e do aprimoramento do exercício profissional.

Escola de Fiscais do Sistema CFC/CRCs

O projeto tem por objetivo desenvolver treinamentos virtuais, com a utilização de vídeos, de modo a aprimorar a capacitação técnica do quadro de fiscais. A finalidade da Escola é trazer uma forma de aprendizagem constante, moderna, eficiente e eficaz, com obtenção de melhores resultados em relação aos recursos financeiros investidos, e que venha trazer uma maior efetividade das atividades fiscalizatórias desenvolvidas pelos Conselhos Regionais.

Esses vídeos, de curta duração, abordam temas que visam formar um acervo de pesquisa com informações atualizadas que possam ser constantemente consultadas. Os temas envolvem, além de matérias técnicas, assuntos sobre comunicação e expressão, oratória, postura profissional, entre outros. Em 2016, foram preparados dois vídeos iniciais.



Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

O SPED é uma solução tecnológica que oficializa os arquivos digitais da escrituração fiscal e contábil dos sistemas empresariais dentro de um formato específico e padronizado. Está baseado na integração dos Fiscos

federais, estaduais e municipais. A ferramenta permite reduzir custos com a dispensa de impressão e armazenamento de documentos em papel; racionalizar e simplificar as obrigações acessórias; uniformizar as informações prestadas pelos contribuintes; e, fortalecer o controle e a fiscalização por meio de intercâmbio de dados.

Em parceria firmada com a Secretaria da Receita Federal (SRF), o CFC tem confirmado sua presença no apoio ao desenvolvimento do SPED, tendo realizado sete fóruns para tratar de questões relativas à Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Contábil Fiscal (ECF), e-Social e Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), com a participação das empresas-pilotos no SPED e dos CRCs, convidados para acompanhar essa ação conjunta.

Funcionários do CFC



Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE)

O Comitê foi instituído pelo CFC e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) com o objetivo de avaliar os procedimentos adotados pelos auditores independentes e pelas empresas de auditoria, buscando assegurar a qualidade dos trabalhos desenvolvidos, mediante o atendimento ao estabelecido nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas e Profissionais editadas pelo CFC e, na falta dessas, nos pronunciamentos do Ibracon, e, quando aplicável, nas normas emitidas por órgãos reguladores.

Aprovada pela Resolução CFC n.º 1.323/2011, a Revisão Externa da Qualidade, conhecida como “Revisão pelos Pares”, aplica-se, exclusivamente, aos auditores cadastrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do CFC. Trata-se da avaliação dos procedimentos adotados pelos contadores e firmas de auditoria com o objetivo de assegurar o trabalho desenvolvido.

A Revisão pelos Pares funciona em ciclos de quatro anos, divididos em programas anuais. Cada auditor deve se submeter, no mínimo, uma vez a cada ciclo. Os auditores são selecionados por meio de sorteio público em sistema informatizado de amostragem aleatória.

Em 2016, para atender ao programa de Revisão pelos Pares, foram selecionados 148 auditores independentes (correspondendo a 36,09% dos auditores com registro ativo na CVM), sendo 25 pessoas físicas e 123 pessoas jurídicas. Foram analisados pelo Comitê 105 processos, sendo 92 aprovados, 13 não aprovados e nenhum pendente de decisão.

Quantidade de Revisões para Análise

Descrição	Quantidade
Total Geral (PF + PJ)	148
Registros cancelados CVM	19
Indicação rejeitada	0
Não indicou revisor	22
Indicou revisor sem contratá-lo	2
Revisor não enviou documentação de revisão	0
Subtotal exclusões	43
Total Revisões Aptas a Análise 2016	105
Revisões analisadas	105
Saldo de Revisões a Analisar	0

Os trabalhos do CRE, no ano de 2016, foram conduzidos com o foco na busca pela melhoria contínua de seus procedimentos, agilidade e transparência de suas ações.



Vice-Presidente Técnico, Zulmir Ivânio Breda (2016/2017)

Normatização

O Conselho Federal de Contabilidade, como órgão normatizador da profissão contábil, legitimado pela Lei n.º 12.249/2010, regulamenta, elabora e revisa normas de natureza técnica e profissional da área contábil.

Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs)

Visando à continuidade dos estudos que vêm sendo desenvolvidos para a elaboração e revisão das Normas Brasileiras de Contabilidade no processo de convergência às normas internacionais, em 2016, foram editados e revisados diferentes normativos, tais como: normas técnicas gerais; interpretações técnicas; normas aplicadas ao setor público; normas e comunicados técnicos aplicados à área de auditoria; e normas profissionais.

Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (emitidas)

Norma	Descrição
NBC TSP Estrutura Conceitual	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 1	Receita de Transações sem Contraprestação
NBC TSP 2	Receita de Transações com Contraprestação
NBC TSP 3	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 4	Estoques
NBC TSP 5	Concessões de Serviços Públicos



Conselheiros da Câmara Técnica (2016/2017)

Normas Brasileiras de Contabilidade e Comunicados Técnicos de Auditoria (editadas e revisadas)

Norma	Descrição
NBC TA 200 R1	Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria
NBC TA 210 R1	Concordância com os Termos do Trabalho de Auditoria
NBC TA 220 R2	Controle de Qualidade da Auditoria de Demonstrações Contábeis
NBC TA 230 R1	Documentação de Auditoria
NBC TA 240 R1	Responsabilidade do Auditor em Relação à Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis
NBC TA 260 R2	Comunicação com os Responsáveis pela Governança
NBC TA 300 R1	Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis
NBC TA 315 R1	Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente
NBC TA 320 R1	Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria
NBC TA 330 R1	Resposta do Auditor aos Riscos Avaliados
NBC TA 450 R1	Avaliação das Distorções Identificadas durante a Auditoria
NBC TA 500 R1	Evidência de Auditoria
NBC TA 510 R1	Trabalhos Iniciais – Saldos Iniciais
NBC TA 540 R1	Auditoria de Estimativas Contábeis, Inclusive do Valor Justo, e Divulgações Relacionadas
NBC TA 560 R1	Eventos Subsequentes
NBC TA 570	Continuidade Operacional
NBC TA 580 R1	Representações Formais
NBC TA 600 R1	Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis de Grupos, Incluindo o Trabalho dos Auditores dos Componentes
NBC TA 700	Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
NBC TA 701	Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente
NBC TA 705	Modificações na Opinião do Auditor Independente
NBC TA 706	Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente
NBC TA 710 R1	Informações Comparativas – Valores Correspondentes e Demonstrações Contábeis Comparativas
NBC TA 720	Responsabilidade do Auditor em Relação a Outras Informações
CTA 24	Emissão de Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs), Elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE)
CTO 02	Emissão de Relatório de Asseguração Razoável sobre Informações Financeiras Pro Forma
CTO 03	Emissão de Relatório sobre a Prestação de Serviços de Depósito Centralizado, de Custódia, de Escrituração e de Emissão de Certificado de Valores Mobiliários

Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Completas (editadas e revisadas)

Norma	Descrição
NBC TG 47	Receita de Contrato com Cliente
NBC TG 48	Instrumentos Financeiros
NBC TG 02 (R2)	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
NBC TG 03 (R3)	Demonstração dos Fluxos de Caixa
NBC TG 26 (R4)	Apresentação das Demonstrações Contábeis
NBC TG 32 (R3)	Tributos sobre o Lucro
NBC TG 39 (R4)	Instrumentos Financeiros: Apresentação
NBC TG 1000 (R1)	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas
ITG 09 (R1)	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Outras normas e comunicados revisados

Norma	Descrição
NBC PG 12 (R2)	Educação Profissional Continuada
CTG 2001 (R2)	Define as Formalidades da Escrituração Contábil em Forma Digital para Fins de Atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped)

Comitê Gestor da Convergência (CGC)

O Brasil iniciou a convergência das normas de contabilidade para o setor privado com a aprovação da Lei n.º 11.638/2007 e com a edição das primeiras normas convergidas que tinham por base nas *International Accounting Standard* (IAS) ou nas *International Financial Reporting Standards* (IFRS) do IASB durante o ano de 2008, completando-se a convergência em 2010. Nos anos seguintes, o trabalho foi de aprimoramento das normas editadas e de atualização de acordo com as alterações nas IFRS.

O Comitê acompanha, analisa e gerencia a execução do plano de ação de convergência das normas de Contabilidade e Auditoria firmado entre o CFC e a *International Federation of Accountants* (Ifac). O plano de ação é revisado e enviado à Ifac a cada dois anos. Os resultados dos grupos de estudo e de trabalho são compilados e enviados ao CGC para supervisão do trabalho de convergência, pois o Comitê tem a função de intermediar e manter a comunicação entre o CFC e o Organismo Regulador Internacional.

Em 2016, foram revisadas seis normas e editada uma e, em decorrência disso, foram alteradas 17 normas e editados três comunicados, que tinham como base as *International Standards on Auditing* (ISAs) da Ifac. Em relação ao setor público, o CFC editou 6 normas que têm por base as *International Public Sector Accounting Standards* (Ipsas) da Ifac, revogando as NBC Ts convergidas.

Grupo Assessor da Área Pública

A atribuição do Grupo Assessor da Área Pública é a elaboração e a disseminação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), com o objetivo de consolidar o modelo brasileiro ao padrão internacional.

Em 2016, o Grupo Assessor, com foco na convergência das Ipsas, editou seis Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público. O cronograma de conclusão do trabalho de convergência está previsto para o ano de 2021.

Com o intuito de formar multiplicadores das normas públicas alinhadas às normas internacionais, o Conselho Federal, em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e a Escola de Administração Fazendária (Esaf), realizou três edições da Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios (Secofem).

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O Comitê foi criado pela Resolução CFC n.º 1.055/2005 e tem a participação do CFC, da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), cujas ações visam atender à convergência internacional das normas contábeis, envolvendo os elaboradores da informação contábil (auditores, usuários, academia, agentes de intermediação e Governo), a fim de estimular o processo democrático na produção dos pronunciamentos.

O CPC tem como objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos, suas interpretações e orientações sobre procedimentos de contabilidade societária. Além disso, promove a divulgação de informações dessa natureza para permitir a emissão de normas pelas entidades brasileiras reguladoras, que visam à uniformização do seu processo de produção.

No exercício de 2016, o CPC dirigiu seus esforços para alcançar os seguintes resultados:

- Editou os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 e CPC 48 e a Revisão de Pronunciamentos Técnicos n.º 9/2016, 10/2016 e 11/2016, que, após aprovados, foram editadas as Normas Brasileiras de Contabilidade correspondentes.
- Analisou as *Exposure Drafts* (ED) e *Discussion Papers* (DP), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e encaminhou sete cartas-comentários sobre os diversos assuntos contábeis.
- Promoveu o XIII Seminário Internacional CPC sobre Normas Contábeis Internacionais, com o objetivo de proporcionar uma visão de mudanças futuras, conforme a agenda do IASB.



XIII Seminário Internacional CPC sobre Normas Contábeis Internacionais





Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional,
Nelson Zafra (2016/2017)

Educação Continuada

A Educação Continuada se caracteriza como um processo fundamental para o cumprimento de uma das finalidades institucionais do Sistema CFC/CRCs e tem por objetivo desenvolver competências para qualificar, atualizar e aprimorar o conhecimento dos profissionais.

Educação Profissional Continuada (EPC)

É um programa do CFC que visa atualizar e aprimorar os conhecimentos dos contadores que atuam no mercado de trabalho como auditores independentes, mesmo aqueles que não trabalham no mercado regulado, os responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis, ou os que exerçam funções de gerência/chefia na área contábil das empresas sujeitas à contratação de auditoria independente pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central do Brasil (BCB), pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), ou consideradas de grande porte nos termos da Lei n.º 11.638/2007 (sociedades de grande porte). O programa atende às prerrogativas contidas na Lei n.º 12.249/2010.

A regulamentação do Programa de Educação Profissional Continuada (EPC) se dá por meio da NBC PG 12, que passou por modificações no ano de 2016, resultando na NBC PG 12(R2), publicada no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2016. Dentre as alterações, destacou-se a ampliação do alcance da norma aos profissionais da contabilidade que devem cumprir a EPC. Assim, além daqueles citados anteriormente, a obrigatoriedade será estendida aos seguintes:

- a partir do exercício de 2017 todos os responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis, ou que exerçam funções de gerência/chefia na área contábil das empresas sujeitas à contratação de auditoria independente pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc);
- a partir de 2018, a Norma é obrigatória, também, para todos os peritos contábeis registrados no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis.

Os profissionais enquadrados nesse perfil precisam obter, pelo menos, 40 pontos anuais no Programa de Educação Continuada, sendo que desses, no mínimo, 20% sejam cumpridos com atividades de aquisição de conhecimento. A pontuação deve ser advinda de cursos, palestras, reuniões técnicas, docência, participação em comissões profissionais e técnicas, bancas acadêmicas, orientação de tese, monografia ou dissertação, publicação de artigos em jornais, revista, autoria e coautoria de livros e outras atividades acadêmicas, desde que credenciadas e os respectivos pontos homologados pelo CFC.

De acordo com a apuração feita em 2016, relativa às atividades realizadas em 2015, verificou-se que 94,6% dos profissionais atingiram a meta de 40 pontos prevista no Programa de Educação Continuada, considerando a obrigatoriedade imposta aos 3.298 auditores independentes atuantes.

Com o objetivo de disseminar as modificações contidas na NBC PG 12(R2), o CFC oficiou os 27 Conselhos Regionais de Contabilidade para que fosse promovida a divulgação das alterações a todas as capacitadoras credenciadas em seus respectivos Estados, bem como para os contadores cadastrados

no CNAI, CNPC, empresas de grande porte e organizações contábeis que tenham em seu objeto social a atividade de auditoria independente. Além disso, o CFC envia constantemente informativo *on-line* e efetua a disponibilização de matérias no seu portal da internet, a fim de alertar os novos profissionais abrangidos pela norma.

Em 2016, 100% dos processos de credenciamento de capacitadoras, cursos e eventos destinados ao Programa de Educação Profissional Continuada foram analisados. Para tanto, seis reuniões da Comissão de Educação Profissional Continuada do CFC (CEPC) foram realizadas, para análise dos 753 (setecentos e cinquenta e três) processos protocolados. Como resultado, foi obtido o credenciamento de 4.046 eventos/cursos.

ATÉ O EXERCÍCIO DE 2016, O PROJETO PROMOVEU O CREDENCIAMENTO DE **616** ENTIDADES CAPACITADORAS.



Conselheiros da Câmara de Desenvolvimento Profissional (2016/2017)

Cadastro Nacional de Auditores Independente (CNAI)

Por meio do CNAI, o CFC tem por objetivo cadastrar todos os profissionais que atuam no mercado de Auditoria Independente, permitindo, assim, ao Sistema CFC/CRCs conhecer o âmbito de atuação destes profissionais, disponibilizando essas informações aos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) para que estes possam fiscalizar o exercício profissional com mais eficácia.

O registro no CNAI compreende habilitações técnicas para atuação no campo das atividades de Auditoria Independente. As habilitações são Qualificação Técnica Geral (QTG) e as específicas CVM, BCB e Susep. Para obtenção do cadastro no CNAI, o contador interessado deverá ser aprovado, obrigatoriamente, no Exame de Qualificação Técnica, no mínimo, na habilitação QTG.

Em dezembro de 2016, havia 3.452 auditores independentes inscritos no CNAI, distribuídos geograficamente, conforme tabela ao lado.

Profissionais cadastrados por região	Quantidade
Norte	28
Nordeste	295
Centro-Oeste	185
Sudeste	2.327
Sul	617
Total	3.452

Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC)

A finalidade do CNPC – criado pela Resolução CFC n.º 1.502/2016, e alterada pela Resolução CFC n.º 1.513/2016 – é oferecer ao Judiciário e à sociedade uma relação de profissionais qualificados que atuam como peritos contábeis, cadastrados, inicialmente, por meio da comprovação de experiência na área, que permite ao Sistema CFC/CRCs identificá-los e dar maior celeridade à ação do poder Judiciário, uma vez que se poderá conhecer geograficamente e, também, por especialidade a disponibilidade desses profissionais.

Para análise dos pedidos de inclusão de contadores que cumpriram os requisitos da Resolução e encaminharam a documentação comprobatória de experiência em Perícia Contábil, o CFC instituiu, por meio da Portaria CFC n.º 72/2016, a comissão de validação do CNPC.

As atividades da Comissão estão em andamento, considerando a publicação da Resolução CFC n.º 1.513/2016, que estende o prazo para ingresso no CNPC, mediante apresentação de documentos comprobatórios, até 31 de dezembro de 2017.

O CNPC se justifica tendo em vista o novo Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), que entrou em vigor no dia 18 de março de 2016, determinando que os juízes sejam assistidos por peritos, quando a prova do fato depender de conhecimento específico, e que os tribunais consultem os conselhos de classe.

Até dezembro de 2016, foram cadastrados 2.456 peritos contábeis no CNPC, distribuídos, geograficamente, conforme tabela ao lado.

Profissionais cadastrados por região	Quantidade
Norte	67
Nordeste	335
Centro-Oeste	226
Sudeste	1.212
Sul	616
Total	2.456

Colaboradores do CFC



Exame de Qualificação Técnica (EQT)



O Exame de Qualificação Técnica (EQT) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), regulamentado pela NBC PA 13(R2), é um requisito para o registro do contador no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), com vistas à atuação na área da Auditoria Independente no mercado de valores mobiliários, financeiros e de seguros privados.

O Exame, resultado de uma parceria do Conselho Federal de Contabilidade e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), foi instituído devido a uma preocupação do CFC em elevar o nível técnico

e científico do contador brasileiro da área da Auditoria Independente, considerando o disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) n.º 308, de 14 de maio de 1999, Resolução n.º 3.198, de 27 de maio de 2004, alterada pela Resolução n.º 3.771, de 26 de agosto de 2009, do Banco Central do Brasil, e na Resolução CNSP n.º 312, de 16 de junho de 2014.

O EQT é composto de quatro tipos de provas, abrangendo questões objetivas e dissertativas. A saber:

- A **prova de Qualificação Técnica Geral (QTG)** visa comprovar os conhecimentos das Normas de Auditoria e assegurar aos aprovados o ingresso no CNAI. Para a manutenção do registro, será exigido dos profissionais cadastrados o cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada. A expectativa é que o mercado reconheça e priorize a contratação de auditores registrados no CNAI, para atuação na auditoria dos segmentos não regulados.
- A **prova específica da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)** é exclusiva para os profissionais que pretendam obter registro na CVM, a fim de atuarem nas instituições do mercado de capitais, e tem como finalidade a comprovação de conhecimentos das operações, normas, regulamentos e práticas contábeis aplicáveis a esse mercado. Uma vez registrado na CVM, além de cumprir o Programa de Educação Profissional Continuada, o auditor deverá observar as normas emanadas pela entidade para manutenção do referido registro.
- A **prova específica do Banco Central do Brasil (BCB)** é privativa para os profissionais que pretendam atuar em auditoria nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a operar pelo BCB; tem como objetivo a comprovação de conhecimentos das operações, normas, regulamentos e práticas contábeis aplicáveis a esse mercado.
- A **prova específica da Superintendência de Seguros Privados (Susep)** é exclusiva para os profissionais que pretendam atuar auditoria nas entidades supervisionadas pela Susep e tem a intenção de comprovar conhecimentos das operações, normas, regulamentos e práticas contábeis aplicáveis a esse mercado.

A partir de 2016, os requisitos para aprovação dos candidatos foram alterados. A NBC PA 13(R2) determina, para aprovação, o mínimo de 60% dos pontos das questões objetivas e 60% das questões dissertativas previstos em cada prova.

Nessa edição, foram obtidos os seguintes quantitativos e resultados:

Prova	Inscritos	Inscritos presentes	Aprovados	Percentual Aprovação (%)*
QTG	1.286	1.076	550	51,12
CVM	474	396	100	25,25
BCB	190	165	95	57,58
Susep	101	77	12	15,58
TOTAL	2.051	1.714	757	44,16

* Com base no número de candidatos presentes

Fonte: Sistema Gestor de Exames

Em 21 de outubro de 2016, foi aprovada a NBC PP 02, que dispõe sobre o Exame de Qualificação Técnica para Perito Contábil, com o objetivo de aferir o nível de conhecimento e a competência técnico-profissional necessários ao contador que pretende atuar na atividade de perícia contábil.

O EQT para perito contábil será implementado em 2017. A NBC PP 02 determina, para aprovação, o mínimo de 60% dos pontos das questões objetivas e 60% das questões dissertativas previstos em cada prova. O Exame será administrado por uma comissão formada por contadores indicados pelo CFC. As provas serão elaboradas pela comissão, instituída pela Portaria CFC n.º 218/2016.

A aprovação na prova de Qualificação Técnica para Perito Contábil assegura ao contador o registro no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) do Conselho Federal de Contabilidade.



Reunião da Comissão
Administradora do Exame (CAE)

Resgate da Memória Contábil nos Estados

O CFC, em parceria com os Conselhos Regionais de Contabilidade, instituiu a realização do Concurso de Trabalhos Técnicos sob o tema Resgate da Memória Contábil nos Estados. Este concurso foi promovido em caráter exclusivamente cultural, sem qualquer modalidade de sorteio ou pagamento visando estimular os estudantes da área contábil e os profissionais da contabilidade, regularmente registrados, à reflexão sobre o papel da Ciência Contábil nos estados e no País.

O concurso teve como objetivos específicos:

- estimular a pesquisa sobre a história da Contabilidade e sua importância como ferramenta de desenvolvimento nos estados;
- resgatar a memória da Contabilidade e sua evolução nos estados; e
- provocar nos profissionais e estudantes a reflexão sobre a importância e a valorização da profissão contábil.

O extrato do regulamento geral do concurso foi publicado no Diário Oficial da União, em 14 de maio de 2015, e disponibilizado nos *sites* do CFC e dos CRCs; em 2016, foram premiados três trabalhos técnicos dos seguintes estados: Acre, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Além dos objetivos apresentados, os 27 trabalhos técnicos selecionados nas unidades federativas foram publicados e lançados em setembro, em Fortaleza (CE), durante o XI Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis (ENCPCCC), homenageando os três autores dos trabalhos escolhidos, conforme o disposto no regulamento geral do concurso.



Eventos realizados pelo Sistema CFC/CRCs

Em cumprimento aos dispositivos da Lei n.º 12.249/2010, o Sistema CFC/CRCs tem intensificado suas ações, com o objetivo de oportunizar aos profissionais da contabilidade o aprimoramento do conhecimento. Por meio da Educação Continuada, busca-se definir estratégias de fiscalização preventiva, com a realização de cursos, treinamentos, palestras, seminários, convenções, encontros, congressos e outros eventos com vistas à excelência do exercício profissional.

Apoio à realização de eventos da área contábil

O projeto apoia, por meio dos CRCs, a realização de eventos da área contábil da seguinte forma:

- Concessão de auxílio para a realização de convenções, seminários, cursos e demais eventos realizados pelos CRCs e encontros regionais que envolvam dois ou mais Conselhos Regionais de Contabilidade.
- Realização de fóruns, seminários, congressos, convenções, mesas-redondas e eventos paralelos com vistas a debater temas de interesse contábil, contribuindo com a operacionalização logística de palestrantes.

20º Congresso Brasileiro de Contabilidade

O Centro de Eventos do Ceará, em Fortaleza (CE), foi cenário do mais importante evento promovido pelo Sistema CFC/CRCs para a classe contábil. Realizado a cada quatro anos, o Congresso consiste em uma valiosa contribuição para o desenvolvimento da Ciência Contábil, constituindo-se em um grande fórum de debates sobre procedimentos, técnicas, evolução e atualização de conhecimentos e da realidade global da profissão.

Com o lema “Contabilidade: Transparência para o Controle Social”, a 20ª edição do Congresso Brasileiro de Contabilidade reuniu, no período de 11 a 14 de setembro de 2016, mais de 8 mil congressistas. O evento contou com 190 atividades técnicas, divididas entre fóruns, painéis, palestras, workshops e apresentações de trabalhos.

A Comissão Organizadora do 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, por intermédio do Comitê Científico, definiu as seguintes áreas temáticas:

- Auditoria e Perícia
- Contabilidade e Governança Corporativa
- Contabilidade Financeira
- Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor
- Contabilidade Socioambiental e Sustentabilidade
- Contabilidade Tributária
- Controladoria
- Educação e Pesquisa em Contabilidade
- Temas Livres

Com base nas áreas temáticas, permitiu-se discutir e analisar questões atuais relacionadas à contabilidade e às perspectivas futuras.



Abertura do 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade

Para os trabalhos científicos e técnicos, o Comitê de Avaliação, formado por avaliadores *ad hoc*, foi constituído por professores e profissionais com a titulação de Doutor e Mestre distribuídos pelas várias regiões do Brasil. Foram selecionados 244 avaliadores, todos vinculados a programas de pós-graduação, graduação e ao mercado profissional. No processo de seleção, os trabalhos foram avaliados por pelo menos dois avaliadores *ad hoc*, mediante o sistema *double blind review*, sob a coordenação do Comitê Científico.

NO TOTAL, FORAM
SUBMETIDOS **526**
TRABALHOS TÉCNICOS E
CIENTÍFICOS, E APROVADOS **140**.

Para o desenvolvimento da temática do evento, foram convidados palestrantes e painelistas dos mais diferentes estados brasileiros e do exterior, quer seja da área empresarial, quer seja da área governamental e acadêmica. Foi apresentada uma palestra magna, nove fóruns, 19 painéis, dez *workshops*, dois encontros e um *talk-show*, que abordaram os seguintes temas:

Palestra	Palestra Magna - Governança Corporativa: Regra versus Princípios
Fóruns	3º Fórum Nacional dos Empresários da Área Contábil
	4º Fórum Nacional da Mulher Contabilista
	Fórum Brasil de Jovens Lideranças Contábeis
	Fórum do Grupo Latino-americano de Emissores de Normas de Informação Financeira (Glenif)
	II Fórum Nacional do Programa de Voluntariado da Classe Contábil
	II Fórum Prestação de Contas de Campanhas Eleitorais
	III Fórum de Gestão e Controle do Terceiro Setor
	III Fórum Nacional de Responsabilidade Socioambiental do Sistema Contábil
Encontros	VIII Fórum Nacional de Professores de Ciências Contábeis
	Encontro Nacional das Academias de Ciências Contábeis
Painéis	XI Encontro Nacional de Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis
	Perspectivas da Profissão Contábil no Mundo: Visão dos Organismos Internacionais
	Avanços e Desafios da Contabilidade Aplicada ao Setor Público em Padrões Internacionais
	Relato Integrado: Evolução da Transparência das Empresas
	O Empreendedorismo e as Contribuições do Setor Contábil para o Desenvolvimento do Brasil
	Contabilidade Assegurando a Governança no Setor Público
	Indicadores para a Sustentabilidade Econômico-Financeira das Organizações
	Liderança e Alta Performance
	Inflação: Reflexos na Contabilidade
	Controle e Transparência no Combate à Corrupção
	O Novo Relatório do Auditor Independente
	A Crescente Importância da Controladoria nas Organizações
	Normas Brasileiras e Internacionais e a Contabilidade para PME
	Os Desafios Periciais face às alterações do Novo Código de Processo Civil e ao Processo Eletrônico
	Cidadania e Contas Públicas
	Auditoria e Fraudes Corporativas
	Aspectos Fiscais das Normas Contábeis do IFRS e do CPC
	Desmitificando o Mestrado e Doutorado
	Notas explicativas sem embromação
	Planejamento Tributário como estratégia competitiva
Workshops	<i>Advances in Scientific and Applied Accounting (ASAA)</i>
	Técnicas de Elaboração de Contrato de Prestação de Serviços Contábeis: Como Blindar Seu Negócio e Ser Feliz
	Artigos Científicos: Dicas para aumentar a Probabilidade de Publicação na Revista Brasileira de Contabilidade
	Gestão do Patrimônio Público
	Agronegócio em Tempo de Valor Justo
	Editores dos Periódicos Científicos
	Inovação, Tecnologia e Oportunidades Digitais
	Avanços e Inovações no Sped
	Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
	Custos no Setor Público
Talk Show	<i>Talk Show: Ética e Transparência nas Relações Institucionais</i>

Uma das inovações nesta edição foi a atribuição do ISSN 2448-3141 aos anais dos Congressos Brasileiros de Contabilidade, que corresponde ao *International Standard Serial Number*, código aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada.



Palestra Magna com o ex-CFO da Enron, Andrew Fastow

Palestra Magna

O ex-CFO da Enron, Andrew Fastow, apresentou sua trajetória e descreveu como provocou um dos escândalos corporativos mais conhecidos da história das organizações.

Fóruns

4º Fórum Nacional da Mulher Contabilista

Com o tema “Superando Desafios, Quebrando Paradigmas”, o 4º Fórum Nacional da Mulher Contabilista retratou, de forma descontraída, as trajetórias profissionais dos painelistas convidados. O Fórum teve por objetivo promover o aprimoramento técnico-cultural e incentivar a participação das profissionais da contabilidade na vida social e política do País, como forma de destacar o papel e a importância da mulher no contexto social, além de impulsioná-las ao empreendedorismo.

3º Fórum Nacional dos Empresários da Área Contábil

O evento, com o tema “Cenários e Perspectivas do eSocial”, apresentou os benefícios da implantação do sistema do eSocial, que está sendo construído de forma colaborativa com a participação dos usuários.

III Fórum de Gestão e Controle do Terceiro Setor

O fórum abordou o impacto do marco regulatório na prestação de contas das Entidades de Interesse Social e as inovações legislativas, como a remuneração de dirigentes das Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

II Fórum Nacional do Programa de Voluntariado da Classe Contábil

O fórum do PVCC – “O Profissional da Contabilidade como Agente de Transformação Social” – foi uma grande oportunidade para esclarecer aos profissionais da contabilidade sobre a possibilidade de contribuir para o progresso da Nação por meio do voluntariado, como multiplicadores de ações de responsabilidade social, tanto em nível individual (educação financeira, doações sociais por incentivos fiscais e outras ações) quanto coletivo (Observatórios Sociais).

II Fórum Prestação de Contas de Campanhas Eleitorais

Com o tema “Contabilidade Eleitoral: Instrumento de Transparência para a Sociedade”, o fórum tratou do papel do contador na busca pela transparência no processo eleitoral e na consolidação da democracia, no tocante aos aspectos que envolvem a Contabilidade, o Direito e o Controle Social.

Fórum Brasil de Jovens Lideranças Contábeis

O evento, que integra o Projeto Jovens Lideranças Contábeis, teve como finalidade preparar a nova geração de contadores para o cenário atual do mundo dos negócios. Em clima de muita descontração, o encontro visou promover, fomentar e incentivar a formação de lideranças comprometidas com a valorização profissional.

VIII Fórum Nacional de Professores de Ciências Contábeis e XI Encontro Nacional de Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis

Com o tema “Acreditação e Certificação Internacional”, os professores discutiram a importância de os cursos e das instituições de ensino superior passarem por processos de acreditação e certificação internacionais, além de apresentarem caminhos para a obtenção dessas certificações.

Na oportunidade, foi entregue o prêmio Olívio Koliver para o melhor artigo publicado na RBC em 2015 e ocorreu o lançamento da publicação “Resgate da Memória Contábil nos Estados”.



VIII Fórum Nacional de Professores de Ciências Contábeis e XI Encontro Nacional de Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis

Fórum do Grupo Latino-Americano de Emissores de Normas de Informação Financeira (Glenif)

Com o tema “*Situación Actual de las NIIF en América Latina*”, o fórum teve por objetivo abordar a informação contábil e a sua relação com a globalização da economia e a busca da uniformidade nas normas para que o mundo global possa contar com uma linguagem comum para o desenvolvimento da Contabilidade.

III Fórum Nacional de Responsabilidade Socioambiental do Sistema Contábil

Com o tema “Responsabilidade Socioambiental: Cases de Sucesso”, foram apresentados relatos das boas práticas de responsabilidade social e ambiental e o papel do profissional da contabilidade no fomento de tais iniciativas.



Encontro Nacional das Academias
de Ciências Contábeis

Encontro

Encontro Nacional das Academias de Ciências Contábeis

Com o tema “Educação, Filosofia e Ética: Comunicação Interpessoal e o Equilíbrio nas Relações Humanas”, o encontro teve por objetivo estreitar os laços entre os acadêmicos e profissionais da contabilidade de todo o País, promovendo o estímulo à produção literária, à apuração da visão crítica e o intercâmbio cultural e social entre todos os participantes. A proposta foi no sentido de trazer uma abordagem pragmática sobre as questões que envolvem a educação, a filosofia e a ética.

Painéis

Avanços e Desafios da Contabilidade Aplicada ao Setor Público em Padrões Internacionais

Caracterizou o atual estágio de implementação das NBC TSP no Brasil e os desafios para a convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais.

Relato Integrado: Evolução da Transparência das Empresas

Discutiu o relato integrado e sua contribuição para aprimorar a qualidade da informação corporativa em uma abordagem mais coesa e eficiente para o mercado.

O Empreendedorismo e as Contribuições do Setor Contábil para o Desenvolvimento do Brasil

Abordou os atuais desafios do empreendedorismo no ambiente socioeconômico brasileiro, visando ao desenvolvimento e à consolidação das iniciativas de novos negócios e esclareceu que as informações geradas por meio da contabilidade oferecem ao gestor e empreendedor a segurança necessária para as tomadas de decisões nas empresas.

Contabilidade assegurando a Governança no Setor Público

O ambiente político, social e econômico e as medidas que contribuem para o aumento da competitividade do mercado brasileiro foram discutidos no painel. Foi destacado que a boa governança requer observar as normas, a padronização delas e os procedimentos que geram informações que visam à transparência.

Indicadores para a Sustentabilidade Econômico-Financeira das Organizações

Apresentou a importância e a contribuição dos indicadores econômico-financeiros para análise e gestão dos negócios corporativos, de forma a garantir a sua continuidade. Destacou, também, a importância dos índices de sustentabilidade ambiental, não só pelos impactos que uma crise na área pode causar nas finanças, mas também na imagem das empresas.

Liderança e Alta Performance

Abordou os conceitos de autoconhecimento e de gestão pessoal como formas de desenvolver lideranças positivas no ambiente de trabalho, inovando estratégias de mudança e inspirando pessoas a alcançarem os melhores resultados.

Perspectivas da Profissão Contábil no Mundo: Visão dos Organismos Internacionais

Discutiu o panorama atual e as expectativas da profissão contábil sob a ótica dos organismos internacionais. Na visão desses organismos, a implantação das normas internacionais, o investimento em atualização de conhecimentos e a independência do profissional contábil são fundamentais para o desenvolvimento da profissão em todo o mundo.

Inflação: Reflexos na Contabilidade

Discutiu a relevância das distorções do ambiente inflacionário nos preços atuais e nas demonstrações contábeis e seus reflexos nas decisões dos usuários da contabilidade. Além disso, os palestrantes enfatizaram a responsabilidade do profissional diante de um problema atual na sociedade, que, segundo eles, é o não reconhecimento contábil da inflação.

Controle e Transparência no Combate à Corrupção

Os palestrantes conduziram uma importante explanação sobre os mecanismos de controle interno e de transparência dos recursos públicos como estratégias de combate à corrupção, de redução de desperdícios e sobre o conseqüente aumento de desempenho da administração pública.

O Novo Relatório do Auditor Independente

Apresentou e discutiu o novo relatório da auditoria independente e os desafios para os profissionais da contabilidade. Os palestrantes destacaram que o modelo do novo relatório, iniciativa da Ifac, requer comunicação mais constante e eficiente entre os auditores, administração da companhia auditada e órgãos de governança corporativa.



Painel Perspectivas da Profissão Contábil no Mundo: Visão dos Organismos Internacionais



Painel a Crescente Importância da
Controladoria nas Organizações

A Crescente Importância da Controladoria nas Organizações

Debateu sobre a importância da controladoria nas organizações brasileiras e internacionais, seus reflexos e melhorias para a gestão das empresas. Foi destacado que é imprescindível um setor de controladoria forte e consolidado, especialmente, nas grandes organizações, para dar suporte estratégico e, entre outras coisas, manter a produtividade e eficiência das empresas.

Notas Explicativas sem Embromação

Discuti, nos aspectos teórico e prático, os principais atributos das notas explicativas com vistas à melhoria da qualidade da informação para responsáveis técnicos, auditores e usuários.

Cidadania e Contas Públicas

Discuti o papel da sociedade no exercício do controle social sobre as contas públicas no Brasil.

Normas Brasileiras e Internacionais e a Contabilidade para PME

Analisou os reflexos da implementação das IFRS na contabilidade para pequenas e médias empresas no Brasil e discuti os desafios do profissional na adoção das normas

Os Desafios Periciais face às alterações do Novo Código de Processo Civil e ao Processo Eletrônico

Apresentou as alterações introduzidas pelo novo CPC relacionadas às diversas áreas de especialização da Perícia, atuação do perito e obrigatoriedade do cadastro de peritos. Debateu também sobre as tecnologias implantadas no âmbito do poder Judiciário relativas ao processo eletrônico.

Planejamento Tributário como Estratégia Competitiva

Apresentou aspectos da carga tributária e sua importância na gestão de tributos e impacto na competitividade das empresas.

Auditoria e Fraudes Corporativas

Discuti os aspectos comportamentais relacionados às fraudes corporativas e os aspectos que envolvem a segurança e a responsabilidade do auditor nesse contexto.

Aspectos Fiscais das Normas Contábeis do IFRS e do CPC

Discuti os principais aspectos fiscais relativos às normas contábeis internacionais (IFRS) e o CPC e seus impactos nos resultados das empresas.

Desmitificando o Mestrado e Doutorado

Discuti o papel dos programas de pós-graduação na formação dos contadores e sua contribuição para a profissão e para a evolução do conhecimento na área.

Talk Show

Talk Show Ética e Transparência nas Relações Institucionais

Abordou uma avaliação do cenário político-institucional brasileiro sob a luz da ética e as perspectivas para o futuro.

Workshops

Advances in Scientific and Applied Accounting (ASAA)

Com o objetivo de desenvolver nos pesquisadores brasileiros uma cultura de elaboração de trabalhos na área de Contabilidade internacional de alto impacto, o seminário trouxe como uma das principais discussões a melhoria qualitativa das publicações científicas e técnicas realizadas pelos pesquisadores brasileiros na área da Contabilidade internacional.

Técnicas de Elaboração de Contrato de Prestação de Serviços Contábeis: como blindar seu Negócio e ser Feliz

Teve como finalidade apresentar, de forma descontraída, informações de conteúdo e dicas provenientes da “Teoria dos Contratos”, do Direito Civil e do Processo Civil, de maneira a possibilitar a sua imediata aplicação aos contratos de prestação de serviços contábeis praticados pelas organizações contábeis, como forma de proteger o negócio e garantir sucesso e liberdade na realização das atividades contratadas, com ênfase na geração de lucro.

Gestão do Patrimônio Público

Teve como finalidade discutir os mecanismos de gestão patrimonial, considerando as novas normas contábeis aplicadas ao setor público, especialmente, no que se refere ao controle e registro da depreciação, amortização, exaustão e redução ao valor recuperável.



Workshop Advances in Scientific and Applied Accounting (ASAA)

Artigos Científicos: Dicas para aumentar a Probabilidade de Publicação na Revista Brasileira de Contabilidade

As discussões envolveram: como desenvolver pesquisas mais robustas; refletir sobre o problema de pesquisa; sugerir metodologias a serem aplicadas conforme o problema de pesquisa; e como desenvolver o referencial teórico e analisar resultados. Também foram apresentadas aos participantes reflexões críticas com base em avaliações dos pareceres dos avaliadores da RBC proporcionando subsídios sobre a estrutura dos artigos antes de sua submissão.

Agronegócio em Tempo de Valor Justo

As discussões giraram em torno de questões relacionadas à aplicação do Valor Justo na mensuração de ativos biológicos e produtos agrícolas em empresas do agronegócio.

Editores dos Periódicos Científicos

Com a participação de professores e editores de revistas nacionais e internacionais, discutiu-se sobre a qualidade dos artigos enviados aos periódicos brasileiros e internacionais e destacadas quais as características inerentes a um bom artigo.

Inovação, Tecnologia e Oportunidades Digitais

O *workshop* envolveu a análise e discussão das novas tecnologias e oportunidades digitais disponíveis no mercado e os benefícios para os profissionais da contabilidade.

Avanços e Inovações no Sped

O objetivo foi apresentar e discutir os avanços e inovações no Sped e seu impacto nas rotinas do profissional da contabilidade.

Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

Com o tema “O Desafio das Eleições Baratas e Transparentes”, foi debatido o fim do financiamento empresarial de campanhas advindo da reforma eleitoral de 2015 e o combate ao caixa dois nas eleições.

Custos no Setor Público

O *workshop* apresentou situações concretas de implementação de sistemas de custos em diferentes esferas governamentais, modelos e desafios enfrentados no processo de discussão e execução dessas experiências.



Workshop Custos no Setor Público

Flashes 20º CBC





4º Fórum Nacional da Mulher Contabilista

Projeto Mulher Contabilista



A participação das mulheres na Contabilidade tem alcançado um crescimento contínuo, especialmente nos últimos 12 anos.

Em 2004, elas representavam menos de 35% dos registros e hoje são 230.451 profissionais, representando 42,98% da classe contábil. Esse crescimento é resultado da mudança social vivida pelo País e a valorização da carreira.

O CFC apoiou a realização de fóruns, seminários e encontros em diversos estados do Brasil, com destaque, em 2016, para o 4º Fórum Nacional da Mulher Contabilista e o lançamento do XI Encontro Nacional da Mulher Contabilista.

Esses eventos fazem parte da educação continuada do CFC e representam, na prática, uma decisão estratégica, em face da importante participação da mulher no desenvolvimento da profissão contábil e da sociedade.

Curso de Alinhamento Técnico e Pedagógico (ATP)

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação (CCONF), em alinhamento com as ações voltadas à reciclagem, ao aperfeiçoamento e à geração de conhecimentos relativos à Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), promoveu, em parceria com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Escola de Administração Fazendária (Esaf), o curso Alinhamento Técnico e Pedagógico em:

- Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- Demonstrativos Fiscais;
- Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – Adequações ao Plano de Contas Aplicadas ao Setor Público;
- Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação; e
- Regime Próprio de Previdência Social.

Teve como objetivo habilitar instrutores para ministrar cursos promovidos pela CCONF/STN, com o público alvo composto por servidores públicos das três esferas de governo, contadores e outros interessados.



Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios

O Conselho Federal de Contabilidade, em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional, promoveu três edições da Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios (Secofem), em 2016.

O evento teve o objetivo de reciclar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos em Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em Demonstrativos Fiscais e outros assuntos afins no âmbito Estadual e Municipal como:

- uso da informação de custos;
- operações de crédito;
- transferências voluntárias;
- pacto federativo;
- convergência aos padrões internacionais da contabilidade pública;
- plano de implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais; e
- sistema de Informações Contábeis e Fiscal do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

O público-alvo foi servidores e/ou gestores públicos dos Estados, Municípios e Tribunais de Contas que atuam em rotinas de contabilidade e responsabilidade fiscal; e profissionais que lidam com contabilidade aplicada ao setor público.

As edições do Secofem foram realizadas nas cidades de Brasília (DF), Curitiba (PR) e Belém (PA) e contaram com a participação de mais de 700 profissionais.

Encontro de Gestores Públicos

Em 2016, o Conselho Federal de Contabilidade, em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional, realizou duas edições do Encontro de Gestores Públicos com propósito de capacitar os gestores públicos no que se refere a normas e procedimentos contábeis, em especial, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP/STN), o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e outros normativos e procedimentos relacionados a assuntos de interesse que tenham relação direta ou indireta com a Ciência Contábil.

O Encontro visou à conscientização do público-alvo, composto por servidores e profissionais, principalmente aqueles que atuam nas áreas de Contabilidade das esferas federal, estadual e municipal, servidores e profissionais das áreas de controle interno e externos e representantes da área pública de outros países.

A programação do evento contou com cinco painéis: Contabilidade, Responsabilidade Fiscal, Relações Federativas, Controle Externo e Desafios Locais.



VII Secofem, realizado em Belém (PA)

O EVENTO FOI REALIZADO EM CURITIBA (PR) E EM BELÉM (PA), CONTANDO COM APROXIMADAMENTE 400 PARTICIPANTES.

Seminário Nacional de Qualificação de Multiplicadores

O Conselho Federal de Contabilidade realizou, em Brasília (DF), o Seminário Nacional de Qualificação de Multiplicadores com o tema *Financiamento de Campanha e Prestação de Contas de Candidatos e Partidos Políticos para as Eleições 2016*. A iniciativa é fruto da cooperação entre a entidade e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com vistas às Eleições 2016 e teve como objetivo aprofundar e detalhar as ações práticas de questões referentes ao tema e qualificar o profissional da contabilidade para atuar no segmento de prestação de contas eleitorais.

PARTICIPARAM REPRESENTANTES DOS CONSELHOS REGIONAIS DE CONTABILIDADE (CRCs), ESTUDANTES E PROFISSIONAIS CONTÁBEIS, TOTALIZANDO **163** INSCRITOS.

Seminário de Organizações da Sociedade Civil

O CFC realizou o Seminário de Organizações da Sociedade Civil. A programação foi composta pelo painel “Marco Regulatório do Terceiro Setor: impactos na contabilidade e prestação de contas e Inovações Legislativas na Remuneração de Dirigentes das OSC” e pelo lançamento das obras “Organizações da Sociedade Civil – Associações e Fundações – Constituição, funcionamento e remuneração de dirigentes” e o oitavo volume do livro “Terceiro Setor e Tributação”.

O Seminário apresentou o papel, a responsabilidade e a reforma do Estado, a transferência da execução de políticas públicas para a sociedade civil, a organização normativa da sociedade civil na prestação de serviços públicos, a responsabilidade e competência na fiscalização do terceiro setor e o seu papel (características, autonomia e sustentabilidade).

Participaram funcionários, colaboradores, professores e acadêmicos da área contábil, contando com um público de 163 inscritos.

III Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público

O Conselho Federal, em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Escola de Administração Fazendária (ESAF), realizou o III Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público, em Brasília (DF).

O seminário teve como objetivo aperfeiçoar e gerar conhecimentos relativos à convergência as boas práticas contábeis, por meio de discussão das normas e procedimentos aplicados aos entes da federação, custos e qualidade do gasto no setor público, propiciando maior capacitação aos gestores públicos.

A PROGRAMAÇÃO FOI COMPOSTA POR **11** PAINÉIS E CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS, PROFESSORES E ACADÊMICOS DA ÁREA CONTÁBIL COM UM PÚBLICO DE **460** PARTICIPANTES.

III Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público, realizado na Esaf, em Brasília (DF)



Eventos realizados por outras Instituições com Apoio do CFC

O CFC apoia diferentes eventos realizados por outras instituições com o objetivo de ampliar o processo de capacitação e desenvolvimento dos profissionais da contabilidade.

6ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente

A Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente teve sua primeira edição realizada em 2011 e surgiu da percepção sobre a necessidade de criar um fórum para discussões sobre a contabilidade e a auditoria independente, sua adaptação ao mercado brasileiro contemporâneo e as perspectivas para o futuro, contribuindo assim para o desenvolvimento dos profissionais e da própria profissão. O Conselho Federal de Contabilidade apoiou a 6ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, realizada pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), em São Paulo (SP).

A programação foi composta pelas seguintes palestras e painéis: Adoção do Novo Relatório de Auditoria; A Experiência da Aplicação no Reino Unido; Uma Visão Sobre a Qualidade da Auditoria no Mundo; Processos Sancionadores – A Experiência Regulatória e as Mudanças Esperadas; Gestão e Crescimento Sustentável das Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP); Atualidades das IFRS; A Investigação de Fraudes e Atos Ilegais e A Responsabilidade do Auditor em Relação à Fraudes e Atos Ilegais.

XVI USP International Conference in Accounting e XIII Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade

O evento realizado em São Paulo (SP) teve por objetivo promover o intercâmbio de estudos e experiências, bem como a divulgação de ideias sobre a teoria e a prática de Controladoria e Contabilidade, aproximando profissionais deste segmento e pesquisadores acadêmicos.

Foram abordados os temas: Contabilidade Societária, Contabilidade Internacional, Contabilidade de Custos, Contabilidade Gerencial, Orçamentos, Contabilidade de Entidades Governamentais, Controladoria e Logística, Métodos Quantitativos em Contabilidade, Auditoria, Perícia, Teoria da Contabilidade, Contabilidade e Tributação, *Behavioral Accounting* e Governança Corporativa.

XVI USP International Conference in Accounting e XIII Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade



X Congresso ANPCONT

O Congresso ANPCONT é um evento da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e proporcionou a interação da comunidade acadêmica, pesquisadores, professores e estudantes, representando um meio de divulgação da produção técnico-científica na área das Ciências Contábeis.

Concentrou discussões relativas à Controladoria e Contabilidade Gerencial (CCG); Contabilidade para Usuários Externos (CUE); Mercados Financeiro, de Crédito e de Capitais (MFC); Educação e Pesquisa em Contabilidade (EPC) e Controladoria e Contabilidade Aplicada ao Setor Público e ao Terceiro Setor (CPT). O evento buscou estabelecer uma ligação entre estudos acadêmicos e aplicações em organizações, possibilitando aos participantes conhecer mais profundamente os diversos enfoques dos estudos nas Ciências Contábeis.

Realizado, em Ribeirão Preto (SP), a programação contou com palestras, painéis, sessões temáticas, *workshops*, mostra de iniciação científica e os consórcios Doutoral e Mestral.

Educação Continuada no Sistema CFC/CRCs

Seminário de Gestão e Planejamento do Sistema CFC/CRCs

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Contabilidade realizaram o Seminário de Gestão e Planejamento do Sistema CFC/CRCs, em Brasília (DF), com o objetivo de alinhar metas e propostas, visando à realização de uma gestão eficiente em atendimento às exigências na elaboração das prestações de contas ao Tribunal de Contas da União.

A programação foi composta pela apresentação do Planejamento Estratégico do Conselho Federal de Contabilidade, contou ainda com uma edição do evento Quintas do Saber sobre *Compliance* nas Operações Supervisionadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), além de diversos temas relevantes para os profissionais da contabilidade preferidos por entidades parceiras.

O SEMINÁRIO
CONTOU COM
PÚBLICO DE 243
PARTICIPANTES, ENTRE
REPRESENTANTES DAS
ENTIDADES DE CLASSE
E COLABORADORES DO
SISTEMA CFC/CRCs.

Workshops para Conselheiros do CFC

Com o objetivo de promover a Educação Continuada aos Conselheiros do CFC, conforme dispõe a Lei n.º 12.249/2010, foram realizados em 2016 *Workshops* abordando os seguintes temas: Imposto de Renda Pessoa Física 2016 – Regras e Cruzamento de Informações pela RFB; Combinação de Negócios, incorporação, Fusão e Cisão; eSocial e EFD-Reinf – Aspectos Destacados; Escrituração Contábil Digital – ECD e Mercado de Fusões e Aquisições no Brasil. No total, os *workshops* para Conselheiros do CFC contaram com mais de 100 participantes.

Seminário de Gestão e
Planejamento do Sistema CFC/CRCs,
realizado em Brasília (DF)



VI Encontro de Assessores Jurídicos do Sistema CFC/CRCs

O CFC realizou, na sede do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG), o VI Encontro de Assessores Jurídicos do Sistema CFC/CRCs. Os temas abordados nas palestras foram sobre Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Conciliações Judiciais, além da discussão de temas polêmicos que envolvem os Conselhos e o judiciário, promovendo importantes debates sobre a visão dos CRCs perante os normativos e atos editados pelo CFC. Na oportunidade, os advogados do Sistema trocaram experiências e apresentaram sugestões a fim de aproximar os Conselhos Regionais do Federal.

O EVENTO
CONTOU COM
A PARTICIPAÇÃO
DE **29** INSCRITOS,
ENTRE ADVOGADOS
E REPRESENTANTES
DE **20** CRCs.

Reuniões de Presidentes do Sistema CFC/CRCs

As reuniões visaram capacitar os gestores dos Conselhos Regionais de Contabilidade sob a ótica do planejamento, determinando o propósito e a identidade organizacional, com foco para missão, visão, valores, objetivos, estratégias, programas de ação e prioridades na alocação de recursos.

Em 2016, foram realizados três encontros com diversas discussões, dentre elas:

Local	Principais assuntos tratados
Fortaleza (CE)	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do planejamento estratégico do CFC; • Apresentação e discussão do organograma do CFC; • Definição da política da qualidade e aprovação do mapa estratégico; e • Esclarecimento de dúvidas dos presidentes dos CRCs no âmbito dos projetos realizados pelo CFC.
Brasília (DF)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Workshop</i> sobre o Marco Regulatório do Terceiro Setor: impactos na contabilidade e prestação de contas; • Acompanhamento do plano de trabalho; • Regime Jurídico Único (RJU), limite de estagiários e concurso público; • Alteração do Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade (Resolução CFC n.º 1.370/2011); • Proposta de alteração dos Regimentos dos CRCs; e • Esclarecimento de dúvidas dos presidentes dos CRCs no âmbito dos projetos realizados pelo CFC.
Gramado (RS)	<ul style="list-style-type: none"> • Portal da transparência; • Exposição dos principais projetos dos CRCs pelos respectivos Presidentes; • Participação dos presidentes nas reuniões de Câmaras e Plenária do CFC; e • Esclarecimento de dúvidas dos presidentes dos CRCs no âmbito dos projetos realizados pelo CFC.



Reunião de Presidentes do Sistema CFC/CRCs, realizada em Brasília (DF)

Eventos Internacionais

Ciclo de palestras sobre a Aplicação das IFRS na América Latina

Em 2016, o Instituto Nacional de Contadores Públicos da Colômbia (INPC) realizou um conjunto de atividades profissionais, inclusive de cunho acadêmico, nas universidades Javeriana e Externado, nas cidades de Bogotá e Medellín. O CFC, por meio do representante do Brasil no *Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas de Información Financiera* (Glenif), participou das atividades e integrou um painel juntamente com Uruguai e Peru, com o tema “Exceções na Aplicação da IFRS na América Latina: Implicações e Lições Aprendidas”.

VII Cumbre de Las Americas

O Conselho Federal de Contabilidade participou do VII *Cumbre de Las Americas*, sob o tema “*Del Balance Financiero al Balance Social y Ambiental*” realizado na cidade de Lambaré, Paraguai. O evento organizado pelo Colégio de Contadores do Paraguai (CCPY) e patrocinado pela Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), teve como objetivo ampliar a formação profissional com base na qualidade e no intercâmbio de conhecimentos e experiências, cumprindo a responsabilidade com a sociedade por meio da transparência.

Com os temas *El Contador Público y la Economía Digital*; *El Balance Social y Ambiental en los Países de Europa*; *La Norma de Control de Calidad y la Certificación del Contador Público*; e *El Código de Ética y la Actuación del Contador Público con Calidad y Responsabilidad Social*, o evento teve como público alvo profissionais das áreas contábeis, econômicas, financeiras, administrativas e comerciais.

Na oportunidade, também foram realizadas reuniões dos Comitês Técnicos da AIC, das quais o Conselho Federal de Contabilidade participa com representantes nas áreas Pública e Auditoria.

VII Cumbre de Las Americas realizado em Lambaré, no Paraguai



VI Seminário Internacional sobre Normas Internacionais de Informação Financeira e NIIF para PyMEs

O evento foi realizado pela Federação Argentina de Conselhos Profissionais de Ciências Econômicas (FACPCE), em Buenos Aires, e abordou temas de interesse da América Latina sobre a aplicação das IFRS.

O representante do Brasil no *Grupo Latinoamericano de Emissores de Normas de Información Financiera* (Glenif) integrou um dos painéis do seminário abordando o tema “Adoção das IFRS em Bancos no Brasil”. Na oportunidade, também foram realizadas reuniões do Diretório do Glenif.

XIV Conferência Anual da *Federation des Experts Comptables Méditerranéens* (FCM) e XXXII Seminário Internacional do Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea)

Líderes da contabilidade mundial participaram da XIV Conferência Anual da *Federation des Experts Comptables Méditerranéens* (FCM) e do XXXII Seminário Internacional do Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea), realizados conjuntamente, em Porto (Portugal), com o lema “A profissão contábil no Mediterrâneo e na América Latina – Ferramentas para o Crescimento e Investimento”. O presidente do CFC representou os profissionais da contabilidade do Brasil nas cerimônias de abertura e de encerramento dos eventos.



XIV Conferência Anual da *Federation des Experts Comptables Méditerranéens* (FCM) e XXXII Seminário Internacional do Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea)

BALANÇO
SOCIOAMBIENTAL | **2016**





CFC
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Apresenta as ações, os projetos e os programas desenvolvidos pelo CFC, os quais demonstram sua responsabilidade com o desenvolvimento sustentável, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento social e pessoal dos profissionais da contabilidade.

Introdução

Além das obrigações legais, financeiras e econômicas, o Conselho Federal de Contabilidade tem forte comprometimento com a sociedade e com o meio ambiente. A política de gestão adotada prima pela postura ética e transparência institucional, pelo bom relacionamento com a sociedade e organismos ambientais e pelo desenvolvimento sustentável.



Descarte seletivo de material no Dia D: Dia do Descarte

Manual de Descarte e Reciclagem do CFC

A entidade, imbuída do espírito de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, elaborou, em 2016, o *Manual de Descarte e Reciclagem do CFC*, com o objetivo de promover, no âmbito de sua sede, ações e atividades que visem o consumo e o descarte consciente de seus materiais, por parte dos seus colaboradores.

Entre essas ações, merecem destaque a coleta seletiva de resíduos e a institucionalização do “Dia D: Dia do Descarte”, que consiste em manter no ambiente de trabalho somente os recursos realmente necessários, direcionando o corpo funcional para a utilização de materiais, equipamentos e informações com maior racionalidade, evitando ociosidade e carência.

Instituição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do CFC

Em 2016, o CFC constituiu a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos com a finalidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação, seleção e eliminação da documentação produzida e acumulada, visando verificar e sugerir os prazos de guarda e destinação final do acervo de documentos arquivísticos.

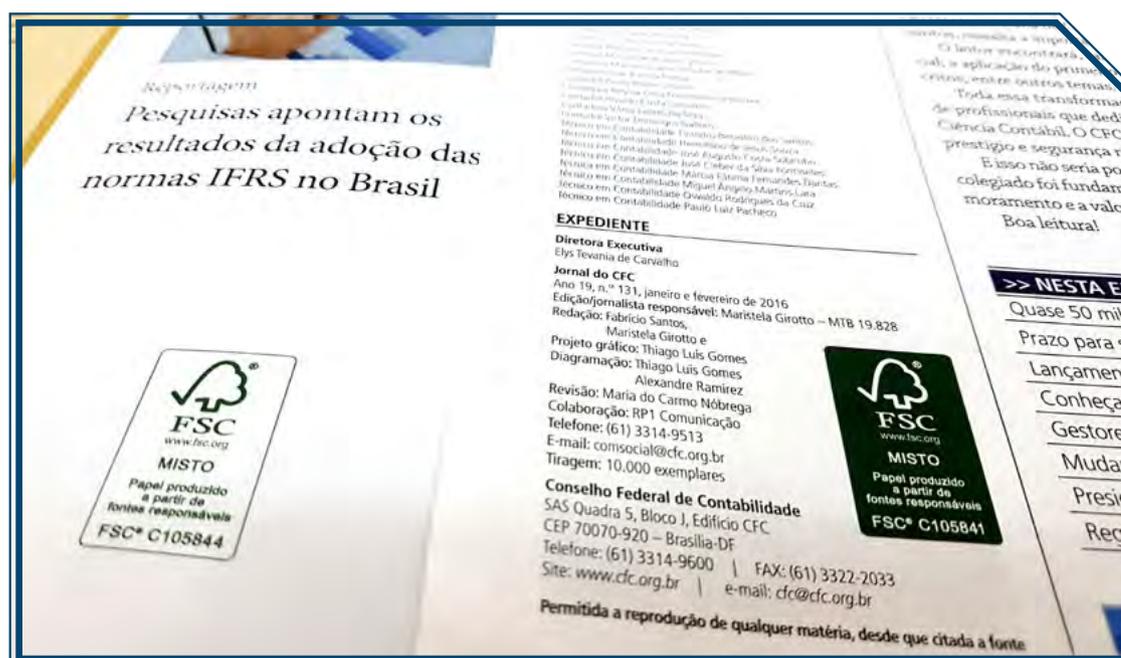
A Comissão irá definir o conjunto de procedimento e operações técnicas referentes à produção, à tramitação, à classificação, ao uso, à avaliação e à destinação, compreendendo, nesse caso, o arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente, nos termos do Decreto n.º 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

Selo Conselho de Manejo Florestal (FSC)

Todo o material impresso (livros, revistas, jornais, folders, bloco de rascunho, papel timbrado, etc.) editado pelo CFC é contratado por meio de licitação com a exigência do selo FSC para garantir que o papel utilizado seja oriundo de florestas devidamente certificadas que cumprem os seguintes princípios:

- obediência às leis, tratados, convenções e acordos ratificados pelo país e princípios do FSC;
- respeito aos direitos dos trabalhadores e seu bem-estar social e econômico;
- respeito aos direitos dos povos indígenas e tradicionais;
- relações com a comunidade que contribuam para manter ou aumentar o bem-estar social e econômico local;
- uso múltiplo dos produtos e serviços da floresta, aliando sustentabilidade econômica com benefícios ambientais e sociais;
- plano de manejo consistente com as políticas e objetivos da organização, e proporcional à escala, à intensidade e ao risco;
- monitoramento e avaliação do plano de manejo e de seus impactos feito de forma participativa, e proporcional à escala, à intensidade e ao risco das atividades;
- manter e/ou melhorar as áreas de alto valor de conservação na unidade de manejo; e
- implementação das atividades de gestão de acordo com as políticas econômicas, ambientais e sociais.

Ao atender a tais princípios, o CFC se mantém em consonância com as boas práticas de responsabilidade socioambiental.



Selo FSC em publicações do CFC



Site do CFC

Foi divulgado o novo Portal do CFC, visando, principalmente, dar maior publicidade e transparência às informações da instituição para a sociedade. Essa é uma importante fonte de pesquisa, disponibilizando aos profissionais da contabilidade, estudantes e à sociedade em geral, informações diversas e relevantes da área contábil.

Desenvolvido pela equipe de Tecnologia da Informação (TI) do Conselho Federal – utilizou-se o gerenciador de conteúdo mais empregado no mundo, o *WordPress* –, o novo portal tem flexibilidade de gerenciamento total de informações, aspecto que visa dar autonomia para as áreas que não fazem parte da TI, acompanhando a evolução tecnológica. Dessa forma, o CFC busca manter os serviços confiáveis, íntegros e disponíveis aos usuários.

Além das funcionalidades tecnológicas, como autonomia, segurança, integridade e disponibilidade, foram acrescentadas ainda acessibilidade, interoperabilidade e responsividade para dispositivos móveis, de acordo com as principais sugestões das cartilhas de acessibilidade (e-MAG) e interoperabilidade (e-PING) do Governo Eletrônico (e-GOV).

A adoção de um sistema de acessibilidade no Portal do CFC promoveu a eliminação de barreiras e facilitou o acesso às informações do CFC. Os internautas portadores de deficiência visual e auditiva contam com uma nova tecnologia assistiva, preparada para funcionar nos principais navegadores. A solução implementada no Portal oferece às pessoas com necessidades especiais a possibilidade do entendimento dos textos das páginas da *web* de forma não tutelada. Usando tecnologia de ponta, 100% nacional, a solução é capaz de traduzir textos do português para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e de converter textos escritos na Língua Portuguesa para voz.

Em 2016, foram 2.801.601 (dois milhões oitocentos e um mil seiscentas e uma) visualizações da página do Portal do CFC, divididas em 348.912 (trezentos e quarenta e oito mil novecentas e doze) visitas.

Intranet

A intranet tem como principal objetivo a centralização das informações internas do CFC em um único local, com o intuito de estas informações poderem ser facilmente acessadas e compartilhadas pelos colaboradores de qualquer área do Conselho.

A intranet proporciona diminuição de custos com telefonia; envio de correspondências; impressão de documentos; aumento de produtividade dos colaboradores que passam a acessar informações em tempo real; baixo custo para publicação de treinamentos, informativos, circulares, etc.; e facilidade para realização de pesquisas de opinião.

Entre as informações disponibilizadas na intranet, estão: contracheque e ponto eletrônico dos funcionários; regulamentos de pessoal; calendário de reuniões; formulários administrativos; e sistemas internos.

Redes Sociais

Atualmente, as redes sociais adquiriram importância fundamental nos processos de comunicação das organizações, sejam privadas ou públicas, estabelecendo uma nova forma de relacionamento e possibilitando a transferência de informações e conhecimentos. A utilização dessas ferramentas de comunicação institucional torna-se ainda mais importante pelo efetivo alcance ao público-alvo, sua comunicação em tempo real, linguagem acessível e interatividade.

Por isso, o CFC está presente no *Twitter* (cerca de 12.200 seguidores), *Instagram* (aproximadamente 5.200) e *Facebook* (em torno de 120.000 seguidores).



Acesso à Informação no Sistema CFC/CRCs

Desde a publicação da Lei n.º 12.527/2011, os Conselhos de Contabilidade, capitaneados pelo CFC, vêm trabalhando em prol da sua aplicação. O Sistema CFC/CRCs foi pioneiro em matéria de regulamentação, obediência e cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI), inclusive com a implantação do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

Em janeiro de 2016, foi divulgado pelo TCU o relatório de auditoria realizada em 2015, com o objetivo de avaliar o cumprimento da LAI pelos Conselhos de Fiscalização Profissional.

O CFC, ciente da importância de trazer maior transparência de suas ações aos profissionais da contabilidade e sociedade como um todo, efetuou a análise do Acórdão n.º 96/2016 – TCU com relação a todos os pontos determinados pelo TCU.

Para cada item constante do documento, foi analisada a apresentação atual no Portal da Transparência e Acesso à Informação e, para os casos de descumprimento, foi elaborado um plano de ação para atender as orientações. O Conselho Diretor do CFC validou as alterações necessárias e todas as mudanças foram implementadas.

Ao final de 2016, o CFC recebeu o Acórdão n.º 2513/2016 - TCU - Plenário, Sessão de 28/9/2016. O documento se refere ao monitoramento das determinações expedidas pelo Acórdão n.º 96/2016.

O relatório destaca que o plano de ação foi apresentado de forma consolidada para todos os Conselhos de Contabilidade, contendo o detalhamento das ações a serem implementadas, os responsáveis e prazos de implementação. O documento ressalta, ainda, a realização das auditorias no Portal da Transparência dos CRCs e que o Sistema CFC/CRCs vem, desde antes da auditoria do TCU, empreendendo esforços para adequar-se, de maneira sistêmica, ao disposto na LAI. O TCU citou o CFC como exemplo de sistema de grande porte que demonstrou articulação com os Conselhos Regionais.

Com foco na cultura da transparência, o CFC mantém disponível o “Portal da Transparência e Acesso à Informação” e o “Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)”, cumprindo assim, a legislação.



Portal da Transparência e Acesso à Informação

O Portal da Transparência é um mecanismo que possibilita a divulgação de dados por iniciativa da própria entidade, permite o acesso à informação, promove a redução de custos, além de evitar o acúmulo de pedidos e temas similares, o que o torna uma modalidade de transparência ativa.

Com vistas à transparência da gestão, o Portal disponibiliza informações sobre os atos e fatos de gestão praticados pelo Sistema CFC/CRCs, sendo um instrumento de comunicação para a classe contábil e para a sociedade brasileira.

As informações do CFC estão abertas e acessíveis em sua página da internet por meio do *link* “Acesso à Informação”. O Portal apresenta ferramentas práticas para que a população possa consultar as informações relacionadas à administração da entidade com a praticidade da tecnologia. É possível obter dados sobre estrutura organizacional; atos normativos; calendário de reuniões, programas e projetos; execução orçamentária; licitações; contratos, convênios e atas de registro de preços; diárias e passagens; concurso público; quadro de pessoal; demonstrações contábeis e prestações de contas; balanço socioambiental; e dados estatísticos do CFC.

Em 2016, o Portal passou por melhorias para atender as recomendações do Acórdão n.º 96/2016 – TCU e assim garantir maior transparência dos atos de gestão praticados pelo CFC. Destaca-se:

- Adaptação da tela parametrizada “Programas e Projetos”, incluindo informações dos projetos como justificativa, objetivos, metas e informações orçamentárias.
- Inclusão de documento com os prazos dos serviços prestados ao público. O arquivo é um documento padrão para todo Sistema CFC/CRCs e foi inserido no módulo “Programas e Projetos” do Portal da Transparência.
- Criação do módulo “Calendário de Reuniões” para divulgar data, horário e local das reuniões regimentais e das comissões de trabalho, bem como divulgar as atas das Reuniões Plenárias.
- Inclusão do item “Folha de Pagamento” no módulo “Quadro de Pessoal”, trazendo de forma nominal e detalhada o pagamento dos funcionários mensalmente.
- Inclusão da tela parametrizada “Pagamentos Efetuados” com as seguintes informações da despesa: número do pagamento; descrição do objeto; beneficiário; Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); data da liquidação; data do pagamento; valor do pagamento; data do empenho; empenho; valor do empenho; e projeto. A tela foi inserida no módulo “Execução Orçamentária da Despesa”.
- Inclusão da tela parametrizada “Diárias e Passagens Nominal” com as seguintes informações: número da diária; nome, categoria; motivo; data início; data fim; e custo total de diárias e custo total de passagens. A tela foi inserida no módulo “Diárias e Passagens”.

- Criação do módulo “Documentos – Lei n.º 12.527/2011” para divulgar a Resolução CFC n.º 1.439/2013, o Regimento Interno da Comissão de Transparência, o Termo de Classificação de Informação (TCI), o Rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses e a Autoridade de Monitoramento.

O Portal é gerido pela Comissão Permanente de Transparência (CPT) do CFC. Cabe à CPT reunir as informações, nas mais variadas fontes, e disponibilizá-las de forma consistente e transparente para toda a sociedade.

EM 2016, FORAM REALIZADOS **18.748** ACESSOS, SENDO OS MÓDULOS MAIS ACESSADOS: “QUADRO DE PESSOAL”, COM **28,64%**, E “CONTRATOS, CONVÊNIOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS”, COM **16,51%**.

Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)

O e-SIC é uma ferramenta *web* que centraliza todos os pedidos de acesso dirigidos ao Sistema CFC/CRCs e disponibiliza informações públicas em atendimento a demandas específicas de uma pessoa física ou jurídica, o que a torna uma modalidade de transparência passiva.

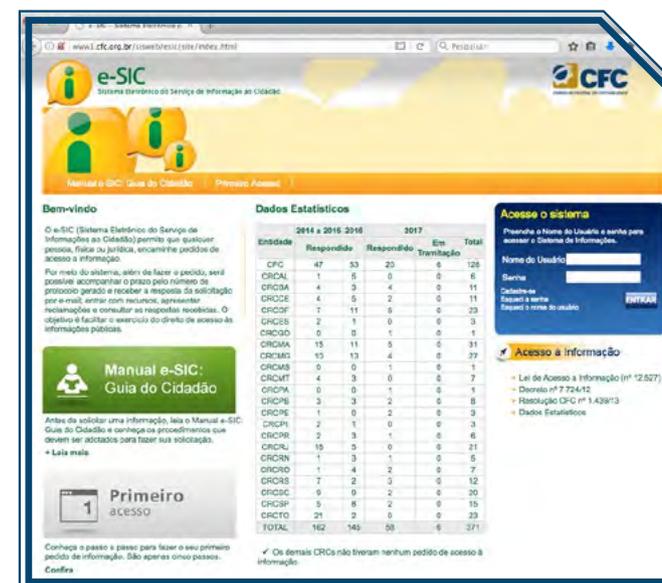
Com o objetivo de facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas, o sistema funciona como porta de entrada para os pedidos de informação, a fim de organizar o processo, tanto para o cidadão quanto para a entidade. Voltado para a gestão de atendimento aos pedidos, baseia-se em perguntas e respostas, oferecendo uma solução plenamente aderente à LAI.

Além de registrar o pedido de acesso à informação aos Conselhos de Contabilidade, o sistema permite ao cidadão acompanhar os prazos, receber respostas, interpor recursos, entre outras ações.

Aos Conselhos de Contabilidade, o e-SIC possibilita acessar e responder as solicitações; acompanhar os prazos para respostas; solicitar prorrogação de prazo para resposta; reencontrar pedidos a outros CRCs; obter estatísticas de atendimentos; e acompanhar e responder recursos.

O acesso ao sistema é feito pelo Portal da Transparência, disponível no *site* de cada Conselho de Contabilidade. O e-SIC, portanto, é o principal instrumento para institucionalizar e viabilizar o mecanismo de transparência passiva, permitindo que a informação pública seja fornecida de forma ágil ao cidadão.

Em 2016, o CFC disponibilizou à sociedade na tela inicial do e-SIC, o relatório dos dados estatísticos com informações dos solicitantes, dados dos pedidos e das respostas, classificação dos pedidos e dados dos recursos.



NO ANO, FORAM RECEBIDOS **145** PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO E **15** RECURSOS POR MEIO DO E-SIC, SENDO QUE, DOS PEDIDOS E RECURSOS REGISTRADOS, **100%** FORAM RESPONDIDOS.

Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de comunicação entre o cidadão e o CFC para receber sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias referentes aos diversos serviços prestados pelo Sistema CFC/CRCs.

As atribuições da Ouvidoria são:

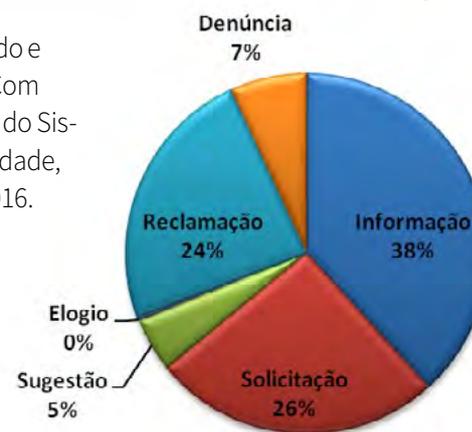
- Atuar, em última instância, na mediação de demandas, depois de esgotadas as possibilidades de ação pelas unidades organizacionais do CFC.
- Estabelecer e manter um canal de comunicação permanente, imparcial e transparente com os cidadãos que buscam os serviços do CFC.
- Receber, avaliar, encaminhar e dar o tratamento adequado às sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias sobre os serviços prestados pelo CFC, de forma a garantir soluções no menor prazo possível. A iniciativa contribui para a melhoria da gestão e, conseqüentemente, para a satisfação da sociedade.
- Apresentar relatórios gerenciais técnicos e/ou informações para subsidiar ações de melhoria dos serviços prestados pelo CFC.
- Atuar sugerindo mudanças, de acordo com as demandas dos cidadãos.

A Ouvidoria funciona como um canal de comunicação rápido e eficiente, estreitando a relação entre a sociedade e o CFC. Com o intuito de elevar a qualidade de atendimento no âmbito do Sistema CFC/CRCs e melhorar os processos e serviços da entidade, foi implantado um sistema informatizado em março de 2016.

As demandas são recebidas por meio do sistema, disponível no *site* do Conselho, com o objetivo de propiciar ao cidadão mais facilidade no encaminhamento de suas demandas, bem como acompanhá-las durante o seu processamento. A Ouvidoria recebe e analisa as informações; encaminha as consultas aos setores competentes do CFC; acompanha o andamento do atendimento solicitado; e emite resposta ao cidadão. O prazo para respostas às solicitações é de, aproximadamente, sete dias.

A partir da implantação do sistema, a Ouvidoria do CFC recebeu 2.216 (dois mil duzentas e dezesseis) manifestações, sendo que todas foram respondidas aos consulentes. Predominaram as manifestações de informação (consultas/dúvidas) com 38% e solicitações com 26%. Em relação ao tipo de manifestantes, houve a predominância de profissionais da contabilidade com percentual de 61%.

Tipos de manifestações



Tipos de manifestantes



Revista Brasileira de Contabilidade (RBC)

A RBC é uma publicação que tem por objetivo divulgar artigos técnicos da área contábil e é pontuada pela Qualis (conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual). Os conteúdos de natureza relevante para a profissão enfocam tanto a Ciência Contábil propriamente dita quanto disciplinas ou temas afins, de efetivo interesse da categoria. A revista conta, também, com reportagens e entrevistas com renomados profissionais.

Em 2016, em suas seis edições, foram impressos 60 mil exemplares, distribuídos aos assinantes e, de forma gratuita, aos estudantes de Ciências Contábeis, Conselhos Regionais, bibliotecas de Instituições de Ensino Superior (IES) e parlamentares.

O *site* da RBC está na base do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) e permite que o internauta consulte, na íntegra, as edições do periódico até o ano de 2014. Para os assinantes, o acesso é liberado para todos os anos de publicação da revista.



Jornal do CFC

Com periodicidade bimensal, o Jornal do CFC traz os principais fatos e as informações institucionais mais relevantes para o conhecimento da classe.

Durante o ano de 2016, o Jornal do CFC teve apenas duas edições impressas, referentes aos meses de janeiro/fevereiro e março/abril. As outras quatro edições do ano foram disponibilizadas *on-line* aos profissionais da contabilidade de todo Brasil, no *site* do CFC e redes sociais.

A mudança para o formato eletrônico reflete a preocupação do CFC com a política ambiental na medida em que 640 mil folhas de papel deixaram de serem utilizadas.



CFC Informa

O boletim eletrônico CFC Informa, enviado por sistema de *e-mail marketing*, foi concebido para personalizar e dar celeridade à comunicação da entidade com os profissionais, além de melhorar o acesso da classe a temas atuais e importantes para o desempenho de suas atividades.

Em 2016, 71 edições do boletim eletrônico veicularam matérias sobre a Contabilidade brasileira, o CFC e os CRCs, além de inúmeras notícias relevantes para a classe contábil.



Biblioteca do CFC

Biblioteca

Inaugurada em 16 de novembro de 1973, a Biblioteca do CFC conta com aproximadamente 20.000 (vinte mil) itens bibliográficos que enfocam, específica ou correlativamente, assuntos afetos à área contábil e outros temas de interesse da sociedade em geral.

EM 2016, A
BIBLIOTECA DO CFC
TEVE APROXIMADAMENTE
12.000 CONSULTAS
VIA TERMINAL E
2.000 VISITANTES.

Por meio da base de dados da Biblioteca do CFC (<http://www.portalcfc.org.br/biblioteca/>), são disponibilizados cerca de sete mil trabalhos e artigos para acesso eletrônico, muitos deles publicados em periódicos especializados da área.



Museu Brasileiro de Contabilidade (MBC)

Museu Brasileiro de Contabilidade (MBC)

O MBC é patrimônio do CFC, que tem por objetivo primordial preservar, resgatar e divulgar a evolução da Ciência Contábil ao longo do tempo. O MBC funciona como um polo de interação entre lazer, cultura e conhecimento a serviço da sociedade.

O CFC, em parceria com os CRCs, promoveu durante o exercício de 2016 exposições itinerantes do Museu. A mostra “Contabilidade: um balanço da história” buscou contextualizar a profissão desde os primórdios, apresentando não somente peças, mas também personagens marcantes e as principais conquistas da classe contábil brasileira.

As exposições realizadas em Recife (PE), Maceió (AL), Aracaju (SE), João Pessoa (PB), Teresina (PI), São Luís (MA) e Fortaleza (CE), por ocasião do 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC), receberam mais de 29 mil visitantes.

O projeto itinerante do MBC apresentou resultados positivos, atingindo seu propósito principal de ampliar o acesso à informação e difundir aprendizado para um maior contingente de

profissionais contábeis em todo o território nacional, que não haviam tido a oportunidade de visitar a sede fixa da exposição, em Brasília (DF).

Edições Publicadas

Em 2016, diferentes publicações foram editadas, gratuitamente, pelo CFC para os profissionais da contabilidade de todo o País: Contabilidade Eleitoral; Imposto de Renda – Perguntas e Respostas; 70 Anos de Contabilidade; Resgate da Memória Contábil nos Estados; Balanço Socioambiental 2015; História dos Congressos Brasileiros de Contabilidade; Memórias do 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade; e Anais dos Resumos dos Trabalhos Científicos e Técnicos do 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Em função da adoção de uma política focada na responsabilidade ambiental, em 2016, o CFC intensificou o uso do formato eletrônico de suas publicações, apresentando 16 livros no formato mídia *card*, com a capa do respectivo livro e, no verso, um QR Code (código de barras) para que a publicação seja baixada em *smartphones* e *tablets*.



Projeto CFC em Um Dia

O objetivo do projeto é proporcionar ao profissional do Sistema CFC/CRCs um contato direto com a entidade, por meio da apresentação de toda a estrutura física, as rotinas de trabalho, incluindo a participação nas reuniões regimentais de Câmaras e Plenária.

Mensalmente, realiza-se um sorteio durante a reunião Plenária, definindo os profissionais que visitarão, no mês subsequente, as instalações do edifício sede, do Conselho Federal de Contabilidade, em Brasília (DF). Em 2016, foram contemplados no sorteio, 32 profissionais das entidades representativas da classe, oriundos de todas as regiões do País (presidentes, delegados e representantes regionais, conselheiros e funcionários contadores dos CRCs).



Participantes do Projeto CFC em Um Dia



Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC)

O PVCC é um programa realizado pelo Sistema CFC/CRCs em parceria com diversas entidades, tais como: Associação Nacional dos Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social (Profis), Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), Pastoral da Criança, Pastoral da Pessoa Idosa e Observatório Social do Brasil (OSB), que tem por objetivo estimular a prática cidadã e a responsabilidade social entre os profissionais da contabilidade por meio da divulgação do voluntariado organizado, sensibilizando sobre a importância das ações de voluntariado para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Os profissionais que participam do projeto disponibilizam seus conhecimentos em ações sociais, registrando, mensurando e avaliando os resultados das atividades empreendidas. Os profissionais com registro ativo e os estudantes com supervisão podem contribuir com o Programa. Em 2016, participaram do PVCC 6.581 (seis mil quinhentos e oitenta e um) voluntários.

Foram realizadas, no ano de 2016, três reuniões do PVCC, sendo duas da Comissão Gestora Nacional e uma das Coordenações Estaduais.

O PVCC está dividido nos seguintes programas:

- 1. Rede Nacional de Cidadania Fiscal – Observatórios Sociais (OS)** – Esse subprograma tem por objetivo estimular os profissionais a liderarem o processo de criação e operacionalização de OS nos seus municípios. Os Observatórios Sociais são organizações instituídas e mantidas pela sociedade civil, tendo por objetivo promover a adequada e transparente gestão dos recursos públicos, por meio de ações de participação e controle social, agindo de forma preventiva, no fluxo dos processos, antes que os recursos sejam gastos.
- 2. Educação Financeira** – Objetiva atuar em ações voltadas à sensibilização da sociedade em questões relacionadas ao controle, planejamento e organização das finanças pessoais, buscando orientar quanto aos riscos do endividamento pessoal e familiar, consumo consciente, uso adequado do cartão de crédito, entre outras questões.
- 3. Incentivo a Doações aos Fundos – Criança e Idoso** – Objetiva sensibilizar os profissionais para atuarem junto a seus clientes, visando a obter adesão aos programas de incentivos fiscais para doações aos fundos de proteção à criança e adolescente, bem como aos fundos municipais de proteção aos idosos. Objetiva, ainda, auxiliar as entidades a elaborarem projetos adequados para se habilitarem a receber recursos dos potenciais doadores, valendo-se dos benefícios fiscais.
- 4. Ações Locais** – Abrangem todas as demais ações realizadas nos estados, como, por exemplo: Transparência e Prestação de Contas de Organizações da Sociedade Civil (OSCs); Mês da Solidariedade Contábil e; doações em geral (roupas, alimentos, etc.).

Com a atualização do Sistema Gestor do PVCC, em 2015, que ajustou a funcionalidade dos subprogramas, observou-se uma melhora significativa no acompanhamento das ações desenvolvidas pelos voluntariados em todo o País.



Reunião PVCC

Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE)

O MCCE – organização da sociedade civil – tem como objetivo adotar medidas que favoreçam a lisura do processo eleitoral em todo o Brasil, fomentando o combate à corrupção eleitoral e a realização de um trabalho educativo sobre a importância do voto, da transparência e da justiça no âmbito político e eleitoral.

O Comitê Nacional do MCCE, representado pela Secretaria Executiva do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, tem sede em Brasília (DF) e é composto por 60 entidades nacionais de diversos segmentos, formando uma rede com outros movimentos, organizações sociais, organizações religiosas e entidades da sociedade civil.

Destaca-se que, no ano de 2016, tornou-se oficial, por meio de Decreto, a designação do conselheiro do CFC/representante do MCCE como membro titular do Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal (CTCS), que tem como objetivo promover o incremento da transparência no Governo do Distrito Federal (GDF), servindo como ferramenta de gestão e prestação de contas à sociedade.

Em relação às Eleições 2016, a empresa AppCívico, em parceria com o MCCE e o apoio do Instituto Arapyau, desenvolveu o aplicativo “Voto Legal” que busca sensibilizar o eleitor em relação à importância de seu voto e da sua participação no processo eleitoral.

A ideia, é que a plataforma promova e facilite a doação de pessoa física para a campanha de candidatos, podendo o doador monitorar as informações, o histórico e o *status* das doações feitas, além de possibilitar que ele indique os projetos prioritários para o uso dos recursos.



Prêmio Olívio Koliver

O Prêmio, instituído pelo CFC, é promovido pela Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) e tem por finalidade estimular a produção de pesquisas técnicas e científicas na área contábil, e visa prestar homenagem à memória de um dos maiores expoentes da Contabilidade brasileira – Olívio Koliver.

A banca examinadora, composta pelos membros do Conselho Editorial da RBC, escolheu o melhor artigo – publicado entre as seis edições da revista durante o exercício de 2015 – com o título “Reputação corporativa e desempenho: uma análise nas maiores companhias abertas do Brasil”, de autoria de Sílvia Rejane Magalhães e André Haroldo Freitas. A entrega Prêmio Olívio Koliver ocorreu na abertura do XI Encontro Nacional de Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis e VIII Fórum Nacional de Professores de Ciências Contábeis, realizado em setembro de 2016, durante o 20º CBC.



Entrega do Prêmio Olívio Koliver



Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)

Em 9 de julho de 2012, foi aprovada a Lei n.º 12.683, que alterou a Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conhecida como Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro. Nessa alteração foi estabelecido que os profissionais da contabilidade deveriam fazer a declaração de ocorrência de operações suspeitas, visando auxiliar os órgãos de controle no combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Por isso, o CFC, por meio da Resolução CFC n.º 1.445/2013, regulamentou a prestação dessas informações de atividades suspeitas ao Coaf.

A Resolução CFC n.º 1.445/2013 foi estabelecida, tendo como base o que dispõe a Lei, bem como a Resolução Coaf n.º 24/2013, de modo que todos os profissionais e organizações contábeis que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contadoria, auditoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza devem realizar a Declaração de Ocorrência de Operações suspeitas ao Coaf.

A Declaração de Ocorrências de Operações Suspeitas deve ser feita por meio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras (Siscoaf) em até 24 horas após a ciência do fato, conforme estabelecido no Art. 13 da Resolução CFC n.º 1.445/2013.

Quando não são evidenciadas operações suspeitas, compete ao profissional da contabilidade realizar a Declaração de Não Ocorrência de Operações Suspeitas. Essa declaração é feita anualmente, entre os dias 1º e 31 de janeiro do ano subsequente.

Até 2016, a Declaração de Não Ocorrência de Operações Suspeitas era feita por meio do Siscoaf. Contudo, em um acordo firmado entre o Coaf e o CFC, coube ao regulador da profissão contábil desenvolver sistema próprio para receber a declaração de 2017.

Durante o exercício de 2016, foi desenvolvido pelo CFC um novo sistema que englobará todas as Declarações de Não Ocorrência de Operações Suspeitas a partir de janeiro de 2017. O sistema é próprio e facilitará a comunicação por parte do profissional, considerando que ele utilizará as senhas de acesso já cadastradas.

Os profissionais da contabilidade têm papel importante no auxílio à prevenção e combate ao terrorismo, lavagem de dinheiro e ao crime organizado. Por isso o Sistema CFC/CRCs, com o intuito de manter a correta aplicação da legislação, desenvolveu ações de divulgação e acompanhamento quanto aos procedimentos realizados pelos profissionais.

Em 2016, foram mais de 3.000 (três mil) consultas respondidas pela equipe da Coordenadoria de Fiscalização, Ética e Disciplina no que tange a declarações a serem apresentadas. Foram também entregues 124.449 (cento e vinte e quatro mil quatrocentos e quarenta e nove) declarações de não ocorrências e 982 (novecentos e oitenta e duas) declarações de ocorrência de operações suspeitas.

Parceria CFC/TSE

Prestações de Contas das Eleições Municipais

A Comissão, instituída pela Portaria CFC n.º 145/2016, teve como objetivo trabalhar na elaboração do “Termo de Cooperação Técnica entre CFC/TSE e as Prestações de Contas das Eleições Municipais – 2016”, bem como a realização do Seminário Nacional de Qualificação de Multiplicadores, que tratou do tema “Financiamento de Campanha e Prestação de Contas de Candidatos e Partidos Políticos para as Eleições de 2016”.

Durante o exercício de 2016, foram realizadas três reuniões para discutir e organizar a realização das ações abaixo:

- **Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o TSE/CFC** – O Termo teve como objetivo promover a capacitação de mais de 30 mil profissionais da contabilidade, além de agir, preventivamente, na orientação da sociedade para o processo das Eleições de 2016 e também a elaboração e edição do Manual de Orientação Técnica, contendo informações práticas sobre a Prestação de Contas.
- **Lançamento da Cartilha “Contabilidade Eleitoral – Aspectos Contábeis e Jurídicos das Prestações de Contas Eleitorais de 2016”** – A Cartilha está disponível gratuitamente na versão digital e apresenta as orientações aos profissionais da contabilidade e candidatos para as Eleições 2016 – em que, aproximadamente, 600 mil candidatos concorreram aos cargos do Legislativo e do Executivo municipal nas 5.570 (cinco mil quinhentas e setenta) cidades brasileiras.
- **Seminário Nacional de Formação de Multiplicadores em Prestação de Contas Eleitorais** – Teve por objetivo incentivar o controle social e apresentar como funciona o processo de arrecadação de receitas e realização de gastos. O Seminário abordou, de maneira prática, os procedimentos permitidos e não permitidos referentes às Eleições 2016, do ponto de vista contábil. Participaram representantes dos CRCs, que replicaram o evento nos 26 estados e no Distrito Federal. Todos os seminários foram abertos à comunidade e realizados em parceria com a Justiça Eleitoral, para que não houvessem divergências de interpretações na hora da apreciação das contas.

As metas estabelecidas para o projeto e no Termo de Cooperação Técnica firmado com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foram cumpridas com a realização dos treinamentos, elaboração da cartilha e multiplicação de conhecimentos.

A Comissão de Prestações de Contas
das Eleições Municipais



20º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC)

No 20º CBC, o CFC desenvolveu diversas ações que impactaram de diferentes formas nas questões ambientais e sociais, reafirmando o compromisso da entidade e da classe contábil brasileira com o desenvolvimento sustentável.

Impacto Social

Economia

O 20º CBC impulsionou a economia do Estado do Ceará, gerando incremento de emprego e renda, incentivo ao turismo, novos empreendimentos e serviços, crescimento na arrecadação de impostos, entre outros benefícios diretos e indiretos. Destaque para a Feira de Negócios, que contou com 90 expositores e promoveu o intercâmbio de produtos e serviços.

Programa de Voluntariado da Classe Contábil

A programação do evento trouxe o II Fórum Nacional do Programa de Voluntariado da Classe Contábil, oportunidade em que foram tratados assuntos de natureza socioambiental visando esclarecer os profissionais da contabilidade sobre a possibilidade de contribuir como multiplicadores de ações de responsabilidade social, tanto em nível individual (educação financeira, doações sociais por incentivos fiscais e outras ações) quanto coletivo (Observatórios Sociais).

Caminhada da Cidadania



Prestações de Contas das Eleições Municipais

Durante o 20º CBC, foi realizado o II Fórum Prestação de Contas de Campanhas Eleitorais, com o tema “Contabilidade Eleitoral: Instrumento de Transparência para a Sociedade”, com a finalidade de abordar a temática sobre a prestação de contas aplicadas nas Eleições de 2016, no tocante aos aspectos que envolvem a Contabilidade, o Direito e o Controle Social.

Caminhada da Cidadania

A Caminhada da Cidadania mobilizou mais de quatro mil congressistas, marcando o início das atividades do 20º CBC e teve por objetivo mostrar a força e a unidade da classe, além de expressar a importância dos profissionais da contabilidade para o desenvolvimento social e econômico do País.

Cultura Cearense

Foi firmada parceria com vários artistas do Estado do Ceará para se apresentarem em diversos momentos durante a realização do evento, com o objetivo de incentivar e apoiar a cultura regional.

Parceria com a Universidade de Fortaleza (Unifor)

Foi firmada parceria com a Unifor para que os alunos do curso de Tecnologia de Eventos pudessem trabalhar durante a realização do Congresso, como monitores e recepcionistas, para vivenciar na prática os conceitos aplicados em sala de aula.

Exposição Itinerante do Museu Brasileiro de Contabilidade

A exposição itinerante “Contabilidade: um Balanço da História” recebeu, durante o Congresso, a visita de aproximadamente oito mil profissionais e estudantes. Na mostra, os profissionais da contabilidade conheceram peças originais de documentos importantes, mobiliário antigo, máquinas e outros objetos que contextualizaram a profissão ao longo da História do Brasil.

Impacto Ambiental

Selo Conselho de Manejo Florestal

Todo o material impresso (livros, revistas, jornais, fôlderess, bloco de rascunho, livreto da programação, cartazes, mapa, etiquetas, cartão de credenciamento, etc.) utilizado e/ou distribuído aos congressistas teve o selo verde *Forest Stewardship Council* (FSC) como garantia de que o papel utilizado é oriundo de árvores de reflorestamento devidamente certificadas.

Selo Verde

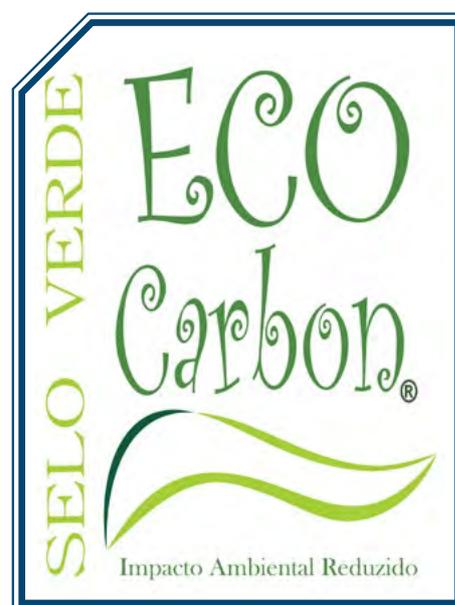
Durante a realização do 20º CBC, foi contratada uma empresa para neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) produzidos no evento.

Os GEEs produzidos no 20º CBC foram compensados por meio de restauro florestal, com o plantio de cerca de 1.500 (mil e quinhentas) árvores de espécies nativas em matas ciliares degradadas.

O Selo Verde foi divulgado em todas as peças publicitárias e no *site* do evento como forma de estimular outras entidades à adoção dessa iniciativa e, também, incentivar os profissionais da contabilidade a serem voluntários na adoção de projetos de reflorestamento, de preservação da biodiversidade e da garantia do abastecimento hídrico no futuro.

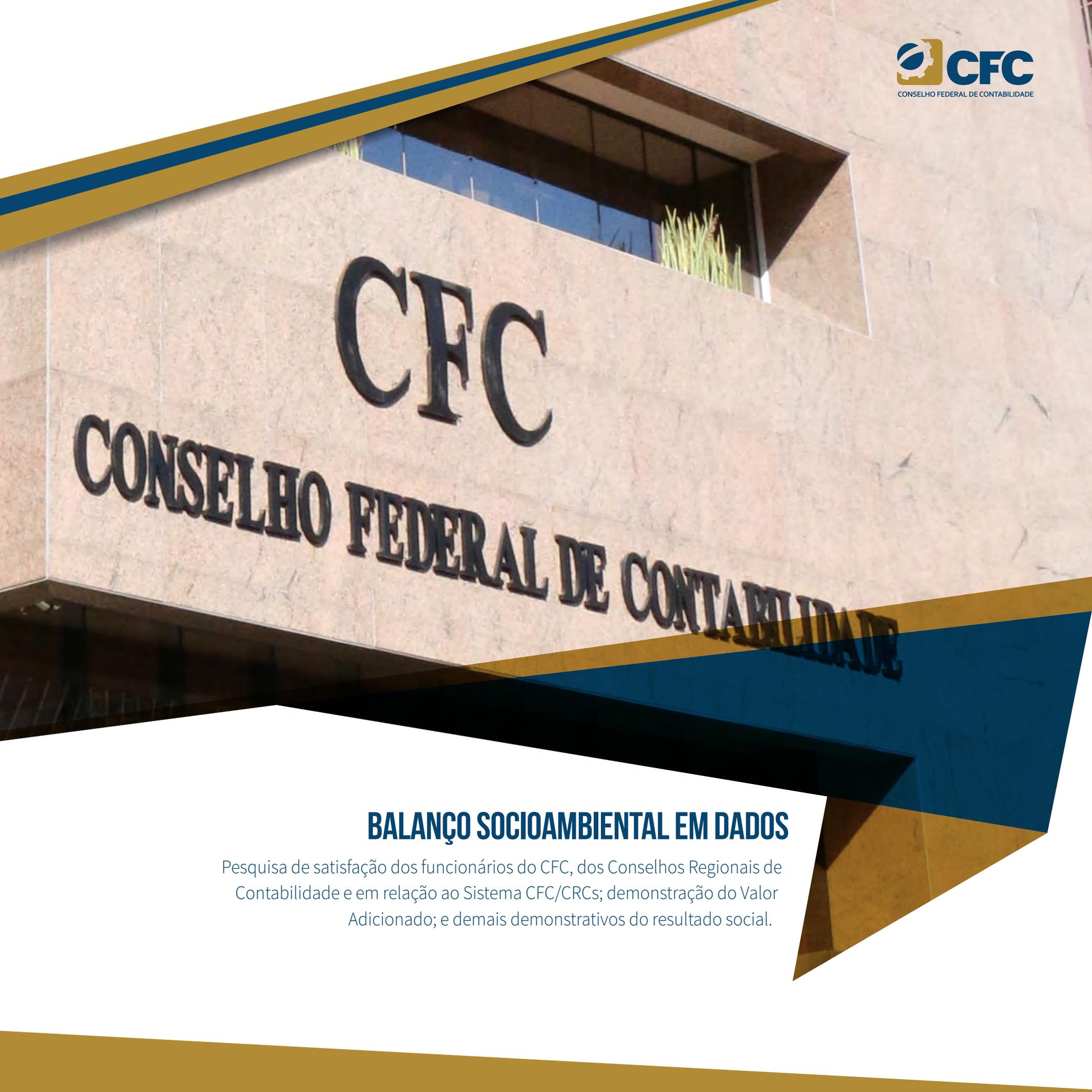
Coleta Seletiva de Resíduos

O lixo que foi produzido durante a montagem, realização do evento e desmontagem, foi selecionado e acondicionado em contêineres específicos para resíduos orgânicos e inorgânicos, secos ou úmidos, recicláveis e não recicláveis. Após a separação, foram levados pela prefeitura de Fortaleza (CE) para descarte de forma consciente e responsável, por meio da parceria que essa prefeitura tem com a Rede de Catadores de Fortaleza.



BALANÇO
SOCIOAMBIENTAL | **2016**





CFC
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

BALANÇO SOCIOAMBIENTAL EM DADOS

Pesquisa de satisfação dos funcionários do CFC, dos Conselhos Regionais de Contabilidade e em relação ao Sistema CFC/CRCs; demonstração do Valor Adicionado; e demais demonstrativos do resultado social.



Funcionários do CFC

Pesquisa de Satisfação dos Funcionários

Com o objetivo de medir o grau de satisfação dos funcionários com relação à infraestrutura e às ações desenvolvidas pelo Conselho Federal de Contabilidade em prol do corpo funcional, a cada semestre é aplicada uma pesquisa da qual os colaboradores são convidados a participar.

Em 2016, os funcionários do CFC (96 pessoas no 1º semestre e 102, no 2º semestre) responderam, de forma anônima e voluntária, às 36 questões que compõem a pesquisa.

Os respondentes manifestaram o seu grau de satisfação sobre os seguintes aspectos do CFC: Condições Físicas e Ambientais; Relacionamentos; Satisfação Funcional; Ações Sociais; e Comunicação Interna.

Grau de Satisfação dos Funcionários do CFC

O grau de satisfação constitui-se da média aritmética dos resultados apurados nas pesquisas referentes ao primeiro e ao segundo semestres de 2016. As respostas dos questionários foram agrupadas em cinco conceitos: Ótimo, Bom, Regular, Ruim e Desconheço.

Os percentuais apresentados na tabela se referem à soma dos conceitos “Ótimo” e “Bom”, que representam índices de satisfação. Os conceitos “Regular” e “Ruim” refletem índices de insatisfação, e as questões pontuadas como “Desconheço” não foram consideradas como indicador.

Mais uma vez, os resultados foram satisfatórios. A pesquisa revelou que 73% dos funcionários do CFC estão satisfeitos com a infraestrutura e as ações desenvolvidas pelo Conselho Federal. Comparativamente, em 2014, a pesquisa alcançou 72% de satisfação e, em 2015, o resultado foi de 75%.



Colaboradores do CFC

Indicadores de Satisfação dos Funcionários do CFC		1ºsem/2016 (% dos índices ótimo e bom)	2ºsem/2016 (% dos índices ótimo e bom)	MÉDIA (% dos índices ótimo e bom)
I - Condições Físicas e Ambientais	Climatização do ambiente (funcionamento, temperatura e circulação)	59,38	60,78	60,08
	Iluminação do ambiente (qualidade)	78,13	87,25	82,69
	Acústica (nível de ruído)	69,79	73,00	71,40
	Espaço físico (tamanho)	89,58	90,20	89,89
	Limpeza e manutenção	83,33	86,27	84,80
	Móveis (quantidade e qualidade)	83,33	80,39	81,86
	Computadores e equipamentos (quantidade e qualidade)	82,29	73,53	77,91
	Veículos (disponíveis para a realização de trabalho)	92,50	96,10	94,30
	Material de expediente (quantidade, qualidade e recebimento)	87,50	82,65	85,08
	Segurança	73,40	85,15	79,28
II - Relacionamentos	Prestadores de serviços	94,74	88,00	91,37
	Colegas do mesmo setor	92,71	92,16	92,44
	Colegas de outros setores	91,67	90,20	90,94
	Chefia imediata (diretor ou coordenador ou gerente ou responsável)	92,71	94,12	93,42
	Conselheiros	85,88	82,14	84,01
	Presidência e Vice-presidências	82,56	71,26	76,91
III - Satisfação Funcional	Horário de trabalho	54,17	58,82	56,50
	Pontualidade no pagamento dos salários	96,88	99,02	97,95
	Remuneração em relação ao mercado	53,13	54,90	54,02
	Reajuste salarial	40,63	40,63	40,63
	Participação na tomada de decisões	34,88	45,88	40,38
	Trabalho ou atividade executada	80,21	78,22	79,22
	Interação do seu trabalho com os demais setores	82,29	75,25	78,77
	Política de promoção e reconhecimento	37,08	29,07	33,08
Imagem institucional	68,89	61,86	65,38	
IV - Ações Sociais	Convênios (ex: plano de saúde, plano odontológico)	63,22	54,22	58,72
	Auxílio Educação (ex: pós-graduação, idiomas)	67,69	46,77	57,23
	Outros benefícios (ex: auxílio creche, auxílio refeição/alimentação)	77,89	74,74	76,32
	Cursos e treinamentos	50,00	45,98	47,99
	Ações de saúde e bem-estar (ex: ginástica laboral, atividades esportivas, palestras educativas, segurança no trabalho)	82,98	77,23	80,11
	Eventos comemorativos (ex: datas comemorativas, confraternizações)	64,13	58,95	61,54
V - Comunicação Interna	Meios de comunicação (telefone, e-mail, intranet e internet)	79,17	73,53	76,35
	Comunicação e tempo de resposta (oral e escrita)	74,47	70,41	72,44
	Divulgação dos eventos promovidos pelo Conselho	72,34	70,10	71,22
	Divulgação e conhecimento das normas internas	67,37	65,00	66,19
	Sinalização (placas indicadoras)	57,89	62,38	60,14
TOTAL (% dos índices ótimo e bom)		73,47	71,56	72,51

Análise dos Resultados

I) Condições físicas e ambientais – Dos dez itens que compõem este grupo, nove foram considerados satisfatórios com índices acima de 70%. São eles: iluminação do ambiente (qualidade); acústica (nível de ruído); espaço físico (tamanho); limpeza e manutenção; móveis (quantidade e qualidade); computadores e equipamentos (quantidade e qualidade); veículos (disponíveis para a realização de trabalho); material de expediente (quantidade, qualidade e recebimento); e segurança. Esse resultado justifica-se pelo constante controle operacional das ações vinculadas às rotinas diárias do CFC no atendimento a colaboradores, conselheiros, CRCs, profissionais da contabilidade e sociedade em geral, visando ao bom funcionamento das atividades logísticas do CFC e ao atendimento das determinações contidas nas normas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) referentes à Prevenção de Riscos Ambientais.

O único item com índice menor que 70% apontado pelos funcionários foi “Climatização do ambiente”. O CFC está pesquisando soluções para modernização do sistema de ar-condicionado para atender a todos os ambientes da entidade.

II) Relacionamentos – Neste módulo, foi avaliado o relacionamento dos funcionários com os prestadores de serviços; colegas do mesmo setor; colegas de outros setores; chefia imediata (diretor ou coordenador ou gerente ou responsável); conselheiros; e presidência e vice-presidências. Todos os quesitos atingiram índices superiores a 70%, sendo os quatro primeiros itens com alto índice de satisfação, superiores a 90%.

Esse resultado reflete o empenho da instituição em manter um ambiente saudável para o bom convívio de todos. Algumas das ações adotadas e que contribuíram com esse resultado, foram: realização de reuniões mensais entre a Diretoria do CFC e os gestores (coordenadores, gerentes e responsáveis) para definir ações que possam contribuir para melhorar o relacionamento entre os colegas e a comunicação entre os setores; reuniões com os prestadores de serviço, visando à melhoria do trabalho executado e o relacionamento entre eles e o CFC; e a promoção de momentos de integração entre os colaboradores da entidade.



Funcionários do CFC

III) Satisfação funcional – Neste grupo de indicadores, os itens “pontualidade no pagamento dos salários”, “trabalho ou atividade executada” e “interação do seu trabalho com os demais setores” superaram a meta, que é de 70%.

Os quesitos (horário de trabalho, remuneração em relação ao mercado, reajuste salarial, participação na tomada de decisões, política de promoção e reconhecimento e imagem institucional) apresentaram índice de satisfação abaixo da meta.

Diante desses resultados e em consonância com o atual momento econômico do País, o CFC está realizando algumas ações com a finalidade de atender às necessidades dos funcionários.

O CFC alterou o horário de trabalho, em janeiro de 2015, em razão de reivindicação do próprio corpo funcional. O horário anterior era de 8h às 12h e de 14h às 18h. Com a mudança, o horário passou a ser de 8h às 12h30 e de 14h às 17h30, permitindo ao funcionário enfrentar menos trânsito no horário de saída do trabalho.

No que diz respeito à “remuneração em relação ao mercado” e à “política de promoção e reconhecimento”, o Conselho Federal constituiu comissão interna para propor alteração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS). Esse trabalho está sendo desenvolvido com a participação de todos os funcionários do CFC e está em fase de conclusão.

Para o “reajuste salarial”, o CFC considera todas as variáveis econômicas como receita arrecadada, despesas executadas e projeções, visando à manutenção da sustentabilidade orçamentária. Sendo assim, o reajuste concedido pelo Conselho Federal está dentro das condições financeiras da entidade, atendendo também à legislação.

Quanto à “participação na tomada de decisões”, a Diretoria do CFC tem buscado compartilhar com os coordenadores, gerentes e responsáveis as demandas que necessitam de direcionamento, de maneira que esses possam sugerir soluções e acompanhar as decisões.

Para o “fortalecimento da imagem institucional perante a sociedade”, o CFC vem desenvolvendo ações que busquem a melhoria da imagem do Sistema, como intensificar as relações institucionais entre o CFC e demais órgãos, entidades e instituições, bem como entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; intensificar a divulgação das ações do Sistema CFC/CRCs; fortalecer as ações sociais de voluntariado entre a classe contábil; e desenvolver e coordenar projetos relativos à imagem e à divulgação do CFC.

IV) Ações sociais – Dos seis indicadores que compõem este bloco, dois deles apresentaram resultados satisfatórios: outros benefícios (ex: auxílio creche, auxílio refeição/alimentação); e ações de saúde e bem-estar (ex: ginástica laboral, atividades esportivas, palestras educativas, segurança no trabalho).

Com o objetivo de promover o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida do corpo funcional, o CFC oferece diversos benefícios, tais como: plano de saúde; plano odontológico; auxílio alimentação e refeição; vale-transporte; auxílio creche; e licença acompanhante (licença aniversário, licença casamento e licença para casos de falecimento, com prazos superiores aos fixados pela legislação). Além disso, o CFC realizou o evento “Dia Nacional da Saúde”, com o objetivo de conscientizar os colaboradores sobre questões relacionadas ao equilíbrio físico e psicológico. E, desde 2012, mantém a ginástica laboral, que é realizada duas vezes por semana, por aproximadamente 15 minutos. Para garantir a segurança no trabalho, o CFC mantém equipe permanente de brigadistas credenciados no Corpo de Bombeiros e possui controle de acesso às dependências e monitoramento eletrônico. Para manter funcionários e colaboradores atualizados sobre temas relevantes em saúde, foram realizadas cinco palestras: O Processo de Adoecimento Mental, A Importância da Ginástica Laboral, Intolerância Alimentar, Outubro Rosa e Novembro Azul.



Funcionário do CFC

Colaboradores do CFC



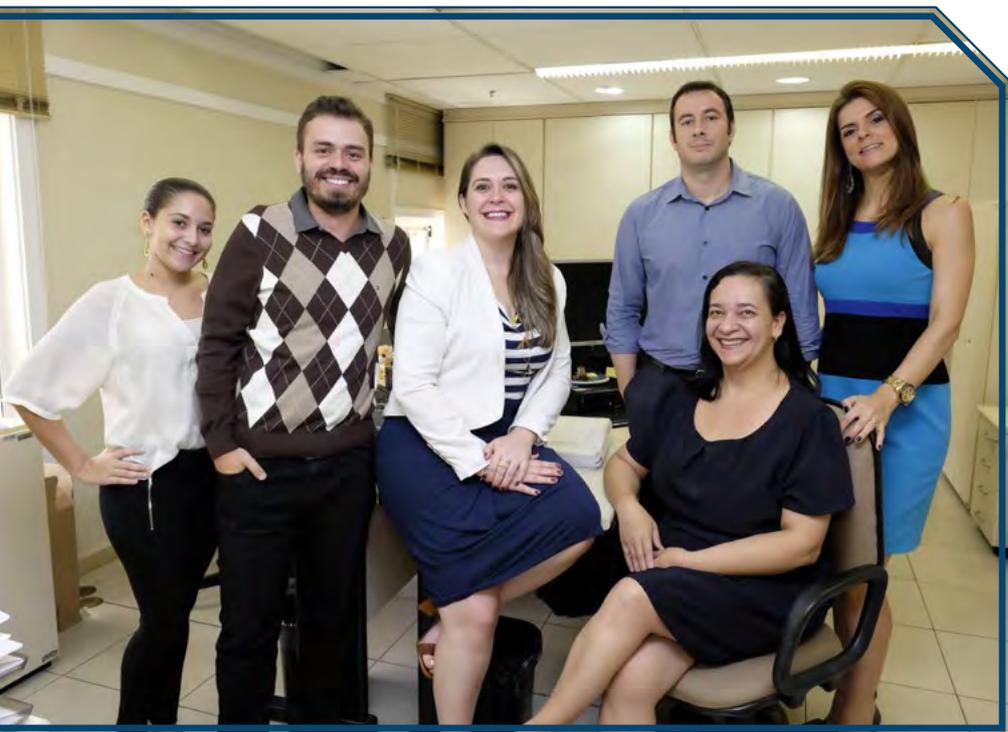
Os itens “convênios” (ex: plano de saúde, plano odontológico), “auxílio educação” (ex: pós-graduação, idiomas), “cursos”, “treinamentos” e “eventos comemorativos” (ex: datas comemorativas, confraternizações) apresentaram baixo índice de satisfação.

Em relação aos convênios, foram elaborados novos termos de referência para contratação tanto do plano de saúde quanto do plano odontológico, visando à melhoria dos serviços ofertados aos funcionários. Os processos de licitação estão em andamento.

Quanto ao auxílio educação, com o objetivo de aumentar o nível de conhecimento e melhorar a qualidade do trabalho desenvolvido, o CFC oferece subsídio de 50% para a realização de cursos de pós-graduação e de idiomas (inglês e espanhol). Em 2016, houve a continuidade de um curso de pós-graduação e aprovação de dois auxílios educação de idiomas.

Visando atingir a diretriz estratégica “Fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e dos colaboradores do Sistema CFC/CRCs”, o Conselho investe na capacitação do corpo funcional. Para orientar os investimentos a serem realizados, é elaborado o Plano Anual de Treinamentos (PAT) por meio do Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT). Para o CFC, investir em treinamento, desenvolvimento e educação possibilita ao corpo funcional o melhor desempenho de suas atividades e a melhoria da qualidade dos serviços prestados. No ano de 2016, foram realizados 76 treinamentos.

No que diz respeito aos eventos comemorativos, para 2017, o CFC desenvolverá uma nova proposta de integração para os colaboradores.



Colaboradores do CFC

V) Comunicação interna – Em referência ao bloco “comunicação interna”, três itens obtiveram resultado satisfatório: meios de comunicação (telefone, *e-mail*, intranet e internet); comunicação e tempo de resposta (oral e escrita); e divulgação dos eventos promovidos pelo

Conselho. Os resultados mostram que as medidas tomadas – divulgação dos eventos na intranet e dos eventos realizados em outros estados no *site* do CFC e, também, por meio de *e-mails*, *marketing*, cartazes, fôlderes, etc. – surtiram efeito.

Apenas dois indicadores apresentaram baixo nível de satisfação: “divulgação e conhecimento das normas internas” e “sinalização”.

Com a finalidade de melhorar o resultado do indicador “divulgação e conhecimento das normas internas”, definiu-se que as novas resoluções aprovadas pelo Plenário e as normas internas de interesse dos funcionários serão encaminhadas a todos os funcionários.

Quanto ao item “sinalização”, o CFC está desenvolvendo um novo projeto de sinalização para futura contratação de empresa para execução dos trabalhos.

Pesquisa de Satisfação dos CRCs em Relação ao CFC

Com a finalidade de averiguar o grau de satisfação dos CRCs em relação às ações que o Conselho Federal de Contabilidade desenvolve para o Sistema CFC/CRCs, os 27 Conselhos Regionais de Contabilidade foram consultados em 2016.

Os conselheiros e os funcionários dos Conselhos Regionais (250 pessoas no 1º semestre e 158 pessoas no 2º semestre) responderam, de forma voluntária e anônima, às 45 questões que compõem a pesquisa.

Os respondentes manifestaram o seu grau de satisfação sobre as diferentes áreas do CFC, a saber: Diretoria Executiva; Registro; Fiscalização; Desenvolvimento Profissional; Desenvolvimento Operacional; Técnica; Controle Interno; Administrativo; Política Institucional; Jurídico; Comunicação Social; e Instalação Física e Estrutura Administrativa do CFC.

Grau de Satisfação dos CRCs em Relação ao CFC

O grau de satisfação é a média aritmética dos resultados apurados nas pesquisas referentes ao primeiro e ao segundo semestres de 2016. As respostas dos questionários foram agrupadas em cinco conceitos: Ótimo, Bom, Regular, Ruim e Desconheço.

Os percentuais apresentados na tabela se referem à soma dos conceitos “Ótimo” e “Bom”, que representam índices de satisfação. Os conceitos “Regular” e “Ruim” refletem índices de insatisfação, e as questões pontuadas como “Desconheço” não foram consideradas como indicador.

Mais uma vez, os resultados foram bastante satisfatórios. A pesquisa revela que 83% dos respondentes estão satisfeitos com as instalações do Conselho Federal, o atendimento e as ações desenvolvidas em prol dos CRCs. Todos os quesitos atingiram índices superiores a 70%. Esse resultado reflete o empenho da instituição em atender, com eficiência, às demandas dos Conselhos Regionais de Contabilidade. Em 2014, a pesquisa alcançou 84% de satisfação e em 2015, o resultado foi de 85%.



Funcionários do CFC



Colaboradores do CFC

Indicadores de Satisfação dos CRCs		1ºsem/2016	2ºsem/2016	MÉDIA
		(% dos índices ótimo e bom)	(% dos índices ótimo e bom)	(% dos índices ótimo e bom)
I – Diretoria Executiva (Gabinete da Presidência)	Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza)	89,27	78,74	84,01
	Precisão e confiabilidade nas informações prestadas	85,71	77,95	81,83
	Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento)	74,46	70,77	72,62
II - Registro	Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza)	88,13	86,55	87,34
	Precisão e confiabilidade nas informações prestadas	85,19	82,35	83,77
	Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento)	73,01	70,59	71,80
III - Fiscalização, Ética e Disciplina	Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza)	86,75	82,65	84,70
	Precisão e confiabilidade nas informações prestadas	80,92	76,53	78,73
	Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento)	74,67	71,13	72,90
IV - Desenvolvimento Profissional	Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza)	90,06	83,64	86,85
	Precisão e confiabilidade nas informações prestadas	87,58	77,98	82,78
	Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento)	80,75	78,90	79,83
V - Desenvolvimento Operacional	Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza)	89,51	81,82	85,67
	Precisão e confiabilidade nas informações prestadas	85,09	81,82	83,46
	Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento)	81,48	80,56	81,02
VI - Técnica	Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza)	86,57	85,56	86,07
	Precisão e confiabilidade nas informações prestadas	82,58	84,44	83,51
	Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento)	81,68	84,44	83,06
VII - Controle Interno	Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza)	92,26	80,91	86,59
	Precisão e confiabilidade nas informações prestadas	88,39	80,91	84,65
	Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento)	85,90	77,06	81,48
VIII - Administrativo	Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza)	88,89	82,76	85,83
	Precisão e confiabilidade nas informações prestadas	87,57	81,20	84,39
	Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento)	85,21	76,52	80,87
	Qualidade do atendimento prestado pela Telefonia do CFC	89,69	88,55	89,12
	Qualidade do traslado prestado pelo CFC (pontualidade, cordialidade dos motoristas)	92,57	85,71	89,14
IX - Política Institucional	Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza)	87,76	83,81	85,79
	Precisão e confiabilidade nas informações prestadas	82,31	78,10	80,21
	Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento)	80,14	74,29	77,22
X - Jurídico	Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza)	86,18	84,11	85,15
	Precisão e confiabilidade nas informações prestadas	83,55	73,64	78,60
	Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento)	81,58	71,96	76,77
XI - Comunicação Social	Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza)	88,67	81,73	85,20
	Precisão e confiabilidade nas informações prestadas	85,06	82,41	83,74
	Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento)	84,56	80,58	82,57
	Jornal	83,24	77,59	80,42
	Revista	83,43	77,12	80,28
	Boletins / Periódicos (impressos e eletrônicos)	81,15	74,80	77,98
	Site do CFC	79,22	77,18	78,20
XII - Instalação Física e Estrutura Administrativa do CFC	Redes sociais	77,90	72,80	75,35
	Infraestrutura (móveis e equipamentos)	92,35	90,40	91,38
	Espaço físico (tamanho, limpeza e organização)	92,27	87,20	89,74
	Apoio operacional em reuniões no CFC (distribuição de material, <i>coffee break</i> , equipamentos, internet)	88,83	86,44	87,64
	Segurança predial	89,22	91,38	90,30
Horário de atendimento	90,05	91,04	90,55	
TOTAL (% dos índices ótimo e bom)		85,14	80,59	82,87

Análise dos Resultados

Os recorrentes bons resultados justificam-se pelo desenvolvimento de projetos de apoio aos CRCs que visam atender à melhoria da infraestrutura dos Conselhos Regionais, o aprimoramento dos trabalhos e a capacitação dos seus colaboradores, a fim de propiciar o adequado atendimento aos profissionais da contabilidade e à sociedade.

Os projetos de apoio financeiro e operacional do CFC realizados em 2016 para os CRCs foram: apoio financeiro do CFC para despesas de capital (construção, ampliação e reforma de sedes próprias, renovação da frota de veículos e ampliação e atualização do parque de informática); auxílio financeiro para cobertura de despesas de custeio; apoio à gestão dos Conselhos Regionais; acompanhamento e assessoramento aos setores de cobrança dos CRCs; e comissões institucionais (comissão de trabalho para uniformização da denominação e forma de custeio das unidades representativas dos CRCs fora dos locais de suas respectivas sedes, comissão eleitoral do Sistema CFC/CRCs e comissão de modernização da Tecnologia da Informação no âmbito do Sistema CFC/CRCs). No exercício de 2016, o CFC investiu R\$ 3.391.561,61 (três milhões trezentos e noventa e um mil quinhentos e sessenta e um reais e sessenta e um centavos) nesses projetos.

Além disso, o Conselho Federal realizou o acompanhamento de gestão dos 27 Conselhos Regionais, por intermédio de diagnósticos, os quais contêm dados patrimoniais, orçamentários, financeiros, administrativos, de pessoal, registro, fiscalização e informações de processos judiciais em que os CRCs se encontram na condição de réus. Com base nesse banco de dados, foi possível realizar uma análise econômica e financeira dos Regionais nos últimos quatro exercícios. O diagnóstico consistiu nos seguintes resultados: identificar previamente os CRCs com indicativo concreto de desequilíbrio financeiro; e adotar medidas preventivas para o reequilíbrio das contas.



Colaboradores do CFC



Funcionários do CFC

Pesquisa de Satisfação em Relação ao Sistema CFC/CRCs

Com o objetivo de medir o grau de satisfação dos profissionais da contabilidade em relação ao CFC e, também, avaliar a imagem do profissional da área e do Sistema CFC/CRCs pela sociedade em geral, o CFC realiza, semestralmente, pesquisas aplicadas por meio de ferramenta eletrônica específica. A participação ocorre de forma voluntária e anônima e os questionários são confidenciais.

Grau de Satisfação em Relação ao Sistema CFC/CRCs

O grau de satisfação das pesquisas é a média aritmética dos resultados apurados nas pesquisas referentes ao primeiro e ao segundo semestre de 2016. As respostas dos questionários foram agrupadas em cinco conceitos: Ótimo, Bom, Regular, Ruim e Desconheço.

Os percentuais apresentados na tabela se referem à soma dos conceitos “Ótimo” e “Bom”, que representam índices de satisfação. Os conceitos “Regular” e “Ruim” refletem índices de insatisfação, e as questões pontuadas como “Desconheço” não foram consideradas como indicador.



Colaboradores do CFC

Pesquisa de Satisfação do Profissional da Contabilidade em Relação ao CFC – Profissionais da Contabilidade

Com o intuito de avaliar a satisfação do profissional da área contábil em relação às ações desenvolvidas pelo CFC, foi enviado aos mais de 500 mil profissionais registrados, questionário contendo oito perguntas. A pesquisa foi amplamente divulgada, inclusive com sua disponibilização no *site* e nas redes sociais do Conselho Federal.

Com o objetivo de medir o grau de satisfação da classe contábil em relação ao CFC, a pesquisa foi enviada, no primeiro e no segundo semestres de 2016. No total, 38.746 participantes responderam de forma voluntária e anônima às oito questões que compõem a pesquisa.

No cômputo geral, o índice de satisfação do profissional da contabilidade em relação ao CFC foi de 71%.

Análise dos Resultados

Em relação a essa pesquisa, das oito variáveis avaliadas, quatro apresentaram grau de satisfação acima da meta, com destaque para “Infraestrutura do Conselho Federal de Contabilidade”, com mais de 80% de satisfação. Os itens “Imagem do Conselho Federal de Contabilidade perante à sociedade”, “Publicação em geral (jornal, revista, boletim eletrônico)” e “Site e redes sociais” alcançaram mais de 70% de aprovação.

As variáveis “Ações desenvolvidas pelo Conselho Federal de Contabilidade”, “Solução imediata de problemas”, “Programas e projetos” e “Realização de congressos, fóruns, cursos e treinamentos” obtiveram índice de satisfação inferior a 70%.

Por meio dos resultados obtidos, o Sistema CFC/CRCs pretende implementar ações para contribuir com a melhoria dos serviços prestados e elevar o nível de satisfação dos profissionais da contabilidade. De qualquer forma, ao longo do ano de 2016, o CFC, ao utilizar seus canais de comunicação, intensificou a divulgação dos programas, projetos e ações desenvolvidas e implementou o Sistema de Ouvidoria para que o profissional tenha um retorno rápido e eficiente das suas solicitações. Em relação aos eventos, o Sistema CFC/CRCs capacitou 271.099 (duzentos e setenta e um mil e noventa e nove) profissionais – destaque para a realização do 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC), o que demonstra a preocupação da entidade na Educação Continuada dos profissionais.

Indicadores de Satisfação do Profissional da Contabilidade	1ºsem/2016 (% dos índices ótimo e bom)	2ºsem/2016 (% dos índices ótimo e bom)	Média (% dos índices ótimo e bom)
Imagem do Conselho Federal de Contabilidade perante à sociedade	73,83	72,08	72,96
Ações desenvolvidas pelo Conselho Federal de Contabilidade	67,27	67,35	67,31
Infraestrutura do Conselho Federal de Contabilidade	82,23	82,25	82,24
Solução imediata de problemas (eficiência)	66,45	65,15	65,80
Programas e projetos	66,59	66,41	66,50
Publicação em geral (jornal, revista, boletim eletrônico)	71,30	72,40	71,85
Site e redes sociais	73,28	73,85	73,57
Realização de congressos, fóruns, cursos e treinamentos	66,79	67,72	67,26
Total (% dos índices ótimo e bom)	70,97	70,90	70,93



Colaboradores do CFC



Colaboradoras do CFC

Pesquisa de Satisfação da Imagem do Profissional da Contabilidade – Sociedade

A pesquisa tem como finalidade avaliar o grau de reconhecimento da imagem do profissional da contabilidade. Direcionado à sociedade, o questionário com cinco perguntas ficou disponível no *site* do CFC e também foi divulgado por meio da imprensa. A pesquisa foi respondida por 447 pessoas de forma voluntária e anônima.

No cômputo geral, o índice de satisfação da imagem do profissional da contabilidade foi de 61%, sendo que a meta fixada para o exercício de 2016 foi de 70%.

Indicadores de Satisfação da Imagem do Profissional da Contabilidade	1ºsem/2016 (% dos índices ótimo e bom)	2ºsem/2016 (% dos índices ótimo e bom)	MÉDIA (% dos índices ótimo e bom)
Imagem do profissional perante à sociedade	46,78	45,59	46,19
Importância do profissional para o País	76,47	81,41	78,94
Nível de reconhecimento em comparação a outros profissionais	43,27	34,31	38,79
Trabalho desenvolvido pelo profissional da Contabilidade	72,51	71,43	71,97
Informações que são prestadas	71,35	68,15	69,75
TOTAL (% dos índices ótimo e bom)	62,08	60,18	61,13



Funcionários do CFC

Análise dos Resultados

Das cinco variáveis do questionário, duas atingiram índices de satisfação acima da meta, com destaque para os itens “importância do profissional para o País”, com 79% e “trabalho desenvolvido pelo profissional da contabilidade” com 72%.

Os itens “imagem do profissional perante a sociedade”, “nível de reconhecimento em comparação a outros profissionais” e “informações que são prestadas” ficaram abaixo da meta do índice de satisfação, que é de 70%.

O resultado servirá como ferramenta para o Sistema CFC/CRCs implementar novas ações que contribuam para a melhoria da imagem do profissional da contabilidade perante à sociedade.

Dentre essas ações, destacam-se: intensificar a divulgação das ações do Sistema CFC/CRCs; fortalecer as relações institucionais entre o CFC e demais entidades; e desenvolver e coordenar projetos relativos à imagem do profissional da Contabilidade. Os Conselhos de Contabilidade estão desenvolvendo plano de ação para a divulgação dos trabalhos realizados em todo o Brasil, com vistas ao aprimoramento da profissão contábil e da atuação do Sistema CFC/CRCs como fator de proteção da sociedade. Destaca-se que, em 2016, o CFC foi responsável por 1.177 inserções na mídia brasileira.

Diante desse trabalho, a expectativa é de que, no próximo ano, o indicador atinja a meta.

Pesquisa de Satisfação da Imagem do Sistema CFC/CRCs – Formadores de opinião

A pesquisa foi aplicada aos formadores de opinião (jornalistas, empresários, políticos, parlamentares, representantes de outras entidades de classe e representantes da sociedade civil organizada), que também, de forma voluntária e anônima, responderam às cinco questões que compõem a pesquisa.

Com o objetivo de avaliar o grau de reconhecimento da imagem do Sistema CFC/CRCs, a pesquisa, aplicada no primeiro e segundo semestres de 2016, foi respondida por 510 pessoas.

No cômputo geral, o índice de satisfação da imagem do Sistema CFC/CRCs foi de 46%, sendo que a meta fixada para o exercício de 2016 foi de 70%.

Indicadores de Satisfação da Imagem do Sistema CFC/CRCs	1ºsem/2016 (% dos índices ótimo e bom)	2ºsem/2016 (% dos índices ótimo e bom)	MÉDIA (% dos índices ótimo e bom)
O trabalho do Sistema CFC/CRCs	62,30	44,50	53,40
Atuação do Sistema CFC/CRCs para a sociedade	56,67	36,67	46,67
Os projetos desenvolvidos pelo Sistema CFC/CRCs	63,33	38,53	50,93
Nível de reconhecimento do Sistema CFC/CRCs pela sociedade	40,17	24,23	32,20
Imagem do Sistema CFC/CRCs	59,50	37,53	48,52
TOTAL (% dos índices ótimo e bom)	56,39	36,29	46,34

Análise dos Resultados

Os cinco itens – “O trabalho do Sistema CFC/CRCs”, “Atuação do Sistema CFC/CRCs para a sociedade”, “Os projetos desenvolvidos pelo Sistema CFC/CRCs”, “Nível de reconhecimento do Sistema CFC/CRCs pela sociedade” e “Imagem do Sistema CFC/CRCs” – ficaram com índice de satisfação abaixo de 70%.

Por meio dos resultados, o CFC pretende programar ações que busquem a melhoria da imagem do Sistema, como intensificar as relações institucionais entre o CFC e demais órgãos, entidades e instituições, bem como entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; intensificar a divulgação das ações do Sistema CFC/CRCs; fortalecer as ações sociais de voluntariado entre a classe contábil; desenvolver e coordenar projetos relativos à imagem e à divulgação do CFC; e contratar agência de publicidade para veiculação de matérias de interesse da classe contábil e sociedade nos diversos veículos de comunicação (televisiva, rádio, jornal e revista).

Diante desse trabalho, a expectativa é de que, no próximo ano, o indicador atinja a meta.



Colaboradores do CFC

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – 2016

Cálculo do Valor Adicionado	2016 (valores em R\$)	%	2015 (valores em R\$)	%
1. Receitas	55.626.892		54.868.337	
1.1 Contribuições	49.914.256		48.010.425	
1.2 Exploração de Bens e Serviços	5.564.882		6.494.748	
1.3 Outras Receitas Correntes	147.754		361.665	
1.4 Receita com Alienação de Bens	0		1.499	
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	22.816.210		23.701.616	
2.1 Materiais e Equipamentos Adquiridos de Terceiros	2.104.644		2.513.900	
2.2 Serviços de Terceiros	18.654.747		19.055.314	
2.3. Perda de Valores Ativos	70.614		148.768	
2.4. Depreciação	1.986.204		1.983.634	
3. Valor Adicionado Bruto [1 - 2]	32.810.683		31.166.721	
4. Provisão para Contingências Cíveis/Trabalhistas	9.937		18.983	
5. Valor Adicionado Recebido em Transferência	8.706.465		6.912.432	
5.1 Financeiras	8.706.465		6.912.432	
6. Valor Adicionado Total a Distribuir [3 - 4 + 5]	41.507.211	100,00%	38.060.171	100,00%
7. Distribuição do Valor Adicionado				
7.1 Recursos Humanos	17.304.133	41,69%	15.918.144	41,82%
7.2 Impostos, Taxas, Contribuições e Encargos Sociais	3.341.894	8,05%	3.294.648	8,66%
7.3 Contribuições Sociais e Estatutárias	621.451	1,50%	606.065	1,59%
7.4 Auxílios Financeiros a CRCs	5.708.505	13,75%	4.874.101	12,81%
7.5 Aluguéis	1.358.144	3,27%	1.641.713	4,31%
7.6 Superávit do Exercício	13.173.083	31,74%	11.725.500	30,81%
Total do Valor Adicionado Distribuído	41.507.211	100,00%	38.060.171	100,00%

Notas explicativas:

1) O item “1.1 – Contribuições” corresponde ao repasse de 1/5 da receita bruta de cada Conselho Regional de Contabilidade, excetuados os legados, as doações, as subvenções, as receitas patrimoniais, as restituições e outras, quando justificadas. Em dezembro de 2016, o CFC registrou o total de 536.240 profissionais com registros ativos nos 27 CRCs, sendo que, desse total, 348.393 eram contadores e 187.847, técnicos em contabilidade. Neste item, consideramos ainda as contribuições do Fides, bem como suas despesas que estão diluídas nos indicadores operacionais.

2) As receitas classificadas como “Outras Receitas Correntes” corresponderam às indenizações e Restituições reembolsadas ao CFC, decorrentes de ressarcimento de passagens não utilizadas pelos passageiros, multas aplicadas aos fornecedores por descumprimento de contrato, entre outros.

3) O item “2.2 – Serviços de Terceiros” representa os gastos com manutenção predial e de equipamentos, contratação de serviços

tercerizados, diárias e passagens aéreas (funcionários, colaboradores e conselheiros), entre outros.

4) O item “2.3 – Perda de Valores Ativos” refere-se às baixas de bens que foram doados aos CRCs no exercício de 2016.

5) As receitas financeiras (item 5.1) correspondem aos juros sobre empréstimos concedidos e rendimentos de aplicação financeira; apresentaram um aumento devido à mudança nos tipos de fundos de investimentos com percentuais de rendimento superiores aos anos anteriores.

6) O montante demonstrado no item 7.2, refere-se às cotas de contribuição (anuidades) pagas aos organismos reguladores internacionais, aos encargos patronais, seguro e multas dos veículos do CFC.

7) O item “Contribuições Sociais e Estatutárias” (7.3) equivale a 1% da receita de cota-parte (contribuições CFC) repassada ao Fides

e aos pagamentos do Programa de Integração Social (PIS) sobre folha de pagamento.

8) A Distribuição do Valor Adicionado (item 7) permite visualizar a distribuição de riqueza entre os vários agentes econômicos, no caso específico do CFC, entre seus empregados (recursos humanos), Governo (impostos, contribuições e taxas), auxílios aos Conselhos Regionais, remuneração de terceiros e a parcela dos resultados retida para a reserva patrimonial (superávit). O grupo de maior representatividade é o de Recursos Humanos, com 41,58% do Valor Adicionado Total a Distribuir.

9) Visando ao melhor entendimento do leitor, a DVA de 2015 foi ajustada, pois foi considerado, nos itens “4 – Provisões para Contingência Cíveis” e “1.3 – Outras Receitas Correntes”, o valor de R\$ 350.000,00, referente à provisão e à reversão de um Processo Cível no próprio exercício, respectivamente, em virtude da reclassificação de perda “Praticamente Certa” para “Possível”.

1. Indicadores do Resultado Operacional e Social

1.1 Demonstração do Resultado do Exercício	2016 (valores em R\$)	2015 (valores em R\$)
Receita Bruta	64.333.357	61.780.769
(-) Contribuições Sociais e Estatutárias *	(621.451)	(606.065)
Receita Líquida	63.711.906	61.174.704
(-) Despesas com Atividades Operacionais	(18.004.235)	(21.140.199)
(-) Despesas com Remuneração do Pessoal	(17.304.133)	(15.918.144)
(-) Despesas com Tributos, Contribuições e Encargos Sociais	(3.341.894)	(3.294.648)
(-) Despesas com Benefícios Sociais à Comunidade	(5.316.829)	(5.243.983)
(-) Outras Despesas	(6.571.732)	(3.852.230)
Superávit do Exercício	13.173.083	11.725.500

1.2 Patrimônio Líquido	149.194.839	136.033.927
------------------------	-------------	-------------

* Contribuições Estatutárias - Fundo de Integração e Desenvolvimento (Fides) e PIS S/ Folha de Pagamento

Nota explicativa

Em razão da instabilidade da economia e política brasileira apresentada em 2016 e as projeções de recessão para os próximos dois anos, a administração do CFC manteve a prudência com os gastos e manteve o plano de contenção de despesas de custeio, tais como: redução de reuniões presenciais de grupos de estudos e comissões institucionais, para incentivar a realização das discussões por teleconferência; redução de viagens de assessoramento aos CRCs para utilização da versão de sistema *on-line*; aumento salarial conservador e abaixo do índice de inflação apurado no período, etc. Tais medidas refletiram, positivamente, para o resultado do exercício, favorecendo a economia de recursos financeiros e o aumento da rentabilidade do montante aplicado em fundos de investimento.

Importante registrar que a adoção da política de contingenciamento de despesas não prejudicou o desenvolvimento de ações e a realização das atividades do CFC, pois foram implementadas satisfatoriamente 100% das ações inovadoras previstas no Plano de Trabalho em 2016.



Funcionários do CFC

2. Indicadores das Atividades Operacionais

	2016 (valores em R\$)			2015 (valores em R\$)				
	Valores	% Receita Líquida	% Superávit	% Patrimônio Social	Valores	% Receita Líquida	% Superávit	% Patrimônio Social
2.1. Apoio à Fiscalização Preventiva do Exercício Profissional	30.626	0,05%	0,23%	0,02%	31.209	0,05%	0,27%	0,02%
2.2. Educação Continuada	4.615.124	7,24%	35,03%	3,09%	4.586.914	7,50%	39,12%	3,37%
2.3. Divulgações Técnicas e Institucionais	3.377.941	5,30%	25,64%	2,26%	2.882.697	4,71%	24,58%	2,12%
2.4. Comissões de Estudo e Trabalho voltados às Normas de Contabilidade e à Profissão Contábil	736.309	1,16%	5,59%	0,49%	1.100.116	1,80%	9,38%	0,81%
2.5. Representações em Eventos	522.291	0,82%	3,96%	0,35%	1.299.328	2,12%	11,08%	0,96%
2.6. Reuniões Regimentais e de Planejamento / Seminários Internos	2.542.495	3,99%	19,30%	1,70%	2.554.314	4,18%	21,78%	1,88%
2.7. Apoio Técnico / Financeiro a CRCs	3.422.040	5,37%	25,98%	2,29%	2.091.632	3,42%	17,84%	1,54%
2.8. Auditoria e Controles Internos	171.533	0,27%	1,30%	0,11%	849.995	1,39%	7,25%	0,62%
2.9. Reuniões/Seminários sobre Registro Profissional e Cadastral	2.409.735	3,78%	18,29%	1,62%	4.128.939	6,75%	35,21%	3,04%
2.10. Capacitação Profissional de Funcionários	159.637	0,25%	1,21%	0,11%	96.718	0,16%	0,82%	0,07%
2.11. Eleições Internas	16.504	0,03%	0,13%	0,01%	1.518.336	2,48%	12,95%	1,12%
Total dos Indicadores das Atividades Operacionais	18.004.235	28,26%	136,67%	12,07%	21.140.199	34,56%	180,29%	15,54%



Funcionários do CFC

Notas explicativas:

1) Os dispêndios referentes à Educação Continuada (item 2.2) refletem o engajamento do CFC na busca do cumprimento de suas responsabilidades institucionais, assegurando o exercício correto da profissão e promovendo o desenvolvimento integral da classe. Em 2016, o Sistema CFC/CRCs realizou 3.574 eventos, entre cursos, palestras, seminários, congressos, fóruns, etc., com a participação de 271.099 profissionais da contabilidade, cujo número representa 51% do total de registros ativos.

2) O montante registrado no item 2.3 representa os repasses realizados aos organismos reguladores internacionais (Ifac, Cilea e AIC), com o objetivo de discutir as práticas contábeis, mantendo o Brasil atualizado quanto às tendências da profissão no mundo; promover a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) às internacionalmente aceitas; e de participar de programas técnicos e científicos de cooperação, buscando a divulgação e a transferência de conhecimentos com os organismos internacionais.

3) O CFC vem dispensando inúmeros esforços para fortalecer a estrutura física e técnica dos Conselhos Regionais de Contabilidade. Em 2016, foram investidos mais de R\$ 3,4 milhões (item 2.7) em apoios financeiros para gastos com infraestrutura, tais como: aquisição de sede, atualização do parque de informática e renovação da frota de veículos para uso da fiscalização. Também foram aplicados recursos no suporte técnico aos CRCs, voltado às áreas administrativas, com o objetivo de melhorar o atendimento à sociedade. O crescimento em relação a 2015 foi de aproximadamente 63%.

3. Indicadores de Recursos Humanos

	2015				2016				
	Administração			Total	Administração			Total	
	Executiva	Corpo Funcional	Terceirizados		Executiva	Corpo Funcional	Terceirizados		
3.1. Efetivos em 31/12									
3.1.1. Participação por sexo	Homens	39	62	32	133	40	62	23	125
	Mulheres	12	64	15	91	13	60	9	82
3.1.2. Percentual de ocupantes de cargos de chefia	Homens	78%	39%	0%	-	75%	38%	0%	-
	Mulheres	22%	61%	0%	-	25%	62%	0%	-
3.2. Faixas Etárias em 31/12									
3.2.1. Menores de 18 anos		0	0	0	0	0	2	0	2
3.2.2. De 18 a 30 anos		0	26	0	26	0	15	0	15
3.2.3. De 31 a 40 anos		3	45	0	48	3	48	0	51
3.2.4. De 41 a 50 anos		13	31	0	44	10	33	0	43
3.2.5. De 51 a 60 anos		19	16	0	35	20	16	0	36
3.2.6. Acima de 60 anos		16	8	0	24	20	8	0	28
3.3. Tempo de Serviço em 31/12									
3.3.2. Até 5 anos		28	46	0	74	31	43	0	74
3.3.3. Acima de 5 até 10 anos		16	14	0	30	13	15	0	28
3.3.4. Acima de 10 anos		7	66	0	73	9	64	0	73
3.4. Variação do Corpo Funcional									
3.4.1. Movimentações no Corpo Funcional									
3.4.1.1. Demissões no ano		0	4	0	4	0	7	0	7
3.4.1.2. Aposentadorias no ano		0	1	0	1	0	2	0	2
3.4.1.3. Afastamentos por outros motivos		0	2	0	2	0	1	0	1
3.4.1.4. Admissões no ano		0	2	0	2	0	3	0	3
3.4.2. Ações trabalhistas movidas contra a entidade									
3.4.2.1. Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade		0	3	4	7	0	0	8	8
3.4.2.2. Número de processos trabalhistas julgados procedentes		0	0	0	0	0	0	6	6
3.4.2.3. Número de processos trabalhistas julgados improcedentes		0	0	0	0	0	0	1	1
3.4.2.4. Número de processos trabalhistas em que houve acordo		0	0	0	0	0	0	0	0
3.4.2.5. Número de processos trabalhistas em análise		0	3	4	7	0	3	12	15
3.5. Serviços Terceirizados em 31/12									
3.5.1. Número de pessoas em serviços terceirizados		0	0	47	47	0	0	32	32
3.6. Estagiários									
3.6.1. Número de estagiários em 31/12		0	27	0	27	0	42	0	42
3.7. Escolaridade e Formação									
3.7.1. Analfabeto		0	0	0	0	0	0	0	0
3.7.2. Com Ensino Fundamental		0	4	0	4	0	4	0	4
3.7.3. Com Ensino Médio		4	20	0	24	2	19	0	21
3.7.4. Cursando Ensino Médio		0	2	0	2	0	3	0	3
3.7.5. Cursando Ensino Superior		1	6	0	7	1	6	0	7
3.7.6. Com Ensino Superior Completo		11	60	0	71	19	57	0	76
3.7.7. Especialização		26	33	0	59	24	32	0	56
3.7.8. Mestrado		7	1	0	8	5	1	0	6
3.7.9. Doutorado		2	0	0	2	2	0	0	2
3.8. Gastos									
		2015 (valores em R\$)				2016 (valores em R\$)			
3.8.1. Gastos com serviços terceirizados no período		0,00	0,00	2.134.357,19	2.134.357,19	0,00	0,00	2.499.419,50	2.499.419,50
3.8.2. Gastos com estagiários		0,00	349.976,05	0,00	349.976,05	0,00	679.339,27	0,00	679.339,27
3.8.3. Gastos com formação e treinamentos		608.352,31	140.366,18	0,00	748.718,49	341.164,84	207.567,14	0,00	548.731,98
3.8.4. Gastos com remunerações do pessoal		0,00	15.867.802,22	0,00	15.867.802,22	0,00	17.213.185,61	0,00	17.213.185,61
3.8.4.1. Remunerações		0,00	12.749.388,91	0,00	12.749.388,91	0,00	13.711.431,20	0,00	13.711.431,20
3.8.4.2. Seguridade Social		0,00	2.057.424,05	0,00	2.057.424,05	0,00	2.369.036,58	0,00	2.369.036,58
3.8.4.3. Outras vantagens sociais		0,00	1.060.989,26	0,00	1.060.989,26	0,00	1.132.717,83	0,00	1.132.717,83
3.8.5. Gastos com indenizações e multas por determinação judicial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.330,56	0,00	107.330,56

Discriminação das categorias da Administração:

- Executiva:** presidente, vice-presidentes e conselheiros
Corpo funcional: empregados
Terceirizados: empresas que mantêm empregados nas dependências do CFC
Item 3.8.4.2.: A Seguridade Social é composta por FGTS, Plano de Saúde e Plano Odontológico

- Item 3.8.4.3.:** Outras vantagens sociais são compostas por vale-transporte, vale-refeição/alimentação, auxílio educação e auxílio creche
Item 3.8.3.: Executiva: Gastos com formação e treinamentos são compostos por inscrições, diárias e passagens
Item 3.8.3.: Corpo Funcional: Gastos com formação e treinamentos são compostos por serviços de seleção, treinamento e orientação profissional, diárias e passagens"

4. Indicadores dos Tributos e Encargos Sociais

	2016 (valores em R\$)			2015 (valores em R\$)				
	Valores	% Receita Líquida	% Superávit	% Patrimônio Social	Valores	% Receita Líquida	% Superávit	% Patrimônio Social
4.1. Encargos e Contribuições Sociais	2.949.459	4,63%	22,39%	1,98%	2.750.815	4,50%	23,46%	2,02%
4.2. Impostos e Taxas	392.435	0,62%	2,98%	0,26%	543.833	0,89%	4,64%	0,40%
Total dos Indicadores de Tributos e Encargos Sociais	3.341.894	5,25%	25,37%	2,24%	3.294.648	5,39%	28,10%	2,42%

5. Indicadores dos Benefícios Sociais à Comunidade

	2016 (valores em R\$)			2015 (valores em R\$)				
	Valores	% Receita Líquida	% Superávit	% Patrimônio Social	Valores	% Receita Líquida	% Superávit	% Patrimônio Social
5.1. Educação Continuada	4.615.124	7,24%	35,03%	3,09%	4.285.185	7,00%	36,55%	3,15%
5.1.1. Cursos	246.036	0,39%	1,87%	0,16%	31.366	0,05%	0,27%	0,02%
5.1.2. Eventos	3.816.078	5,99%	28,97%	2,56%	4.253.818	6,95%	36,28%	3,13%
5.1.3. Outras Ações de Educ. Continuada	553.009	0,87%	4,20%	0,37%	0	0,00%	0,00%	0,00%
5.2. Projetos de Integração *	65.800	0,10%	0,50%	0,04%	69.514	0,11%	0,59%	0,05%
5.3. Publicações Periódicas	483.628	0,76%	3,67%	0,32%	555.788	0,91%	4,74%	0,41%
5.3.1. Revista (RBC e Repec)	464.525	0,73%	3,53%	0,31%	468.110	0,77%	3,99%	0,34%
5.3.2. Jornal	19.000	0,03%	0,14%	0,01%	71.247	0,12%	0,61%	0,05%
5.3.3. Livros	103	0,00%	0,00%	0,00%	16.431	0,03%	0,14%	0,01%
5.4. Acervo Bibliográfico	37.213	0,06%	0,28%	0,02%	21.944	0,04%	0,19%	0,02%
5.5. Ações de Responsabilidade Socioambiental**	115.065	0,18%	0,87%	0,08%	311.552	0,51%	2,66%	0,23%
Total dos Indicadores dos Benefícios Sociais à Comunidade	5.316.829	8,35%	40,36%	3,56%	5.243.983	8,57%	44,72%	3,85%

* Mulher Contabilista, Comissão de Jovens Lideranças, Sindical e CFC em 1 Dia; ** MCCE, PVCC, BSA e CPT

Notas explicativas:

- 1) É atribuição do CFC regular e atuar na educação continuada dos profissionais da contabilidade. Diante dessa premissa, o CFC investe, continuamente, em ações voltadas à capacitação desses profissionais. Os dispêndios efetuados com “Eventos” referem-se, na sua maioria, a investimentos na realização do 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, reunindo cerca de 8 mil congressistas.
- 2) O item “5.1.3 – Outras Ações de Educação Continuada” refere-se aos valores dispendidos como: Educação Profissional Continuada – Auditoria Independente; Exame de Qualificação Técnica; Apoio à Produção Técnico-Científica da Área Contábil; Museu de Contabilidade. Em 2016, passaram a ser apresentados de forma destacada, pois, em 2015, estavam diluídos em “Cursos” e “Eventos”.
- 3) Durante o ano de 2016, o Jornal do CFC teve apenas duas edições impressas, referentes aos meses de janeiro/fevereiro e março/abril. As outras quatro edições do ano foram eletrônicas, o que representou uma redução significativa dos custos com impressão, resultando em uma economia de 0,09% (sobre a receita corrente líquida) em relação a 2015.

Planejamento Social 2017

	Valores em R\$	
Previsão da Receita (montante operacional a distribuir)		67.175.000
(-) Gastos com pessoal		20.716.500
(-) Contribuições sociais e estatutárias		670.000
(-) Impostos, Taxas, Contribuições e Encargos Sociais		3.883.600
Resultado Operacional Líquido a Distribuir aos programas		41.904.900
Distribuição do Resultado aos Programas/Subprogramas		
Resultado Operacional Líquido a Distribuir	100,00%	41.904.900
1. Gestão de Registro Profissional	8,48%	3.553.400
1.1 Registro Profissional e Cadastral		3.553.400
2. Gestão de Fiscalização	16,56%	6.938.800
2.1 Fiscalização Ostensiva e Preventiva		6.938.800
3. Gestão de Educação Continuada	32,61%	13.663.400
3.1 Educação Continuada e Valorização Profissional		13.663.400
4. Normatização	2,21%	925.200
4.1 Edição e Revisão das NBCTs		925.200
5. Suporte e Apoio a Atividades Fins	40,15%	16.824.100
5.1 Apoio Administrativo ao Registro e Fiscalização		14.154.750
5.2 Apoio Operacional aos CRCs		2.669.350

Funcionários do CFC

O CFC adota o Sistema de Plano de Trabalho (SPT), que permite controlar as ações previstas, detalhar as ações executadas e avaliar se as metas estimadas foram alcançadas. Dessa forma, quando os resultados esperados não são obtidos, podem ser monitoradas as justificativas emitidas pelos responsáveis de execução. Com isso, para o exercício de 2017, foram definidos 3 objetivos:

1. praticar ações que cumprissem a obrigatoriedade de arrecadação para garantir a sustentabilidade financeira e orçamentária, conservação da infraestrutura funcional e a manutenção da máquina administrativa;
2. fortalecer a participação sociopolítico-institucional perante as instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil; ampliar e difundir as atuações de Registro e Fiscalização como fator de proteção da sociedade; e ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no Sistema CFC/CRCs; e
3. influenciar a formação das competências e das habilidades do profissional e fomentar programas de educação continuada.

Brasília, 31 de dezembro de 2016

Franciele Carini
Contadora CRC MT 010474/O-2T-DF



BALANÇO
SOCIOAMBIENTAL | **2016**





CFC
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

CONSELHEIROS DO CFC

Apresenta os conselheiros do Conselho Federal de Contabilidade eleitos em 2015 para o mandato de 2016 a 2017.

Sistema CFC/CRCs Conselheiros do CFC (Mandato 2016/2017)



Sistema CFC/CRCs Diretoria do Conselho Federal de Contabilidade (Mandato 2016/2017)



CÂMARA TÉCNICA

Contador Zulmir Ivânio Breda (RS)

COORDENADOR DA CÂMARA TÉCNICA

Contador João Alfredo de Souza Ramos (ES)

COORDENADOR-ADJUNTO DA CÂMARA TÉCNICA

Efetivos

Contadora Lucilene Florêncio Viana (AM)

Contador Carlos Rubens de Oliveira (MS)

Contadora Maria Constança Carneiro Galvão (BA)

TC Maria Perpétua dos Santos (GO)

Contadora Diva Maria de Oliveira Gesualdi (RJ)

Suplentes

Contadora Jeanne Carmen Ramos Luzeiro Figueira (AM)

Contador Luiz Henrique de Souza (MS)

Contadora Regina Célia Nascimento Vilanova (PA)

Contadora Gardênia Maria Braga de Carvalho (PI)

Contador Paulo Walter Schnorr (RS)

TC Osvaldo Rodrigues da Cruz (CE)

Contador Marcelo Cavalcanti Almeida (RJ)

CÂMARA DE CONTROLE INTERNO

Contadora Lucilene Florêncio Viana (AM)

COORDENADORA DA CÂMARA DE CONTROLE INTERNO

Contadora Maria do Rosário de Oliveira (RN)

COORDENADORA-ADJUNTA DA CÂMARA DE CONTROLE INTERNO

Efetivos

Contador Aécio Prado Dantas Júnior (SE)

TC Vivaldo Barbosa de Araújo Filho (RR)

Suplentes

Contador Marcos de Araújo Carneiro (RR)

Contador Evandro Benedito dos Santos (MT)

Contador João Altair Caetano dos Santos (RO)

TC Hermelino de Jesus Souza (MA)

CÂMARA DE REGISTRO

Contador Marco Aurélio Cunha de Almeida (MG)

COORDENADOR DA CÂMARA DE REGISTRO

Contadora Maria Constança Carneiro Galvão (BA)

COORDENADORA-ADJUNTA DA CÂMARA DE REGISTRO

Efetivos

TC Juliana Aparecida Soares Martins (TO)

Contador Heraldo de Jesus Campelo (MA)

Contador Carlos Henrique do Nascimento (AL)

Contador Joaquim Alencar Bezerra Filho (PI)

Suplentes

Contadora Marisa Luciana Schvabe de Morais (SC)

Contador Hélio Barreto Jorge (BA)

TC Marcia Fátima Fernandes Dantas (AP)

Contador Henrique Ricardo Batista (GO)

Contador Everildo Bento da Silva (RN)

Contador Luiz Carlos de Souza (PR)

CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL

Contador Aécio Prado Dantas Júnior (SE)

COORDENADOR DA CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL

Contador João de Oliveira e Silva (PA)

COORDENADOR-ADJUNTO DA CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO

OPERACIONAL

Efetivos

Contador Francisco Brito do Nascimento (AC)

Contador Heraldo de Jesus Campelo (MA)

Suplentes

Contadora Vânia Labres da Silva (TO)

Contador Gilsandro Costa de Macedo (PB)

Contador Rivoldo Costa Sarmento (AL)

Contador José Eraldo Lúcio de Oliveira (PE)

CÂMARA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Contador Sergio Faraco (SC)

COORDENADOR DA CÂMARA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Contador Carlos Rubens de Oliveira (MS)

COORDENADOR-ADJUNTO DA CÂMARA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Efetivos

Contador Luiz Fernando Nóbrega (SP)

Contadora Sandra Maria Batista (DF)

Suplentes

Contador Rivaldo Costa Sarmiento (AL)

Contador Luiz Carlos de Souza (PR)

Contador Luiz Henrique de Souza (MS)

TC Miguel Angelo Martins Lara (DF)

CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Contador Nelson Zafra (PR)

COORDENADOR DA CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Contador Geraldo de Paula Batista Filho (PE)

COORDENADOR-ADJUNTO DA CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Efetivos

Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho (PI)

Contador João Alfredo de Souza Ramos (ES)

Contadora Diva Maria de Oliveira Gesualdi (RJ)

Contador Sergio Faraco (SC)

Contador João de Oliveira e Silva (PA)

Suplentes

Contador Paulo Walter Schnorr (RS)

Contador Marcelo Cavalcanti Almeida (RJ)

Contador Victor Domingos Galloro (SP)

Contadora Vânia Labres da Silva (TO)

Contador João Altair Caetano dos Santos (RO)

Contadora Marisa Luciana Schwabe de Morais (SC)

Contadora Jeanne Carmen Ramos Luzeiro Figueira (AM)

CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA

Contador Luiz Fernando Nóbrega (SP)

COORDENADOR DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA

Contadora Sandra Maria Batista (DF)

COORDENADORA-ADJUNTA DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA

Efetivos

Contador Carlos Henrique do Nascimento (AL)

TC Bernardo Rodrigues de Souza (AP)

Contadora Maria do Rosário de Oliveira (RN)

TC Vivaldo Barbosa de Araújo Filho (RR)

Contador Marco Aurélio Cunha de Almeida (MG)

TC Cleber Oliveira de Figueiredo (PB)

Contador Nelson Zafra (PR)

TC Edegar Wayhs (MT)

TC Pedro Miranda (RO)

TC Maria Perpétua dos Santos (GO)

Contador Geraldo de Paula Batista Filho (PE)

Contador Francisco Brito do Nascimento (AC)

TC Juliana Aparecida Soares Martins (TO)

Suplentes

Contador Victor Domingos Galloro (SP)

Contador Evandro Benedito dos Santos (MT)

Contador Hélio Barreto Jorge (BA)

TC Marcia Fátima Fernandes Dantas (AP)

Contador Everildo Bento da Silva (RN)

TC José Cleber da Silva Fontineles (AC)

TC José Augusto Costa Sobrinho (SE)

TC Miguel Ângelo Martins Lara (DF)

Contador Henrique Ricardo Batista (GO)

Contador Marcos de Araújo Carneiro (RR)

TC Osvaldo Rodrigues da Cruz (CE)

TC Hermelino de Jesus Souza (MA)

Contador Gilsandro Costa de Macedo (PB)

Contador Orias Batista Freitas (MG)

TC Paulo Luiz Pacheco (ES)

CRCAC

Presidente
Valmiki Francisco da Silva
Nova Avenida Ceará, n.º 438,
Conjunto Mariana. CEP 69919-180.
Rio Branco (AC).
Telefax: (68) 3227-8038
E-mail: crcac@brturbo.com.br

CRCAL

Presidente
Paulo Sérgio Braga da Rocha
Rua D. Tereza de Azevedo, n.º 1.526, Pinheiro.
CEP 57052-600. Maceió (AL).
Telefax: (82) 3194-3030
E-mail: crcal@crcal.org.br

CRCAM

Presidente
Manoel Carlos de Oliveira Júnior
Rua dos Japoneses, n.º 27, Parque 10 de
Novembro. CEP 69054-650. Manaus (AM).
Telefax: (92) 3236-8952
E-mail: crcam@crcam.org.br

CRCAP

Presidente
Fabiano Ribeiro Pimentel
Rua Duque de Caxias 361, Centro.
CEP 68900-071. Macapá (AP).
Telefone: (96) 3223-9503
E-mail: crcap@crcap.org.br

CRCBA

Presidente
Antonio Carlos Nogueira Cerqueira
Rua do Salete, n.º 320, Barris.
CEP 40070-200. Salvador (BA).
Telefone: (71) 2109-4000
Fax: (71) 2109-4009
E-mail: crcba@crc-ba.org.br

CRCCE

Presidente
Clara Germana Gonçalves Rocha
Av. da Universidade, n.º 3.057, Benfica.
CEP 60020-181. Fortaleza (CE).
Telefone: (85) 3455-2900
Fax: (85) 3455-2913
E-mail: conselho@crc-ce.org.br

CRCDF

Presidente
Adriano de Andrade Marrocos
SHCS CR 505, Bloco C, Loja 45.
CEP 70350-530. Brasília (DF).
Telefax: (61) 3321-1757
E-mail: crcdf@crcdf.org.br

CRCES

Presidente
Haroldo Santos Filho
R. Amélia da Cunha Ornelas, n.º 30, Bento
Ferreira. CEP 29050-620. Vitória (ES).
Telefone: (27) 3232-1600
E-mail: crces@crc-es.org.br

CRCGO

Presidente
Edson Bento dos Santos
Rua 107, n.º 151, Setor Sul.
CEP 74085-060. Goiânia (GO).
Telefone: (62) 3240-2211
Fax: (62) 3240-2636
E-mail: crcgo@crcgo.org.br

CRCMA

Presidente
Antonio das Graças Alves Ferreira
Rua Leblon, Qd. C, Lote 10, Parque Quintas do
Calhau. CEP 65071-745. São Luís (MA).
Telefone: (98) 3214-5300
E-mail: crcma@crcma.org.br

CRCMG

Presidente
Rogério Marques Noé
Rua Cláudio Manoel, n.º 639, Savassi.
CEP 30140-105. Belo Horizonte (MG).
Telefone: (31) 3269-8400
E-mail: diretoria@crcmg.org.br

CRCMS

Presidente
Ruberlei Bulgarelli
Rua Euclides da Cunha, n.º 994,
Jardim dos Estados. CEP 79020-230.
Campo Grande (MS).
Telefax: (67) 3326-0750
E-mail: crcms@crcms.org.br

CRCMT

Presidente
Sílvia Mara Leite Cavalcante
Rua 05, Quadra 13, Lote 02,
Centro Político Administrativo.
CEP 78049-916. Cuiabá (MT).
Telefone: (65) 3648-2800
Fax: (65) 3648-2828
E-mail: crcmt@crcmt.org.br

CRCPA

Presidente
Maria de Fátima Cavalcante Vasconcelos
R. Avertano Rocha, n.º 392, Comércio.
CEP 66023-120. Belém (PA).
Telefone: (91) 3202-4150
E-mail: supex@crcpa.org.br

CRCPB

Presidente
Garibaldi Dantas Filho
Rua Rodrigues de Aquino, n.º 208, Centro.
CEP 58013-030. João Pessoa (PB).
Telefone: (83) 3044-1313
E-mail: diretoria@crcpb.org.br

CRCPE

Presidente
José Gonçalves Campos Filho
Rua do Sossego, n.º 693, Santo Amaro.
CEP 50100-150. Recife (PE).
Telefone: (81) 2122-6011
E-mail: crcpe@crcpe.org.br

CRCPI

Presidente
Josafam Bonfim Moraes Rego
Rua Governador Tibério Nunes, 570, Ilhotas.
CEP 64014-050. Teresina (PI).
Telefax: (86) 3221-7531
E-mail: crcpi@crcpi.com.br

CRCPR

Presidente
Marcos Sebastião Rigoni de Mello
Rua XV de Novembro, n.º 2.987, Alto da XV.
CEP 80045-340. Curitiba (PR).
Telefax: (41) 3360-4700
E-mail: crcpr@crcpr.org.br

CRCRJ

Presidente
Vitória Maria da Silva
Rua 1º de Março, n.º 33, Centro. CEP 20010-000.
Rio de Janeiro (RJ).
Telefone: (21) 2216-9595
Fax: (21) 2216-9616
E-mail: crcrj@crcrj.org.br

CRCRN

Presidente
João Gregório Júnior
Av. Bernardo Vieira, n.º 4.545, Tirol.
CEP 59015-450. Natal (RN).
Telefone: (84) 3211-8505
Fax: (84) 3211-8512
E-mail: crcrn@crcrn.org.br

CRCRO

Presidente
Edneu da Silva Calderari
Avenida Presidente Dutra, n.º 2.374, Centro.
CEP 76801-034. Porto Velho (RO).
Telefone: (69) 3229-8870
E-mail: crcro@crcro.org.br

CRCRR

Presidente
Francisco Fernandes de Oliveira
Rua Major Manoel Correia, n.º 372, São
Francisco. CEP 69305-100. Boa Vista (RR).
Telefone: (95) 3623-1457
E-mail: diretoria@crcrr.org.br

CRCRS

Presidente
Antônio Carlos de Castro Palácios
Avenida Praia de Belas, n.º 1.554.
CEP 90110-000. Porto Alegre (RS).
Telefax: (51) 3254-9400
E-mail: crcrs@crcrs.org.br

CRCSC

Presidente
Marcello Alexandre Seemann
Av. Osvaldo Rodrigues Cabral, n.º 1.900, Centro.
CEP 88015-710. Florianópolis (SC).
Telefone: (48) 3027-7000
E-mail: crcsc@crcsc.org.br

CRCSE

Presidente
Ângela Andrade Dantas Mendonça
Av. Mário Jorge Vieira, n.º 3.140, Coroa
do Meio. CEP 49035-660. Aracaju (SE).
Telefone: (79) 3301-6812
E-mail: crcse@crcse.org.br

CRCSP

Presidente
Gildo Freire de Araújo
Rua Rosa e Silva, n.º 60, Higienópolis.
CEP 01230-909. São Paulo (SP).
Telefone: (11) 3824-5400
E-mail: crcsp@crcsp.org.br

CRC TO

Presidente
Sebastião Célio Costa Castro
Av. Theotônio Segurado, n.º 601 Sul,
Conj 01, Lote 19, Plano Diretor Sul. CEP 77016-
330. Palmas (TO).
Telefone: (63) 3219-5600
E-mail: crc to@crc to.org.br

Comissão para Elaboração do Balanço Socioambiental

Coordenação
Marisa Luciana Schwabe de Moraes

Equipe técnica
Angela Maria Fazon Pereira
Fabrícia Gonçalves de Andrade
Lúcia Helena Alves de Figueiredo
Thiago Luís Gomes



JORNALISTA RESPONSÁVEL

MARISTELA GIROTTO

MTB 19.828

REVISÃO

MARIA DO CARMO NÓBREGA

COLABORAÇÃO

NATÁLIA COUTINHO E MARIA CUNHA

FOTOGRAFIAS

ACERVO DO CFC, ROBSON GESCO, FULLBLESS EVENTOS

CONTADORAS RESPONSÁVEIS

FRANCIELE CARINI

CRCMT 010474/0 – 2T-DF

ANGELA MARIA FAZON PEREIRA

CRCPR 043954/0 – 4T-DF

ENDEREÇO

**SAS QUADRA 5, BLOCO J, EDIFÍCIO CFC,
BRASÍLIA-DF, CEP: 70070-920
WWW.CFC.ORG.BR**



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

SAS Quadra 5, Bloco J, Edifício CFC
CEP: 70070-920 - Brasília-DF
www.cfc.org.br
